

 <div>GOVERNADOR Cláudio Bomfim de Castro e Silva</div> <div>VICE-GOVERNADOR Thiago Pampolha Gonçalves</div>	<div>SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE <i>Thiago Pampolha Gonçalves - Interino</i></div> <div>SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, PESCA E ABASTECIMENTO <i>Jair de Siqueira Bittencourt Júnior</i></div> <div>SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA <i>Danielle Christian Ribeiro Barros</i></div> <div>SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS <i>Rosangela de Souza Gomes</i></div> <div>SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER <i>Rafael Carneiro Monteiro Piaciani</i></div> <div>SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO <i>Gustavo Reis Ferreira</i></div> <div>CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO <i>Demetrio Abdennur Farah Neto</i></div> <div>GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL DO GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO <i>Edu Guimarães de Souza</i></div> <div>SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO E RENDA <i>Kelly Christian Silveira de Mattos</i></div> <div>SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE REPRESENTAÇÃO DO GOVERNO EM BRASÍLIA <i>André Luís Dantas Ferreira</i></div> <div>SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSFORMAÇÃO DIGITAL <i>José Mauro de Farias Junior</i></div> <div>SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E CIDADES <i>Uruan Cintra de Andrade</i></div> <div>SECRETARIA DE ESTADO DE ÓLEO, GÁS E ENERGIA <i>Hugo Leal Melo da Silva</i></div> <div>SECRETARIA DE ESTADO DE HABITAÇÃO <i>Bruno Felgueira Dauaire</i></div> <div>SECRETARIA DE ESTADO INTERGERACIONAL DE JUVENTUDE E ENVELHECIMENTO SAUDÁVEL <i>Alexandre Isquierdo Moreira</i></div> <div>SECRETARIA DE ESTADO DA MULHER <i>Heloisa Helena de Alencar Aguiar</i></div> <div>PROCURADORIA GERAL DO ESTADO <i>Bruno Dubeux</i></div>
<div>GOVERNO DO ESTADO</div> <div>www.rj.gov.br</div>	

SUMÁRIO

Atos do Poder Legislativo.....	1
Atos do Poder Executivo	2
Gabinete do Governador	3
Governadoria do Estado
Gabinete do Vice-Governador
Vice-Governadoria do Estado

ÓRGÃOS DA CHEFIA DO PODER EXECUTIVO (Secretarias de Estado)

Casa Civil	4
Gabinete do Governador
Governo	5
Planejamento e Gestão	6
Fazenda	6
Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio	6
Polícia Militar	6
Polícia Civil	15
Administração Penitenciária	15
Defesa Civil.....	16
Saúde	16
Educação.....	16
Ciência, Tecnologia e Inovação	18
Transportes e Mobilidade Urbana
Ambiente e Sustentabilidade	19
Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento	19
Cultura e Economia Criativa	19
Desenvolvimento Social e Direitos Humanos.....	19
Esporte e Lazer
Turismo	20
Controladoria Geral do Estado	20
Gabinete de Segurança Institucional do Governo do Estado do Rio de Janeiro..	20
Trabalho e Renda.....	...
Extraordinária de Representação do Governo em Brasília
Transformação Digital.....	20
Infraestrutura e Cidades.....	21
Óleo, Gás e Energia
Habitação.....	...
Intergeracional de Juventude e Envelhecimento Saudável
Mulher.....	...
Procuradoria Geral do Estado	22

AVISOS, EDITAIS E TERMOS DE CONTRATO	22
--	----

REPARTIÇÕES FEDERAIS
----------------------------	-----

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

LEI Nº 9969 DE 12 DE JANEIRO DE 2023

DISPÕE SOBRE A REVISÃO 2023 DO PLANO PLURIANUAL 2020-2023, INSTITUÍDO PELA LEI Nº 8.730, DE 24 DE JANEIRO DE 2020.

O Governador do Estado do Rio de Janeiro

Faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Esta Lei estabelece a Revisão 2023 do Plano Plurianual 2020- 2023, instituído pela Lei nº 8.730, de 24 de janeiro de 2020, conforme disposto no seu art. 5º.

§ 1º - Integram esta Lei os conteúdos abaixo discriminados:

- I** - Programação Setorial do Poder Executivo - (Anexo I);
II - Programação Setorial do Poder Legislativo - (Anexo II);
III - Programação Setorial do Poder Judiciário - (Anexo III);
IV - Programação Setorial dos Órgãos Autônomos - (Anexo IV);
V - Indicadores da Programação do Poder Executivo - (Anexo V);
VI - Demonstrativo da Programação a Cargo dos Fundos - (Anexo VI);
VII - Demonstrativos Consolidados da Programação - (Anexo VII);
VIII - Anexo de Metas e Prioridades para 2023, em cumprimento ao disposto no §2º, do art. 2º, da Lei nº 9.808, de 22 de julho de 2022 - Lei de Diretrizes Orçamentárias - (LDO).

§ 2º - Esta Lei atualiza e substitui, na forma do art. 1º, § 1º, inciso VIII, o Anexo de Metas e Prioridades publicado na Lei nº 9.808, de 22 de julho de 2022 - Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

§ 3º - A Programação Setorial apresenta a associação das ações aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), integrantes da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU).

Art. 2º - A revisão 2023, do Plano Plurianual 2020-2023, decorre dos ajustes necessários face aos novos cenários e as situações não previstas quando da sua elaboração.

Art. 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a realizar alterações no Anexo I, do art. 1º, desta Lei, desde que haja a devida transparência e que as mesmas contribuam para a realização dos objetivos dos programas e finalidades das ações e não descaracterizem, em decorrência de ou para fins de:

- I** - adequar os títulos dos programas;
II - adequar os títulos das ações;
III - alterar demais atributos de planejamento de programas ou ações que contribuam para uma maior clareza de sua descrição;
IV - alterar ou incluir ações não orçamentárias;
V - alterar ou incluir produtos e modificar as respectivas regionalizações;
VI - alterar ou incluir os indicadores da programação e suas respectivas metas;
VII - alterar ou incluir as associações dos ODS a programação.

Parágrafo Único - Os Poderes Legislativo, Judiciário e os Órgãos Autônomos poderão fazer as alterações citadas neste artigo, por demanda e sob orientação do Poder Executivo, quanto à sua operacionalização.

Art. 4º - Os programas finalísticos de governo, como instrumentos de organização dos projetos e atividades finalísticas no âmbito da execução orçamentária da Administração Pública Estadual, são aqueles integrantes dos Anexos I, II, III, IV e V.

§ 1º - A inclusão de novos programas, bem como de novas ações nos programas existentes, será permitida desde que tenham sido previamente definidos em Leis específicas e atendam ao disposto no art. 16 e no art. 17, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

§ 2º - Na inclusão de novas ações deverá ser observado o adequado atendimento à ações em andamento e contempladas as despesas de conservação do patrimônio público, conforme disposto no art. 45, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 5º - Os valores consignados a cada programa na revisão 2023, do PPA 2020-2023, são referenciais e não constituem limites à programação das despesas expressas nas Leis Orçamentárias e seus créditos adicionais.

Art. 6º - Fica o Poder Executivo autorizado a realizar, por meio de Decreto, as seguintes adequações no Anexo I, do art. 1º, desta Lei, em função de alterações na estrutura administrativa do Estado decorrentes de mudança organizacional ou de competência legal ou regimental de órgãos da Administração Direta e de Entidades da Administração Indireta:

- I** - criação de códigos, siglas e títulos para as novas unidades de planejamento;
II - alteração de códigos, siglas e títulos das unidades de planejamento existentes;
III - alteração da vinculação das ações existentes, sejam estas orçamentárias ou não orçamentárias, aos programas.

Art. 7º - As Unidades de Planejamento deverão adequar as metas físicas dos produtos de suas ações, com sua respectiva regionalização, para compatibilizá-las aos valores estabelecidos na Lei Orçamentária Anual, na forma a ser definida através de ato específico.

§ 1º - As metas adequadas serão formalizadas com a publicação dos relatórios da execução dos programas.

§ 2º - As projeções de despesa do Plano Plurianual devem ser previamente adequadas quando da edição de créditos adicionais que venham a fazer com que ações orçamentárias, devido a necessidade de replanejamento, ultrapassem o previamente estipulado no Plano.

Art. 8º - Fica o Poder Executivo autorizado a incluir ou modificar, com a devida transparência, ações orçamentárias, produtos, metas físicas e financeiras no plano plurianual, em decorrência de:

- I** - inclusão ou modificação por emenda parlamentar aprovada na Lei Orçamentária Anual 2023;
II - Lei aprovada na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro que altere a estrutura de programação constante desta lei até a data de sua sanção.

Art. 9º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 2023

CLÁUDIO CASTRO
Governador

Projeto de Lei nº 6412/2022
Autoria do Poder Executivo.

Id: 2451676

LEI Nº 9970 DE 12 DE JANEIRO DE 2023

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2023.

O Governador do Estado do Rio de Janeiro

Faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Esta Lei estima a receita e fixa a despesa do Estado do Rio de Janeiro para o exercício financeiro de 2023, nos termos do § 5º, do art. 209, da Constituição Estadual e do disposto na Lei nº 9.808, de 22 de julho de 2022, que dispõe sobre a Lei de Diretrizes Orça-

mentárias para o exercício financeiro de 2023 - LDO/2023, e compreende:

I - O Orçamento Fiscal, referente aos Poderes do Estado e seus fundos, órgãos e entidades da Administração Estadual direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II - O Orçamento da Seguridade Social, que abrange todos os fundos, órgãos e entidades vinculadas da Administração Estadual direta e indireta, bem como as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público; e

III - O Orçamento de Investimento das Empresas em que o Estado, direta ou indiretamente, detém a maioria do capital social com direito a voto.

Art. 2º - Integram esta Lei, os conteúdos abaixo discriminados, conforme inciso I do art. 23 da LDO 2023:

- I** - Resumo Geral da Receita (Anexo I);
II - Resumo da Despesa por Função (Anexo II);
III - Demonstrativo de Receita e Despesa por Categorias Econômicas (Anexo III);
IV - Quadro Discriminativo da Receita por Natureza de Receita (Anexo IV);
V - Resumo da Despesa por Poderes e Órgãos (Anexo V).

Parágrafo Único - Acompanham esta Lei os demonstrativos indicados nos incisos II e III do art. 23, da Lei nº 9.808, de 22 de julho de 2022, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2023.

CAPÍTULO II DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Seção I Da Estimativa da Receita Pública

Art. 3º - A receita total dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social corresponde à previsão da receita bruta de R\$ 129.255.229.840,00 (cento e vinte e nove bilhões, duzentos e cinquenta e cinco milhões, duzentos e vinte e nove mil, oitocentos e quarenta reais), menos a estimativa das deduções da receita de R\$ 26.907.975.924,00 (vinte e seis bilhões, novecentos e sete milhões, novecentos e setenta e cinco mil, novecentos e vinte e quatro reais), perfazendo o valor líquido de R\$ 102.347.253.916,00 (cento e dois bilhões, trezentos e quarenta e sete milhões, duzentos e cinquenta e três mil, novecentos e dezesseis reais), assim distribuído:

- I** - R\$ 90.900.659.295,00 (noventa bilhões, novecentos milhões, seiscentos e cinquenta e nove mil, duzentos e noventa e cinco reais) do Orçamento Fiscal; e
II - R\$ 11.446.594.621,00 (onze bilhões, quatrocentos e quarenta e seis milhões, quinhentos e noventa e quatro mil, seiscentos e vinte e um reais) do Orçamento da Seguridade Social.

§ 1º - do montante estimado no caput como previsão de receita bruta e do valor líquido a parcela de R\$ 7.270.290.835,00 (sete bilhões, duzentos e setenta milhões, duzentos e noventa mil, oitocentos e trinta e cinco reais) refere-se à receita intraorçamentária.

§ 2º - Fica autorizado o Poder Executivo realizar a desvinculação das receitas, conforme a Emenda Constitucional nº 93, de 8 de setembro de 2016, que altera o Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal para prorrogar a desvinculação das receitas da União e estabelecer a desvinculação das receitas dos Estados, Distrito Federal e Municípios, das receitas do Fundo Estadual de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais - FECF, do Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social FEHIS, do Fundo Estadual de Conservação Ambiental FECAM, do Fundo Estadual de Investimentos e Ações de Segurança Pública e Desenvolvimento Social FISED e demais taxas.

Seção II Da Despesa Pública

Art. 4º - A despesa total fixada nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social é de R\$ 102.347.253.916,00 (cento e dois bilhões, trezentos e quarenta e sete milhões, duzentos e cinquenta e três mil e

novecentos e dezesseis reais), discriminada nos anexos II, III e V por categoria econômica, por função de governo e por órgão, especificada nos incisos a despesa de cada orçamento e a relativa ao refinanciamento da dívida pública, em observância ao disposto no art. 5º, § 2º, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

I - R\$ 56.693.514.503,00 (cinquenta e seis bilhões, seiscentos e noventa e três milhões, quinhentos e quatorze mil e quinhentos e três reais) do Orçamento Fiscal, excluídas as despesas de que trata o inciso III deste artigo;

II - R\$ 44.380.551.372,00 (quarenta e quatro bilhões, trezentos e oitenta milhões, quinhentos e cinquenta e um mil e trezentos e setenta e dois reais) do Orçamento da Seguridade Social; e

III - R\$ 1.273.188.041,00 (um bilhão e duzentos e setenta e três milhões e cento e oitenta e oito mil e quarenta e um reais) correspondentes ao refinanciamento da dívida pública estadual, constante do Orçamento Fiscal.

§ 1º - Do montante fixado no inciso II deste artigo a parcela de R\$ 32.933.956.751,00 (trinta e dois bilhões e novecentos e trinta e três milhões, novecentos e cinquenta e seis mil e setecentos e cinquenta e um reais), será custeada com recursos do Orçamento Fiscal.

§ 2º - O valor total da despesa inclui a parcela R\$ 7.270.290.835,00 (sete bilhões e duzentos e setenta milhões e duzentos e noventa mil e oitocentos e trinta e cinco reais) referentes à despesa intraorçamentária.

Seção III
Das Autorizações para Abertura de Créditos Adicionais

Art. 5º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais com a finalidade de atender insuficiências nas dotações orçamentárias dos Orçamentos Fiscal e o da Seguridade Social, tendo por limite a utilização de recursos decorrentes de:

I - cancelamento de dotações fixadas nesta Lei, até o limite de 20% (vinte por cento) do total da despesa, por transposição, remanejamento ou transferência integral ou parcial de dotações, inclusive entre unidades orçamentárias distintas, criando, se necessário, os grupos de despesa relativos a "Outras Despesas Correntes", "Investimentos" e "Inversões Financeiras", respeitadas as disposições constitucionais e os termos da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

II - excesso de arrecadação, apurado durante o exercício financeiro;

III - superávit financeiro, apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;

IV - operações de crédito autorizadas e/ou contratadas durante o exercício;

V - dotações consignadas à reserva de contingência, consoante com Regime de Recuperação Fiscal;

VI - recursos colocados à disposição do Estado pela União ou outras entidades nacionais ou estrangeiras, observada a destinação prevista no instrumento respectivo; e

VII - fusão ou extinção de órgãos do Poder Executivo, na forma do art. 15 desta Lei.

§ 1º - Os Poderes Judiciário e Legislativo, o Ministério Público, o Tribunal de Contas e a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro ficam autorizados a realizar transposições, remanejamentos ou transferências de dotações, dentro de suas respectivas unidades orçamentárias, no mesmo limite previsto no inciso I deste artigo, exceto em dotações consignadas às despesas com pessoal e encargos sociais.

§ 2º - O limite indicado no inciso I do presente artigo não será onerado, quando o crédito se destinar a suprir a insuficiência das dotações de pessoal e encargos sociais, inativos e pensionistas, dívida pública estadual, débitos constantes de precatórios judiciais, despesas de exercícios anteriores, despesas à conta de receitas vinculadas e créditos adicionais suplementares citados no art. 15, inciso IV, limitado contudo, a 60% (sessenta por cento) do valor total do orçamento anual.

Art. 6º - Os créditos adicionais deverão ser elaborados de forma a possibilitar a identificação do programa de trabalho e do grupo de despesa a serem remanejados/ cancelados, bem como daqueles suplementados.

Parágrafo Único - Os créditos adicionais abertos com a Fonte de Recursos, denominada Recursos da Concessão dos Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário - Tesouro, preferencialmente, deverão viabilizar os projetos e os programas prioritários para o Estado, que possuem a devida adequação com as Metas e Prioridades atualizadas na Lei de Revisão 2023, do Plano Plurianual 2020-2023.

Art. 7º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares com a finalidade de atender insuficiência nas dotações orçamentárias do Orçamento de Investimento, tendo por limite a utilização de recursos decorrentes de:

I - anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, até o limite de 20% (vinte por cento) da despesa fixada, da mesma empresa; e

II - geração de recursos na mesma empresa.

CAPÍTULO III
DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS

Art. 8º - A despesa do Orçamento de Investimento das Empresas é fixada em R\$ 952.324.901,00 (novecentos e cinquenta e dois milhões e trezentos e vinte e quatro mil e novecentos e um reais) destacada dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

Art. 9º - As fontes de receitas estimadas para cobertura da despesa fixada no artigo anterior decorrerão da geração de recursos próprios e de Operações de Crédito, conforme especificado nas fontes de financiamento do quadro síntese do Orçamento de Investimento (Anexo VI).

CAPÍTULO IV
DA AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Art. 10 - Fica o Poder Executivo autorizado a realizar operações de crédito no País e no Exterior, conforme prevê o art. 10, da Lei nº

9.808, de 22 de julho de 2022 - LDO/2023, até o limite de R\$ 189.144.817,00 (cento e oitenta e nove milhões e cento e quarenta e quatro mil e oitocentos e dezessete reais) observado o disposto na Constituição Federal e nas Resoluções do Senado Federal que disciplinam o endividamento público estadual, bem como o Regime de recuperação Fiscal.

Parágrafo Único - As operações de crédito externas poderão ser garantidas pela União, ficando o Poder Executivo Estadual, neste caso, autorizado a oferecer contragarantias.

CAPÍTULO V
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 11 - O Poder Executivo fica autorizado a adaptar o Orçamento aprovado por esta Lei em virtude dos efeitos de alienação de participação acionária, inclusive em função de abertura de capital; do aumento de capital com renúncia ou cessão total ou parcial de direitos de subscrição; da transformação, incorporação, fusão ou cisão de empresas; da concessão de serviços públicos, da liquidação e/ou extinção de organismos estaduais, ou da extinção da pessoa jurídica com alienação dos ativos, na forma prevista na legislação em vigor.

Parágrafo Único - VETADO.

Art. 12 - O Poder Executivo fica autorizado a promover, sempre que necessário, ajustes do Programa de Dispêndios Globais das empresas estatais não dependentes, dando conhecimento ao Poder Legislativo.

Art. 13 - O Poder Executivo fica autorizado a alterar e a normatizar o orçamento e sua execução, no exercício de 2023 para fins de atender aos ajustes nas despesas decorrentes dos efeitos econômicos, desde que devidamente publicizado, provocados por:

I - alterações na estrutura organizacional ou na competência legal ou regimental de órgãos, entidades e fundos dos poderes do Estado;

II - realização de receitas não previstas;

III - realização de receita em montante inferior previsto ou não arrecadada; consoante os preceitos da lei nº 4.320 de 17 de março de 1964;

IV - calamidade pública e situação de emergência;

V - alterações conjunturais da economia nacional e/ou estadual;

VI - alterações na legislação estadual ou federal; e

VII - promoção do equilíbrio econômico-financeiro entre a execução das despesas e receitas orçamentárias, desde que devidamente publicizado;

VIII - alterações decorrentes de adequações ao novo Regime de Recuperação Fiscal.

Parágrafo Único - As normas necessárias para atender o caput desse artigo serão publicadas no Diário Oficial do Estado, assim como serão disponibilizadas na página eletrônica do Governo do Estado do Rio de Janeiro.

Art. 14 - Os Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, o Ministério Público, o Tribunal de Contas e a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, consoante ao que dispõe o art. 9º, da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, promoverão por ato próprio e nos montantes necessários o contingenciamento de dotações, alocadas em seus orçamentos, pela possibilidade da não realização das receitas estimadas para o orçamento de 2023, em função do grau de incerteza da economia brasileira e fluminense.

Art. 15 - O Poder Executivo fica autorizado, em função de alterações na estrutura administrativa do Estado decorrentes de mudança na estrutura organizacional ou da competência legal ou regimental de órgãos da Administração Direta e de Entidades da Administração Indireta, a efetivar por meio de ato próprio a:

I - criação de códigos, siglas e títulos para as novas unidades orçamentárias;

II - alteração de códigos, siglas e títulos das unidades orçamentárias existentes;

III - alteração da vinculação de programas de governos e de ações orçamentárias já existentes; e

IV - efetivar por meio da edição de créditos adicionais suplementares para a movimentação de saldo da mesma ação orçamentária para a nova unidade orçamentária, sem contabilizar para o limite do art. 5º, inciso I.

§ 1º - O Órgão Central de Planejamento e Orçamento, por ato próprio, publicará a relação das unidades orçamentárias novas em substituição às antigas, bem como a relação das ações orçamentárias que tiveram suas unidades alteradas.

§ 2º - As normas necessárias para atender o caput desse artigo serão publicadas no Diário Oficial do Estado, assim como serão disponibilizadas na página eletrônica do Governo do Estado do Rio de Janeiro.

Art. 16 - O Poder Executivo providenciará a inclusão ou modificações necessárias em ações orçamentárias e respectivos detalhamentos da despesa no Orçamento Anual, em decorrência de:

I - inclusão ou modificação, por emenda parlamentar aprovada na Lei de Revisão 2023, do Plano Plurianual;

II - Lei aprovada na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro que altere a estrutura de programação constante desta Lei até a data de sua sanção.

Art. 17 - O detalhamento da dotação inicial da Lei de Orçamento Anual, bem como as modificações orçamentárias que não alterem o aprovado na referida Lei, será realizado diretamente no SIAFE-Rio pelas unidades orçamentárias integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

Parágrafo Único - O detalhamento e modificações orçamentárias, na forma do caput, serão efetivados pelos Poderes Judiciário, Legislativo, inclusive o Tribunal de Contas do Estado, o Ministério Público Estadual e a Defensoria Pública Estadual, após expressa autorização dos respectivos titulares.

Art. 18 - VETADO.

Art. 19 - VETADO.

Art. 20 - VETADO.

Art. 21 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de janeiro de 2023.

Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 2023

CLÁUDIO CASTRO
Governador

Projeto de Lei nº 6413/2022
Autoria do Poder Executivo.

RAZÕES DE VETO PARCIAL AO PROJETO DE LEI Nº 6413/2022, ORIUNDO DA MENSAGEM Nº 38/2022, DE AUTORIA DO PODER EXECUTIVO, QUE "ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2023"

Ainda que louvável a intenção do Poder Legislativo, não foi possível sancionar integralmente a proposta, recaindo o veto sobre o parágrafo do art. 11, bem como sobre os arts. 18, 19 e 20, todos incluídos ao texto original por emenda parlamentar.

Quanto ao parágrafo único do art. 11, bem como aos arts. 18 e 19, o veto se justifica porque o Princípio Orçamentário da Exclusividade afasta a possibilidade de lei orçamentária anual conter dispositivo estranho à previsão de receita e à fixação da despesa, razão pela qual os dispositivos acima mencionados estão em direta rota de colisão com o art. 165, §8º, CRFB/88.

Em que pese a louvável intenção do legislador em atender ao Princípio da Transparência e permitir a controlabilidade da implementação orçamentária, não é possível incluir tais disposições na LOA, que consistem em "caudas orçamentárias".

No que concerne ao art. 20, a medida macula o Princípio da Separação dos Poderes, ao ingressar na seara da autonomia administrativa do Poder Executivo, tendo a Casa Legislativa se excedido em suas capacidades.

Importante destacar que a emenda parlamentar só é possível mediante a indicação dos recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa, excluídas as que incidam sobre: (a) dotações para pessoal e seus encargos; (b) serviço da dívida; e (c) transferências tributárias constitucionais para Municípios.

Dito de outra maneira, não existe respaldo constitucional para que seja emendado o projeto com aumento de despesas lastreado no aumento da projeção de arrecadação, como aparentemente foi tentado, ficando condicionado à apresentação de recursos decorrentes da anulação de despesa.

Importante lembrar, por fim, o que preveem o art. 113 do ADCT e o art. 14 da LRF, que igualmente cuidam da preservação do equilíbrio das contas públicas inicialmente projetado pelas leis orçamentárias iniciadas pelo Poder Executivo, sob pena de ocorrer violação transversa à reserva de iniciativa.

Por todo o exposto não me restou outra opção a não ser a de apor o veto parcial que encaminho à deliberação dessa nobre Casa Parlamentar.

CLÁUDIO CASTRO
Governador

Id: 2451678

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO Nº 48.320 DE 12 DE JANEIRO DE 2023

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO O IMÓVEL QUE MENCIONA, SITUADO NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO/RJ, NECESSÁRIO À IMPLANTAÇÃO DE UNIDADE ESCOLAR ESTADUAL.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, com fundamento nos artigos 5º, alínea h, e 6º, do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº SEI-030029/003243/2020,

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública para fins de desapropriação o imóvel situado no Município do Rio de Janeiro/RJ, abaixo descrito e caracterizado:

1 - Avenida Braz de Pina, Prédio nº 631 e respectivo terreno, medindo em sua totalidade: 33,00m de frente, 29,75m nos fundos e 50,00m de extensão por ambos os lados; confrontando de um lado com o prédio nº 651, de Edmundo Tross; do outro com o prédio nº 621, de Maria do Carmo Moreira; e, aos fundos com terreno de Maria da Glória Alves.

AV-9-204102 - Remanescente: Em face da desapropriação parcial objeto do ato R-8/204102, o terreno do imóvel objeto da presente matrícula passou a ter as seguintes medidas: de frente 32,31m para a Av. Braz de Pina, à direita 41,06m para a Av. Braz de Pina, nº 621, à

DIÁRIO OFICIAL PARTE I - PODER EXECUTIVO

PUBLICAÇÕES

ENVIO DE MATÉRIAS:
As matérias para publicação deverão ser enviadas pelo sistema edof's ou entregues em mídia eletrônica nas Agências Rio e Niterói.

PARTE I - PODER EXECUTIVO:
Os textos e reclamações sobre publicações de matérias deverão ser encaminhados à Assessoria para Preparo e Publicações dos Atos Oficiais - à Rua Pinheiro Machado, s/nº - (Palácio Guanabara - Casa Civil), Laranjeiras, Rio de Janeiro - RJ, Brasil - CEP 22.231-901
Tels.: (21) 2334-3242 e 2334-3244

Serviço de Atendimento ao Cliente da Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro: Tel.: (21) 2717-7840.

AGÊNCIAS DA IMPRENSA OFICIAL

RIO - Rua São José, 35, sl. 222/24 - Centro - Rio de Janeiro
Ed. Garagem Menezes Côrtes - Tel.: (21) 2332-6550 / (21) 2332-6549
Email.: agerio@ioerj.rj.gov.br
Atendimento das 8h às 17h

NITERÓI - Rua Professor Heitor Carrilho, nº 81 - Centro - Niterói/RJ.
Tel.: (21) 2719-2689 / (21) 2719-2705
Atendimento das 8h às 17h.

PREÇO PARA PUBLICAÇÃO:

cm/col R\$ 132,00

RECLAMAÇÕES SOBRE PUBLICAÇÕES DE MATÉRIAS:
Deverão ser dirigidas, por escrito, à Diretora-Presidente da Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, no máximo até 10 (dez) dias após a data de sua publicação.



Patricia Damasceno
Diretora-Presidente

Flávio Cid
Diretor Administrativo

Rodrigo de Mesquita Caldas
Diretor Financeiro

Jefferson Woldaynsky
Diretor Industrial

Leonardo Medeiros de Lucena	5010119-6
Victor de Oliveira Duarte	5024886-3
Elias dos Santos da Costa	5078418-8

Secretaria e Estado de Administração Penitenciária

Servidor	ID Funcional
Eduardo Pereira Rodrigues Junior	4392938-9
Renata Santa Barbara da Silva	4269711-5
Rafael Alcantara Mascarenhas	4354686-2
Rodrigo Ribeiro de Almeida	5000195-7
Rodrigo Castro Rocha	4327425-0
Marcos Gutemberg de Sales Martins	4252793-7
Claudio Barbosa Andrade	4137335-9

PROCESSO Nº SEI-150001/001039/2023 - AUTORIZO a excepcionalidade do Decreto nº 48.299, de 29/12/2022, mantendo-se a atual lotação dos servidores do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado de Polícia Militar, na Secretaria de Estado da Casa Civil, conforme listados abaixo:

Nome	ID FUNCIONAL
Bruno Menezes Bezerra	42493137
Pablo Alfredo Maciel Nogueira	24875848

PROCESSO Nº SEI-030022/008375/2021 - AUTORIZO, a excepcionalidade do Decreto nº 48.299, de 29/12/2022, mantendo-se a cessão dos servidores abaixo relacionados, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado de Polícia Militar, no Departamento Geral de Ações Socioeducativas - DEGASE:

RG	Nome
70219	EDSON QUEIROZ BUENO JUNIOR
92909	FABIANO DO NASCIMENTO FERREIRA

PROCESSO Nº SEI-320001/000037/2023 - AUTORIZO a excepcionalidade do Decreto nº 48.299, de 29/12/2022, mantendo-se a cessão do servidor CARLOS FREDERICO SOUZA E SILVA CASTRO, ID Funcional nº 19820747, Agente de Segurança Socioeducativo, do Quadro de Pessoal do Departamento Geral de Ações Socioeducativas do Estado do Rio de Janeiro - DEGASE, na Controladoria Geral do Estado - CGE.

PROCESSO Nº SEI-220012/000036/2023 - AUTORIZO a excepcionalidade do Decreto nº 48.299, de 29/12/2022, mantendo-se a atual lotação dos servidores do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado de Polícia Militar, na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, conforme listados abaixo:

ID. Funcional	Nome do Servidor
43677851	LEONARDO VIANNA DA COSTA
43701256	RAPHAEL VIANNA DA COSTA
24148520	WALTER DA CRUZ FONSECA JUNIOR
41858158	FRANCISCO KREISCHER

PROCESSO Nº SEI-150001/000959/2023 - AUTORIZO a excepcionalidade do Decreto nº 48.299, de 29/12/2022, mantendo-se a atual lotação dos servidores do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado de Polícia Militar, no Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, conforme listados abaixo:

RG	Nome do Servidor
56.457	MARCIO AUGUSTO DE ANDRADE TOBIAS
63374	LEONARDO GOMES ZUMA
64.619	ANDRÉ EDUARDO SÁ NOUALS

PROCESSO Nº SEI-140001/000247/2023 - AUTORIZO a excepcionalidade do Decreto nº 48.299, de 29/12/2022, mantendo-se a atual lotação dos servidores, conforme abaixo listados, na Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro:

Secretaria de Estado de Polícia Civil:

ID FUNCIONAL	NOME DO SERVIDOR
29652146	VANESSA MARIA PEIXOTO LYRA DA SILVA

41378156	ALECIO VIEIRA SANTOS
5648211	GILSON PERDIGÃO SOARES DE AZEVEDO FILHO
5654963	JAYME DA COSTA ROSA NETO
41369033	JOEL DIAS MARTINS JUNIOR

Secretaria de Estado de Polícia Militar:

ID FUNCIONAL	NOME DO SERVIDOR
24169757	EDSON DIAS NETO
22514589	ILSON DA LAPAS
22518720	IVAN DA SILVA ROSA JUNIOR
44194951	JORGE VINICIUS SOUZA DA SILVA
24203270	JOSÉ MÁRCIO ISRAEL FERNANDEZ
23186364	LEANDRO PEREIRA GONÇALVES
24448419	LUIZ ALEXANDRE FERRAZ CANTANHEDE
21748829	MARCELO SOARES NUNES
23682043	RODRIGO ALVES TAVARES
23753455	RONALDO BISCACIO MOURA
41969170	TATIANA SOARES SPRITZER

Secretaria de Estado de Defesa Civil

ID FUNCIONAL	NOME DO SERVIDOR
26069849	MARCELO EDUARDO LOPES DA SILVA
26633655	ANDRE LUIS DE ALMEIDA
6130267	DAVID DA SILVA CUNHA
26455170	MARCIO LEITE D'ASSUNÇÃO
26453681	EDUARDO DE SOUZA BRANDÃO
25857118	ANA PAULA RODRIGUES VILLAR ROMERO
26251558	LUCIANA COSATI DE CARVALHO
42024854	ANA BEATRIZ MARONES DE GUSMÃO MACHADO COURI
6150845	DANIELA MAJEROWICZ BRITO
43670229	RODRIGO DE FARIAS CARDOSO
41856546	GUSTAVO PEÇANHA VIEIRA
32191952	FERNANDO NUNES XAVIER
20212941	MARCELO DA ROCHA DOS SANTOS
20213565	LUIS SEBASTIÃO DA SILVA
6127770	MICHEL MAIQUES DE SOUZA ALVES
6122086	ALEXANDRE DAUDT DOS SANTOS
6138624	FABIANO FONSECA DE MEIRA
26568055	SERGIO LUIZ PEREIRA DOS SANTOS FILHO
26178940	ZELIO NASCIMENTO DE ALMEIDA
25885510	MARCIA ACUNHA HILLESHEIN
6145922	LUIZ FERNANDO DOS SANTOS
6145710	ALEX SANDRO MARTINS DE OLIVEIRA

Secretaria de Estado de Administração Penitenciária

ID FUNCIONAL	NOME DO SERVIDOR
43480861	FERNANDA GUEDES COELHO

PROCESSO Nº SEI-070002/000368/2023 - AUTORIZO a excepcionalidade do Decreto nº 48.299, de 29/12/2022, mantendo-se a cessão do servidor CABO FERNANDO CATALDO CORTES, RG nº 85723, ID Funcional nº 43297463, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado de Polícia Militar, no Instituto Estadual do Ambiente - INEA.

RETIFICAÇÃO
D.O. DE 12/01/2023
PÁGINA 05 - 1ª COLUMNA
DESPACHO DO GOVERNADOR
DE 11/01/2023

PROCESSO Nº SEI-320001/000052/2023

Onde se lê: ... FABIO SALES CAMPOS, 1º SGT PM, RG 73.325, Id. Funcional nº 19820747...
Leia-se: ...FLAVIO SALES DE CARVALHO, 1º SGT PM, RG 73.325, Id Funcional nº 21951241...

Secretaria de Estado da Casa Civil

ATOS DO SECRETÁRIO

DE 12 DE JANEIRO DE 2023

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA CASA CIVIL, usando das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto nº 40.644, de 08/03/2007,

RESOLVE :

EXONERAR ALEXANDRE MENDES MEYOHAS, ID FUNCIONAL Nº 5115604-0, do cargo em comissão de Assistente, símbolo DAS-6, da Superintendência de Sistemas de Gestão de Pessoas, da Subsecretaria de Gestão de Pessoas, da Secretaria de Estado da Casa Civil. Processo nº SEI-150001/002802/2022.

EXONERAR GABRIELA CAPOBIANGO SOARES BALDINE, ID FUNCIONAL Nº 5097413-0, do cargo em comissão de Assessor, símbolo DAS-8, da Secretaria de Estado da Casa Civil. Processo nº SEI-150001/002802/2022.

NOMEAR ADRIELLE CONCEIÇÃO DE CARVALHO, para exercer o cargo em comissão de Assistente, símbolo DAS-6, da Subsecretaria de Gestão de Pessoas, da Secretaria de Estado da Casa Civil, em vaga prevista pelo Decreto nº 48.317, de 10 de janeiro de 2023. Processo nº SEI-150001/001017/2023.

NOMEAR MAYARA PACHECO DE AMORIM, para exercer o cargo em comissão de Assistente, símbolo DAS-6, da Subsecretaria de Gestão de Pessoas, da Secretaria de Estado da Casa Civil, em vaga prevista pelo Decreto nº 48.317, de 10 de janeiro de 2023. Processo nº SEI-150001/001017/2023.

NOMEAR LESLIE PRATA para exercer, o cargo em comissão de Assessor, símbolo DAS-8, da Secretaria de Estado da Casa Civil, anteriormente ocupado por Gabriela Capobiango Soares Baldine, ID Funcional nº 5097413-0. Processo nº SEI-150001/002802/2022.

NOMEAR REGINA AMELIA COSTA OLIVEIRA, para exercer o cargo em comissão de Assistente, símbolo DAS-6, da Subsecretaria de Concessões e Parcerias, da Secretaria de Estado da Casa Civil, em vaga prevista pelo Decreto nº 48.317, de 10 de janeiro de 2023. Processo nº SEI-150001/027554/2022.

NOMEAR ANDREZA CAVALCANTE DOS SANTOS para exercer, o cargo em comissão de Assistente I, símbolo DAS-6, da Coordenadoria Geral de Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAL, do Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro - DETRAN/RJ, da Secretaria de Estado da Casa Civil, anteriormente ocupado por Karolaine de Araujo Rodrigues do Espírito Santo, ID Funcional nº 51241897. Processo nº SEI-150027/000949/2022.

NOMEAR CLARISSA FERREIRA DE SOUZA, ID FUNCIONAL Nº 5092564-4, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Departamento, símbolo DAS-7, do Departamento de Conferência e Publicação, da Coordenadoria de Operações e Logística para Concursos e Processos Seletivos, da Diretoria de Concursos e Processos Seletivos, da Fundação Centro Estadual de Estatística, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Estado do Rio de Janeiro - CEPERJ, da Secretaria de Estado da Casa Civil, anteriormente ocupado por Roberta de Faria Marques da Silva, ID Funcional nº 4326576-6,. Processo nº SEI-150161/000036/2023.

EXONERAR, com validade a contar de 06 de janeiro de 2023, CARLOS FERNANDO ALENCASTRO MUNIZ FREIRE JUNIOR, ID FUNCIONAL Nº 5037197-4, do cargo em comissão de Assistente de Logística III, símbolo DAI-4, do Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Rio de Janeiro - IPEM/RJ, da Secretaria de Estado da Casa Civil. Processo nº SEI-150164/000047/2023.

NOMEAR JOSÉ ALVES CHAVES, ID FUNCIONAL Nº 5127505-8, para exercer, com validade a contar de 06 de janeiro de 2023, o cargo em comissão de Assistente de Logística III, símbolo DAI-4, do Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Rio de Janeiro - IPEM/RJ, da Secretaria de Estado da Casa Civil, anteriormente ocupado por Carlos Fernando Alencastro Muniz Freire Junior, ID Funcional nº 5037197-4. Processo nº SEI-150164/000047/2023.

NOMEAR MATHEUS BATISTA DE LEMOS para exercer, o cargo em comissão de Adjunto II, símbolo DAI-2, da Superintendência de Integração Governamental, da Subsecretaria de Governo, da Secretaria de Estado de Governo, anteriormente ocupado por Gustavo Xavier Jorge, Id Funcional nº 5098602-3. Processo nº SEI-150001/002802/2022.

EXONERAR GUSTAVO XAVIER JORGE, ID FUNCIONAL Nº 5098602-3, do cargo em comissão de Adjunto II, símbolo DAI-2, da Superintendência de Integração Governamental, da Subsecretaria de Governo, da Secretaria de Estado de Governo. Processo nº SEI-150001/002802/2022.

EXONERAR, com validade a contar de 06 de janeiro de 2023, JOSÉ HAMILTON DA COSTA VASCONCELLOS, ID FUNCIONAL N º 617555-4, do cargo em comissão de Assessor, símbolo DAS-8, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio. Processo nº SEI-220012/000025/2023.

EXONERAR, a pedido e com validade a contar de 06 de janeiro de 2023, THALITA PAIXÃO DA SILVA, ID FUNCIONAL Nº 5122415-1, do cargo em comissão de Assessor, símbolo DAS-8, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio. Processo nº SEI-220012/000025/2023.

NOMEAR ISABEL SARAIVA MESQUITA para exercer, com validade a contar de 06 de janeiro de 2023, o cargo em comissão de Assessor, símbolo DAS-7, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, anteriormente ocupado por Socrates Krobell Bacelar, ID Funcional nº 5128467-7. Processo nº SEI-220012/000025/2023.

NOMEAR QUIRINO CALDAS MOREIRA, ID FUNCIONAL Nº 5129224-6, para exercer, com validade a contar de 06 de janeiro de 2023, o cargo em comissão de Assessor, símbolo DAS-8, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, anteriormente ocupado por José Hamilton da Costa Vasconcellos, ID Funcional n º 617555-4. Processo nº SEI-220012/000025/2023.

NOMEAR LUCIANA PICORELLI BRETAS DOS SANTOS, ID FUNCIONAL Nº 5127223-7, para exercer, com validade a contar de 06 de janeiro de 2023, o cargo em comissão de Assessor, símbolo DAS-7, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, anteriormente ocupado por Quirino Caldas Moreira, ID Funcional nº 5129224-6. Processo nº SEI-220012/000025/2023.

NOMEAR ADRIANO SILVA DE SOUZA para exercer, com validade a contar de 06 de janeiro de 2023, o cargo em comissão de Assistente II, símbolo DAI-6, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, anteriormente ocupado por Carla Beatriz Macedo de Souza, ID Funcional nº 5089552-4. Processo nº SEI-220012/000025/2023.

EXONERAR, com validade a contar de 06 de janeiro de 2023, LUCIANA PICORELLI BRETAS DOS SANTOS, ID FUNCIONAL Nº 5127223-7, do cargo em comissão de Agente de Desenvolvimento, símbolo DAI-1, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio. Processo nº SEI-220012/000025/2023.

NOMEAR LUDMILLA NEVES DE PASCHOAL MILITO, ID FUNCIONAL Nº 51275805, para exercer, com validade a contar de 01 de janeiro de 2023, o cargo em comissão de Ajudante II, símbolo DAI-2, da Subsecretaria de Proteção e Bem-Estar Animal - RJPE, da Secretaria de Estado de Saúde, anteriormente ocupado por Marina Fraga Vale, ID Funcional nº 5126518-4. Processo nº SEI-080015/000025/2023.

NOMEAR THIAGO AZEVEDO FERREIRA DE SOUZA, ID FUNCIONAL Nº 50930569, para exercer, com validade a contar de 01 de janeiro de 2023, o cargo em comissão de Assistente II, símbolo DAI-6, da Subsecretaria de Proteção e Bem-Estar Animal, da Secretaria de Estado de Saúde,

anteriormente ocupado por Rafaela dos Reis Amaral, Id Funcional Nº 5136368-2. Processo nº SEI-080015/000025/2023.

NOMEAR RENATO CHARLES DA SILVA BARROS para exercer, com validade a contar de 02 de janeiro de 2023, o cargo em comissão de Assessor, símbolo DAS-7, da Chefia de Gabinete, do Gabinete do Secretário, da Secretaria de Estado de Educação, anteriormente ocupado por Maria Lucia Gomes Pereira Guerra , ID Funcional nº 5644062. Processo nº SEI-030029/000144/2023.

NOMEAR FÁTIMA BEATRIZ FRANÇA MEDEIROS para exercer, com validade a contar de 04 de janeiro de 2023, o cargo em comissão de Assistente, símbolo DAS-6, do Gabinete do Secretário, da Secretaria de Estado de Educação, anteriormente ocupado por Millena Aguiar Rosa Barbosa, ID Funcional nº 5107195-9. Processo nº SEI-030029/000436/2023.

NOMEAR KAYLLA JOVENKA FONSECA GOMES, ID FUNCIONAL Nº 5105514-7, para exercer, com validade a contar de 02 de janeiro de 2023, o cargo em comissão de Assessor, símbolo DAS-8, da Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade, anteriormente ocupado por Carolina Alves Garzuzi, ID. Funcional nº 51247623. Processo nº SEI-0700026/000056/2023.

EXONERAR, com validade a contar de 04 de janeiro de 2023, **MILENA ALVES DA SILVA**, ID FUNCIONAL Nº 4347968-5, do cargo em comissão de Assessor Técnico, símbolo DAS-8, da Assessoria Técnica, da Diretoria de Biodiversidade, Áreas Protegidas e Ecossistemas, do Instituto Estadual do Ambiente - INEA, da Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade. Processo nº SEI-070002/000183/2023.

EXONERAR, a pedido e com validade a contar de 09 de setembro de 2022, **LUCAS GONCALVES IMBRUGLIA REGIS**, ID FUNCIONAL Nº 5106192-9, do cargo em comissão de Adjunto II, símbolo DAI-2, do Instituto Estadual do Ambiente - INEA, da Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade. Processo nº SEI-070002/010832/2022.

NOMEAR VANESSA VICENTE DE MACEDO para exercer, o cargo em comissão de Adjunto II, símbolo DAI-2, do Instituto Estadual do Ambiente - INEA, da Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade, anteriormente ocupado por Lucas Goncalves Imbruglia Regis, ID Funcional nº 5106192-9. Processo nº SEI-070002/010832/2022.

NOMEAR FELIPE FREITAS DOS REIS, ID FUNCIONAL Nº 4347966-9, para exercer, com validade a contar de 04 de janeiro de 2023, o cargo em comissão de Gerente, símbolo DAS-7, da Gerência de Análises Laboratoriais, da Diretoria de Segurança Hídrica e Qualidade Ambiental, do Instituto Estadual do Ambiente - INEA, da Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade, anteriormente ocupado por Marcelo Manhães de Amorim, ID Funcional nº51144832. Processo nº SEI-070002/000183/2023.

EXONERAR, com validade a contar de 04 de janeiro de 2023, **MARCELO MANHÃES DE AMORIM**, ID FUNCIONAL Nº51144832, do cargo em comissão de Gerente, símbolo DAS-7, da Gerência de Análises Laboratoriais, da Diretoria de Segurança Hídrica e Qualidade Ambiental, do Instituto Estadual do Ambiente - INEA, da Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade. Processo nº SEI-070002/000183/2023.

EXONERAR, com validade a contar de 02 de janeiro de 2023, **PEDRO HENRIQUE ALVES PEREIRA**, ID FUNCIONAL Nº 51330105, do cargo em comissão de Assistente II, símbolo DAI-6, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento. Processo nº SEI-020007/000042/2023.

NOMEAR LUIZ CLAUDIO CITELLI para exercer, com validade a contar de 02 de janeiro de 2023, o cargo em comissão de Assistente II, símbolo DAI-6, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento, anteriormente ocupado por Pedro Henrique Alves Pereira, ID Funcional nº 51330105. Processo nº SEI-020007/000042/2023.

NOMEAR WALNEY ABREU DA SILVA JUNIOR, ID FUNCIONAL Nº 51241455, para exercer, com validade a contar de 02 de janeiro de 2023, o cargo em comissão de Assistente II, símbolo DAI-6, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento, anteriormente ocupado por Caio Duarte Arona, ID Funcional nº 51399220. Processo nº SEI-020007/000045/2023.

EXONERAR, com validade a contar de 02 de janeiro de 2023, **CAIO DUARTE ARONA**, ID FUNCIONAL Nº 51399220, do cargo em comissão de Assistente II, símbolo DAI-6, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento. Processo nº SEI-020007/000045/2023.

EXONERAR, com validade a contar de 03 de janeiro de 2023, **WILDO LUIZ BAPTISTA DOS SANTOS**, ID FUNCIONAL Nº 51190125, do cargo em comissão de Auxiliar II, símbolo DAI-4, da Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro - FIPERJ, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento. Processo nº SEI-020007/000053/2023.

NOMEAR JOSÉ ANTONIO MOREIRA PINTO, ID FUNCIONAL Nº 26931141, para exercer, com validade a contar de 03 de janeiro de 2023, o cargo em comissão de Auxiliar II, símbolo DAI-4, da Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro - FIPERJ, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento, anteriormente ocupado por Wildo Luiz Baptista dos Santos, ID Funcional nº 51190125. Processo nº SEI-020007/000053/2023.

EXONERAR, com validade a contar de 06 de janeiro de 2023, **JOACIR FONSECA GARCIA**, ID FUNCIONAL Nº 51244454, do cargo em comissão de Auxiliar II, símbolo DAI-4, da Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro - FIPERJ, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento. Processo nº SEI-020007/000120/2023.

NOMEAR KETHYLLI DA SILVA REIS para exercer, com validade a contar de 06 de janeiro de 2023, o cargo em comissão de Auxiliar II, símbolo DAI-4, da Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro - FIPERJ, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento, anteriormente ocupado por Joacir Fonseca Garcia, ID Funcional nº 51244454. Processo nº SEI-020007/000120/2023.

NOMEAR THIAGO FARIA RODRIGUES PEIXOTO, ID FUNCIONAL Nº 50996738, para exercer o cargo em comissão de Assessor-Chefe, símbolo DAS-7, da Assessoria Jurídica, da Fundação Museu da Imagem e do Som - FMIS, da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa, anteriormente ocupado por Stephanie Saboia Saeger, ID Funcional nº 5092054-5. Processo nº SEI-180007/000146/2023.

NOMEAR DAVID AMORIM DE REZENDE, ID FUNCIONAL Nº 51221535, para exercer, com validade a contar de 09 de janeiro de 2023, o cargo em comissão de Assistente II, símbolo DAI-6, da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa, anteriormente ocupado por Anderson de Moraes Cardoso, ID Funcional nº 51210894. Processo nº SEI-180007/000172/2023.

NOMEAR ELIDA DE SOUSA MARTINS, ID FUNCIONAL Nº 51238110, para exercer, com validade a contar de 14 de dezembro de 2022, o cargo em comissão de Coordenador, símbolo DAS-8, do Centro de Recuperação Social de Fonseca, da Diretoria de Assistência Especializada, da Fundação Leão XIII, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e de Direitos Humanos, anteriormente ocupado por Rosiana de Oliveira Leite, ID Funcional Nº 4342455-4. Processo nº SEI-310006/000027/2023.

NOMEAR GABRIEL MARTINS DOS SANTOS, ID FUNCIONAL Nº 5127045-5, para exercer, com validade a contar de 29 de dezembro de 2022, o cargo em comissão de Coordenador, símbolo DAS-8, do Centro de Recuperação Social de Itaipu, da Diretoria de Assistência Especializada, da Fundação Leão XIII, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e de Direitos Humanos, anteriormente ocupado por Guaraci Costa Barros, ID Funcional nº 4407222-8. Processo nº SEI-310006/000034/2023.

TORNAR SEM EFEITO o Ato de 06 de janeiro de 2023, publicado no D.O. de 09/01/2023, que exonou, com validade a contar de 06 de

janeiro de 2023, **RUAN CARLOS POZES DA CRUZ**, ID FUNCIONAL Nº 41403840, do cargo em comissão de Coordenador, símbolo DAS-7, do Pólo de Articulação Regional Serrana I, da Diretoria de Promoção Social do Interior, da Fundação Leão XIII, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e de Direitos Humanos. Processo nº SEI-310006/000027/2023.

NOMEAR KARINA DE FREITAS BRONZO, ID FUNCIONAL Nº 4401033-8, para exercer, com validade a contar de 01 de janeiro de 2023, o cargo em comissão de Assistente II, símbolo DAI-6, da Secretaria de Estado de Esporte e Lazer, anteriormente ocupado por Pamela Conceição Lopes Panasco, ID Funcional nº 5100744-4. Processo nº SEI-300001/000032/2023.

TORNAR SEM EFEITO o Ato de 10 de janeiro de 2023, publicado no D.O. de 11/01/2023, que exonou, com validade a contar de 10 de janeiro de 2023, **ATTILIO GUGLIELMO**, ID FUNCIONAL Nº 5036036-1, do cargo em comissão de Diretor de Divisão, símbolo DAS-6, da Divisão de Fomento, do Departamento de Produção Artesanal, da Coordenadoria do Programa de Artesanato do Estado do Rio de Janeiro, da Subsecretaria Adjunta de Gestão, da Secretaria de Estado de Turismo. Processo nº SEI-050003/000047/2023.

EXONERAR, com validade a contar de 09 de janeiro de 2023, **MARCO ANTONIO DOS SANTOS RICCARDI JUNIOR**, ID FUNCIONAL Nº 4379544-7, do cargo em comissão de Assessor, símbolo DAS-7, da Controladoria Geral do Estado do Rio de Janeiro - CGE. Processo nº SEI-320001/000132/2023.

EXONERAR, com validade a contar de 09 de janeiro de 2023, **MARCOS LUIZ GONÇALVES**, ID FUNCIONAL Nº 2969308-0, do cargo em comissão de Assessor, símbolo DAS-7, da Controladoria Geral do Estado do Rio de Janeiro - CGE. Processo nº SEI-320001/000132/2023.

EXONERAR, a pedido e com validade a contar de 12 de janeiro de 2023, **LAILA OLIVEIRA FATEICHA**, ID FUNCIONAL Nº 5100615-4, do cargo em comissão de Coordenador, símbolo DAS-6, da Secretaria de Estado de Trabalho e Renda. Processo nº SEI-400001/000051/2023.

EXONERAR, com validade a contar de 11 de janeiro de 2023, **PAULA DUARTE SANTOS**, ID. FUNCIONAL Nº 51249944, do cargo em comissão de Assistente II, símbolo DAI-6, da Secretaria de Estado de Trabalho e Renda. Processo nº SEI-400001/000043/2023.

EXONERAR, com validade a contar de 11 de janeiro de 2023, **THALITA MELO DA SILVA**, ID. FUNCIONAL Nº 5133589-1, do cargo em comissão de Assistente II, símbolo DAI-6, da Secretaria de Estado de Trabalho e Renda. Processo nº SEI-400001/000043/2023.

EXONERAR, com validade a contar de 11 de janeiro de 2023, **ANDREA MARIA ANDRADE DOS SANTOS DE SANTANA**, ID. FUNCIONAL Nº 5124303-2, do cargo em comissão de Assistente II, símbolo DAI-6, da Secretaria de Estado de Trabalho e Renda. Processo nº SEI-400001/000043/2023.

EXONERAR, com validade a contar de 11 de janeiro de 2023, **LUISA TUPINAMBA MOLINA CUNHA**, ID FUNCIONAL Nº 5036193-7, do cargo em comissão de Assistente II, símbolo DAI-6, da Secretaria de Estado de Trabalho e Renda. Processo nº SEI-400001/000043/2023.

EXONERAR, com validade a contar de 11 de janeiro de 2023, **GABRIELA SORRILHA SANTOS**, ID. FUNCIONAL Nº 51277921, do cargo em comissão de Assistente II, símbolo DAI-6, da Secretaria de Estado de Trabalho e Renda. Processo nº SEI-400001/000043/2023.

EXONERAR, com validade a contar de 11 de janeiro de 2023, **MARIANA CRISTINA PINTO MONTEIRO**, ID. FUNCIONAL Nº 5128536-3, do cargo em comissão de Assistente II, símbolo DAI-6, da Secretaria de Estado de Trabalho e Renda. Processo nº SEI-400001/000043/2023.

EXONERAR, com validade a contar de 11 de janeiro de 2023, **BRUNA PAIZANO FERNANDES DOS SANTOS PASSOS**, ID FUNCIONAL Nº 4408362-9, do cargo em comissão de Ajudante I, símbolo DAI-1, da Secretaria de Estado de Trabalho e Renda. Processo nº SEI-400001/000043/2023.

EXONERAR, com validade a contar de 11 de janeiro de 2023, **VINIcius SANTOS RANGEL**, ID FUNCIONAL Nº 1406556-8, do cargo em comissão de Ajudante I, símbolo DAI-1, da Secretaria de Estado de Trabalho e Renda. Processo nº SEI-400001/000043/2023.

NOMEAR WASHINGTON LUIZ SANANDREZ TEIXEIRA, ID FUNCIONAL Nº 554745-8, para exercer, com validade a contar de 12 de janeiro de 2023, o cargo em comissão de Ajudante I, símbolo DAI-1, da Secretaria de Estado de Trabalho e Renda, anteriormente ocupado por Rita de Cassia da Silva, ID Funcional nº 5124728-3. Processo nº SEI-400001/000057/2023.

EXONERAR, com validade a contar de 11 de janeiro de 2023, **EDSON SANTANA DE ALCANTARA JUNIOR**, ID FUNCIONAL Nº 5109795-8, do cargo em comissão de Assessor, símbolo DAS-8, da Chefia de Gabinete, do Gabinete do Secretário, da Secretaria Extraordinária de Representação do Governo em Brasília. Processo nº SEI-370001/000008/2023.

NOMEAR SAMARA ALVES LIMA, ID FUNCIONAL Nº 5103060-8, para exercer o cargo em comissão de Coordenador, símbolo DAS-7, da Coordenação de Patrimônio, Almoxarifado e Serviços Administrativos, da Superintendência de Recursos Logísticos, da Subsecretaria de Administração, da Secretaria Extraordinária de Representação do Governo em Brasília, anteriormente ocupado por Maria Gonçalves Pedrosa Cimino, ID Funcional nº 51246570. Processo nº SEI-370001/000008/2023.

EXONERAR, com validade a contar de 11 de janeiro de 2023, **SAMARA ALVES LIMA**, ID FUNCIONAL Nº 5103060-8, do cargo em comissão de Coordenador, símbolo DAS-7, da Coordenação de Gestão de Pessoas, da Superintendência de Contabilidade, Administração e Finançaieira, da Subsecretaria de Administração, da Secretaria Extraordinária de Representação do Governo em Brasília. Processo nº SEI-370001/000008/2023.

NOMEAR EDSON SANTANA DE ALCANTARA JUNIOR, ID FUNCIONAL Nº 5109795-8, para exercer, com validade a contar de 11 de janeiro de 2023, o cargo em comissão de Coordenador, símbolo DAS-7, da Coordenação de Gestão de Pessoas, da Superintendência de Contabilidade, Administração e Finançaieira, da Subsecretaria de Administração, da Secretaria Extraordinária de Representação do Governo em Brasília, anteriormente ocupado por Samara Alves Lima, ID Funcional nº 5103060-8. Processo nº SEI-370001/000008/2023.

NOMEAR LUIZ GOMES SA NETO para exercer, com validade a contar de 01 de janeiro de 2023, o cargo em comissão de Assistente, símbolo DAS-6, da Presidência, do Centro de Tecnologia de Informação e Comunicação do Estado do Rio de Janeiro - PRODERJ, da Secretaria de Estado de Transformação Digital, anteriormente ocupado por Danielle Barleta de Paula da Silva, ID Funcional Nº 51357569. Processo nº SEI-430002/000061/2023.

NOMEAR ANELISE ALVES TUPINAMBÁ, ID FUNCIONAL Nº 2044096-0, para exercer, com validade a contar de 06 de janeiro de 2023, o cargo em comissão de Assessor-Chefe, símbolo DAS-8, da Assessoria Administrativa, do Gabinete do Secretário, da Secretaria de Estado da Mulher, em vaga resultante da transferência estabelecida pelo Decreto nº 48.310, de 09 de janeiro de 2023. Processo nº SEI-500001/000004/2023.

RETIFICAÇÃO
D.O DE 28.02.2008
PÁGINA 5 - 1ª COLUNA
ATO DO SECRETÁRIO
DE 27 DE FEVEREIRO DE 2008

Onde se lê:
DEMITIR, a pedido, a contar de 15 de março de 2007, do Quadro de Oficiais de Saúde, do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro, o Cap BM QOS/Dent/00 RAUL MARCOS LOPES DANTAS, RG 28.512...

Leia-se:
DEMITIR, a pedido, a contar de 04 de agosto de 2007, do Quadro de Oficiais de Saúde, do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro, o Cap BM QOS/Dent/00 RAUL MARCOS LOPES DANTAS, RG 28.512...

DESPACHOS DO SECRETÁRIO
DE 12 DE JANEIRO DE 2023

PROCESSO Nº SEI-150001/028807/2022 - RATIFICO a dispensa de licitação, em conformidade com o art. 26 da Lei nº 8.666/93, em favor do CONSÓRCIO CENTRAL DA CIDADANIA, no valor total R\$ 50.388.660,00 (cinquenta milhões, trezentos e oitenta e oito mil, seiscientos e sessenta reais), com fulcro no art. 24, inciso IV do citado diploma legal.

DE 12 DE JANEIRO DE 2023

PROCESSO Nº SEI-030029/013289/2022 - AUTORIZO a cessão, por permuta, da servidora CRISTIANE MARCONDES PAES MAREQUITO, ID Funcional nº 5572037, vínculo 7, Matrícula nº 0962866-0, Professor Docente I, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado de Educação - SEEDUC, com a servidora municipal ANGELA MARIA VIMERCATE RIBEIRO, Professor Docente II, Matrícula nº 18105, da Prefeitura Municipal de Itaboraí/RJ, com validade a contar de 15/10/2022.

PROCESSO Nº SEI-500001/000001/2023 - AUTORIZO a cessão da servidora TATIANA RIBEIRO QUEIROZ DE OLIVEIRA, Delegado de Polícia, ID Funcional nº 5649536, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado de Polícia Civil, para a Secretaria de Estado da Mulher.

SUBSECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS
ATO DO SUBSECRETÁRIO

PORTARIA SECC/SUBGEP Nº 01 DE 12 DE JANEIRO DE 2023

DEFINE AS RUBRICAS UTILIZADAS NA RECOMPOSIÇÃO SALARIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO PODER EXECUTIVO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SUBSECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS DA SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, e tendo em vista o que consta do Processo nº SEI-150001/000996/2023,

CONSIDERANDO:

- as disposições estabelecidas pela Lei Estadual nº 9.952, de 04 de janeiro de 2023, que dispõe sobre a recomposição da remuneração dos servidores ativos, inativos e pensionistas do Estado do Rio de Janeiro;

- as disposições contidas no Decreto Estadual nº 48.318, de 11 de janeiro de 2023, acerca da forma de implementação da recomposição remuneratória do Poder Executivo;

- a necessidade de parametrização do Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos do Estado do Rio de Janeiro - SIGRH/RJ - para cumprimento do disposto na referida Lei.

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam estabelecidas, por meio do Anexo Único da presente Portaria, as rubricas majoradas de acordo com o índice de 5,90% estabelecido na Lei nº 9.952, de 04 de janeiro de 2023 e no Decreto nº 48.318, de 11 de janeiro de 2023, para fins de cálculo da recomposição remuneratória, a partir da competência janeiro/2023.

Parágrafo Único - Unicamente para as fundações públicas de direito privado que não tenham rubricas de Gratificação de Encargos Especiais em sua composição remuneratória, empresas públicas e sociedades de economia mista, além das rubricas constantes no Anexo Único, será aplicada a recomposição definida no caput na rubrica 0005 - Cargo em Comissão.

Art. 2º - As rubricas cuja fórmula de cálculo esteja vinculada às rubricas listadas no Anexo Único são atualizadas automaticamente.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 2023

JOSÉ DIAS DA SILVA
Subsecretário de Gestão de Pessoas
ANEXO ÚNICO

Número	Rubrica
0001	Vencimento
0002	Provento
0003	Salário
0004	Soldo
0007	Remuneração
0009	Soldo - Provento
0019	Remuneração Estágio Experimental
1507	Produtividade Fiscal DL232/75
1508	Regime Especial de Trab da Adm Fazendaria - SEF Lei 1650
1520	Gratificação de Desempenho de Atividade
1530	Adicional de Qualificação
2250	Gratificação de Atividade de Fiscalização

Id: 2451656

SUBSECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS
DESPACHO DO SUBSECRETÁRIO
DE 27.12.2022

***PROCESSO Nº SEI-030036/007760/2022 - GILCEA DA CONCEIÇÃO RIBEIRO VIEIRA**, ID Funcional 5782139, Professor Docente I - 18 horas, vínculo 2 (SEEDUC) e Professor Docente I, matrícula nº 15179 (Prefeitura Municipal de Seropédica). **LÍCITA** a acumulação de cargos pela servidora, nos termos do art. 37, inciso XVI, alínea "a", da CRFB/1988.

*Republikado por incorreções no original publicado no D.O de 09.01.2023.

RETIFICAÇÕES
D.O. DE 05.08.2022
PÁGINA 03 - 2ª COLUNA
DESPACHO DO SUBSECRETÁRIO
DE 02.08.2022

PROCESSO Nº SEI-030030/004933/2021 - ALZIRA CATHARINA DA SILVA PORTO
Onde se lê: ...ID Funcional 36364933 ...
Leia-se: ...ID Funcional 36494933...

D.O. DE 23.12.2022
PÁGINA 12 - 1ª COLUNA
DESPACHO DO SUBSECRETÁRIO
DE 09.08.2022

PROCESSO Nº SEI-E-03/10400440/2008
Onde se lê: NADIR SHEILA DE OLIVEIRA LACERDA.
Leia-se: NADIR SHEYLA DE OLIVEIRA MOREIRA LACERDA.

Id: 2451425

Secretaria de Estado de Governo
ATO DOS SECRETÁRIOS
RESOLUÇÃO CONJUNTA SEGOV/GSI Nº 30 DE 12 DE JANEIRO DE 2023
DESCENTRALIZA A EXECUÇÃO DE CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO NA FORMA A SEGUIR ESPECIFICADA.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE GOVERNO - SEGOV E O SECRETÁRIO DE ESTADO DO GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL DO GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - GSI, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 9.368 de 20 de julho de 2021, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária Anual de 2022 (LDO), o Decreto Estadual nº 47.891 de 23 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a execução antecipada do Orçamento Anual do Poder Executivo para o exercício de 2022, e o Decreto nº 42.436, de 30 de abril de 2010, que dispõe sobre a Descentralização da Execução de Créditos Orçamentários e tendo em vista o que consta no processo nº SEI-390004/000009/2023;

RESOLVEM:

Art. 1º - Descentralizar a execução do crédito orçamentário na forma a seguir especificada:

I - OBJETO: Despesas de locação de 01 (um) veículo automotor sem blindagem, pertinente ao contrato nº 002/2019 celebrado com a empresa EBEC - EMPRESA BRASILEIRA DE ENGENHARIA E COMÉRCIO S/A, cujo o valor unitário é de R\$ 4.160,15 (quatro mil cento e sessenta reais e quinze centavos), totalizando R\$ 12.480,45 (doze mil quatrocentos e oitenta reais e cinquenta centavos) para as competências de Janeiro, Fevereiro e Março.
II - VIGÊNCIA: Início: 01/01/2023 Término: 31/12/2023
III - DE/Concedente: Órgão 57010 - Secretaria de Estado de Governo - SEGOV
UO - 57010 - Secretaria de Estado de Governo - SEGOV
UG - 570100 - Secretaria de Estado de Governo - SEGOV
IV - PARA/Executante: 06000 - Gabinete de Segurança Institucional do Governo do Estado do Rio de Janeiro - GSI.
UO - 06020 - Subsecretaria Militar do Gabinete de Segurança Institucional- SSMGSI.
UG - 210600- Subsecretaria Militar do Gabinete de Segurança Institucional- SSMGSI.
V - CRÉDITO:
PT: 57.010.04.122.0002.2016
ND: 3390
FONTE: 100
VALOR: R\$ 12.480,45 (doze mil quatrocentos e oitenta reais e quarenta e cinco centavos).

Art. 2º - O projeto, o plano de trabalho detalhado e a prestação de contas dos recursos descentralizados, deverão ser elaborados pelos responsáveis dos setores que acompanham a execução do objeto da descentralização, acompanhados de toda documentação, como previsto na Instrução Normativa AGE nº 24, de 10 de setembro de 2013, com as alterações das Instruções Normativas AGE nº 25, de 31 de janeiro de 2014, e AGE nº 27, de 14 de abril de 2014.

Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a contar de 01 de janeiro de 2023, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de janeiro de 2023

RODRIGO DA SILVA BACELLAR
Secretário de Estado de Governo

EDU GUIMARÃES DE SOUZA

Secretário de Estado do Gabinete Institucional do Governo
Do Estado do Rio de Janeiro

Id: 2451556

SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO

DESPACHO DO SECRETÁRIO
DE 09/01/2023

***PROCESSO Nº SEI-420001/000602/2021- HOMOLOGO** o procedimento de Licitação na modalidade Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 14/2022, cujo objeto é o registro de preços para prestação de serviços comuns e contínuos, de locação, por diária, de sistema de comunicação viária, luminosa, através de painel de mensagem variável, para atender a demanda da Operação Lei Seca, no valor total de R\$ 10.903.786,06 (dez milhões novecentos e três mil setecentos e oitenta e seis reais e seis centavos), em favor do licitante TRAFEG SINALIZAÇÃO E SEGURANÇA DE TRÂNSITO LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 35.864.628/0001-10, para o item 01 no valor de R\$ 150.720,00 (cento e cinquenta mil setecentos e vinte reais); para o item 02 no valor de R\$9.079.324,54 (nove milhões setenta e nove mil trezentos e vinte e quatro reais e cinquenta e quatro centavos), para o item 03 no valor de R\$327.600,00 (trezentos e vinte e sete mil e seiscentos reais), para o item 04 no valor de R\$ 514.668,00 (quinhentos e quinze mil seiscentos e sessenta e oito reais), para o item 05 no valor de R\$ 259.099,20 (duzentos e cinquenta e nove mil noventa e nove reais e vinte centavos), para o item 06 no valor de R\$ 151.224,48 (cento e cinquenta e um mil duzentos e vinte e quatro reais e quarenta e oito centavos), para o item 07 no valor de R\$ 259.533,36 (duzentos e cinquenta e nove mil quinhentos e trinta e três reais e trinta e seis centavos), para o item 08 no valor de R\$ 161.616,48 (cento e sessenta e um mil seiscentos e dezesseis reais e quarenta e oito centavos), com base na adjudicação do i. Pregoeiro. *Replicado por incorreção no original publicado no D.O de 12.01.2023.

Id: 2451555

Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

ATO DO SECRETÁRIO
DE 10.01.2023

DESIGNA CARLOS ALBERTO COSTA DE OLIVEIRA, ID Funcional 5102562-0, Superintendente de Infraestrutura, símbolo DG, para, sem prejuízo de suas atribuições, responder, interinamente, pelo expediente do Depósito Público do Estado do Rio de Janeiro - DPERJ, da Subsecretaria de Administração - SUBADM, desta Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG, com validade a contar de 09/01/2023. Processo nº SEI-120001/000244/2023.

Id: 2451588

Secretaria de Estado de Fazenda

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS

ATO DA SUPERINTENDENTE
DE 12.01.2023

DESIGNA JULLY COSTA DA SILVA MENDES, identidade funcional nº 5125415-8, para exercer a função de Agente de Pessoal da Unidade Administrativa: 12080400000 - Escola Fazendária do Estado do Rio de Janeiro, da Subsecretaria de Administração, da Secretaria de Estado de Fazenda, cessando os efeitos da designação de ADRIANA CLARO RIBEIRO AMARAL, identidade funcional nº 4361563-5, tudo com validade a contar de 02.01.2023. Processo nº SEI-040204/000571/2022.

Id: 2451508

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS

DESPACHO DA SUPERINTENDENTE
DE 08/12/2022

PROCESSO Nº SEI-040224/009183/2022 - GRAZIELLA CUNHA BARBOSA, Analista da Fazenda Estadual, Id. Funcional nº 4417338-5 - AUTORIZO o pagamento do Adicional de Qualificação, em atendimento ao contido na Resolução SEFAZ-RJ nº 361, de 28 de dezembro de 2010, a partir do mês subseqüente ao requerimento, nos termos do art. 1º, §1º da citada Resolução.

Id: 2444771

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DE ESTADO DE RECEITA
SUPERINTENDÊNCIA DE TRIBUTAÇÃO

ATO DA SUPERINTENDENTE EM EXERCÍCIO

PORTARIA SUT Nº 505 DE 12 DE JANEIRO DE 2023

DIVULGA A BASE DE CÁLCULO DO ICMS NAS OPERAÇÕES INTERESTADUAIS COM CAFÉ CRU, NO PERÍODO DE 16 A 22 DE JANEIRO DE 2023.

A SUPERINTENDENTE DE TRIBUTAÇÃO, em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o art. 37, XVII, do Anexo da Resolução SEFAZ nº 414, de 25 de julho de 2022, tendo em vista o disposto na cláusula segunda do Convênio ICMS 15/90, de 30 de maio de 1990, e na cláusula primeira do Protocolo ICMS 07/90, e o que consta no processo nº SEI E04/0058/000006/2023,

RESOLVE:

Art. 1º - A base de cálculo do ICMS nas operações interestaduais com café cru, para o período de 16 a 22 de janeiro de 2023, é o valor da saca de 60 (sessenta) quilogramas em dólares dos Estados Unidos da América, conforme a espécie:

I - café arábica: US\$ 198,5000

II - café canillon: US\$ 135,5000

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 2023

SIMONE DE ASSIS FERREIRA

Superintendente de Tributação em exercício

Id: 2451551

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
FUNDO ÚNICO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DIRETORIA DE SEGURIDADE
GERÊNCIA DE RELACIONAMENTO COM O SEGURADO

DESPACHOS DA GERENTE
DE 02/01/2023

PROCESSO Nº SEI-040135/000213/2022 - Ex-servidor VILMA BASTOS FURTADO, ID 41579194, requerido por SANDRA MARA DE SOUZA, ID 10947817. **DEFIRO** o pedido de isenção de imposto de renda formulado 32927772, tendo em vista os termos do laudo médico 37142303.

DE 03/01/2023

PROCESSO Nº SEI-040135/000363/2022 - Ex-servidor JUAREZ LOPES MARTINS, ID 5051235-8, requerido por LUCIA MARIA FIGUEIREDO MARTINS, ID 3420397-4. **DEFIRO** o pedido de isenção de imposto de renda formulado às fls. 35515718, tendo em vista os termos do laudo médico de fls. 44961767.

PROCESSO Nº SEI-040135/000575/2022 - Ex-servidor HENRIQUE JOSE LOPES NETTO, ID 196814-9, requerido por MARLY FERREIRA LOPES E LOPES, ID 5129640-3. **DEFIRO** o pedido de isenção de imposto de renda formulado às fls. 38817749, tendo em vista os termos do laudo médico de fls. 44918452.

PROCESSO Nº SEI-040135/000429/2022 - Ex-servidor HELIO BAHIA, ID 440093-3, requerido por MARIA RIZUTTO BAHIA, ID 782315-0. **DEFIRO** o pedido de isenção de imposto de renda formulado às fls. 36485864, tendo em vista os termos do laudo médico de fls. 44978432.

Id: 2451534

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
FUNDO ÚNICO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DIRETORIA DE SEGURIDADE
GERÊNCIA DE PREVIDÊNCIA E ATUÁRIA
COORDENAÇÃO DE COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

DESPACHO DO COORDENADOR
DE 12/01/2023

PROCESSO Nº SEI-040162/001959/2022 - AUTORIZO a compensação previdenciária, conforme autorização no documento nº 43498173.

Id: 2451594

Secretaria de Estado de Desenvolvimento
Econômico, Indústria e Comércio

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

AGÊNCIA REGULADORA DE ENERGIA E SANEAMENTO BÁSICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ATOS DO CONSELHEIRO PRESIDENTE
DE 06.01.2023

NOMEAR ANDRE LEMGRUBER ASTH, ID Funcional nº 50066226, para exercer o cargo em comissão de Assessor Chefe, símbolo DG, da Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro - AGENERSA, com validade a contar de 05/01/2023, em vaga anteriormente ocupada por Thiago Couto Lage, ID Funcional nº 50059114. Processo nº SEI-220007/003916/2022.

NOMEAR RACHEL DE ARAÚJO CALOR, ID Funcional 05701147, para exercer o cargo em comissão de Assessor, símbolo DAS-8, da Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro - AGENERSA, a contar de 09/01/2023, vaga anteriormente ocupada por Patricia Lopes dos Santos de Oliveira, ID Funcional nº 51142325. Processo nº SEI- SEI-220007/003916/2022.

Id: 2450627

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ATO DO PRESIDENTE

PORTARIA JUCERJA Nº 2056 DE 10 DE JANEIRO DE 2023

CONSTITUI COMISSÃO DE SINDICÂNCIA PARA APURAR TODOS OS FATOS E INFORMAÇÕES NARRADAS NO PROCESSO Nº SEI 220011/000063/2023.

O PRESIDENTE DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - JUCERJA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Criar Comissão de Sindicância para apurar todos os fatos e informações narradas no processo nº SEI-220011/000063/2023.

Art. 2º - Designar Márcio Pumar de Paula Nicolai Chammas - ID: 5098737-2, Ariana da Silva Tibau - ID: 5104623-7 e Corinto de Arruda Falcão Filho - ID: 44295189, para, sob a presidência do primeiro

membro, e no período de 30 (trinta dias), constituir Comissão de Sindicância para apuração de todos os fatos e informações narradas no processo nº SEI-220011/000063/2023.

Art. 3º - O Presidente da Comissão fica autorizado a solicitar a participação de quaisquer outros servidores desta JUCERJA que possam esclarecer ou elucidar os fatos objeto do processo em epígrafe.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de janeiro de 2023

SÉRGIO TAVARES ROMAY

Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Id: 2451518

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESAS
DE 28/12/2022

PROCESSO Nº SEI-220011/002265/2022 - RATIFICO a Dispensa de Licitação, em conformidade com o art. 24, inciso X, da Lei nº 8.666/93, a favor da Oxipark Estacionamento e Comércio Ltda, respectivamente no valor de R\$ 34.560,00 (trinta e quatro mil, quinhentos e sessenta reais) à conta do PT 2.016 e ND 3390.39.15, com base no art. 26, da Lei nº 8.666/93.

Id: 2451533

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
DE 11/01/2023

PROCESSO Nº SEI-220011/000049/2023 - RATIFICO a Inexigibilidade de Licitação, em conformidade com o art. 26 da Lei nº 8.666/93, a favor da Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, no valor de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais) à conta do PT 2.010 e CD 3390.39.09, com base no art. 25, caput, do supracitado diploma legal, cujo objeto é a prestação de serviços de publicação de matérias no Diário Oficial do Estado.

Id: 2451485

Secretaria de Estado de Polícia Militar

ATO DO SECRETÁRIO

RESOLUÇÃO SEPM Nº 3229 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2022

DESIGNA SERVIDORES PARA GESTÃO DE CONTRATOS E COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR, no exercício de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO:

- o disposto no Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, que regulamenta a gestão e a fiscalização das contratações da Administração Pública e;

- o Proc. nº SEI-350207/000970/2022, o qual indica servidores para compor a equipe de gestão e fiscalização do contrato nº 425/2022;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designado, a contar de 21 de outubro de 2022, para realização da gestão e fiscalização do contrato nº 425/2022 os servidores, Gestor de Contratos: CB PM Bruno de Andrade Marchese - RG 95.775 - (ID FUNC 4428616-3); Gestor Substituto: CB PM Rosemberg Duarte dos Anjos RG 92.177 - (4412319-1) e Comissão de fiscalização: MAJ PM ENF Helida Odette da Silva Gonçalves Ferreira RG:76924 Id Funcional: 2443536-8, CAP PM ENF Fernanda Baltazar de Carvalho RG:89432 Id Funcional: 4398713-3, CAP PM ENF Shanna Silva Mello RG:89442 Id Funcional: 4354883-0, CAP PM ENF Emanuelle Martins Senra Teixeira RG:89428 Id Funcional: 3108513-0 do HCPM, 1º SGT PM Alex Sandro Pereira Pinto RG: 68.745 Id. Funcional: 2241166-6, 1º SGT PM Gustavo Penha Dias RG: 64.344 Id. Funcional: 2466074-4, 1º SGT PM Marcelo Dornellas RG: 68.800 Id. Funcional: 2469538-6, 1º SGT PM Sílvia Cristina Gomes Debossan RG: 73.092 Id. Funcional: 2469538-6, 2º SGT PM Wlysses Renato Gonçalves RG: 73512 Id. Funcional: 2393515-4 do HPM/NIT, Oriundo do Processo nº SEI-350207/000123/2020, firmado com a empresa HEALTH CARE COMÉRCIO DE MATERIAIS MEDICO CIRURGICO E HOSPITALAR LTDA.

Art. 2º - É de responsabilidade dos Gestores e Gestores Substitutos executar, além dos atos inerentes às atividades gerenciais, técnicas e operacionais elencados no art. 12 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016.

I - zelar pela manutenção da cobertura contratual, pelas alterações e atualizações dos contratos;

II - deflagrar os procedimentos administrativos necessários à aplicação das penalidades previstas no contrato e na legislação em vigor, referente ao contrato formalmente passado a sua responsabilidade, especialmente, no tocante à notificação preliminar, quando for a hipótese;

III - declarar-se impedido ou providenciar junto à Diretoria Geral de Apoio Logístico a substituição imediata de servidor designado como gestor ou fiscal do contrato, na forma do art. 10 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016;

IV - coordenar e apoiar às comissões fiscalizadoras, praticando, para tanto, todos os atos inerentes às atividades gerenciais, técnicas e operacionais cabíveis ao exercício dessa função, em conformidade com a legislação de referência, bem como os atos constantes nesta resolução;

V - solicitar às Unidades beneficiadas a apresentação de documentos comprobatórios da correta execução contratual, através da fiscalização feita pela comissão existente na Unidade;

VI - solicitar à contratada comprovação da manutenção das condições de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, econômica e técnica do contrato, periodicamente, bem como requerer informações e relatórios pertinentes à consecução do serviço e à correta execução do contrato sob sua responsabilidade;

VII - conferir as notas fiscais atestadas pela comissão fiscal, relativas ao contrato, encaminhando-as ao setor responsável pelo pagamento, após conferência dos respectivos documentos;

VIII - receber dos fiscais do contrato a documentação comprobatória da boa execução dos serviços e os termos de recebimento de material e serviço (provisório e definitivo), bem como produzir e exigir da Comissão fiscalizadora relatórios circunstanciados relativos à aquisição de equipamentos de grande vulto, respeitados os prazos contratuais e legais, juntamente com as respectivas notas fiscais;

IX - abrir reclamação junto às contratadas devido ao não atendimento de obrigações estipuladas no contrato, no termo de referência ou norma legal específica do objeto, bem como a submissão de pedido de normalização da prestação devida;

X - solicitar todas as informações relativas ao contrato, que forem necessárias ao melhor gerenciamento da execução do objeto contratado;

XI - comunicar ao Chefe da Coordenação de Contratos sobre todas as alterações na execução do ajuste contratual para fins de adoção das providências administrativas cabíveis, o mais breve possível;

XII - abrir processo de apuração de descumprimento contratual, insuando-o com o máximo possível de provas da conduta irregular adotada pela contratada, especialmente quanto a comprovação: de datas de solicitações de atendimento; datas de início e término de prazos

de entrega; datas de entregas efetivamente realizadas, visando instruir o cálculo de eventuais multas de mora. Além dos documentos comprobatórios de comunicação a contratada de descumprimento contratual; de pedido de esclarecimentos quanto à conduta; e de pedido de normalização da prestação;

Art. 3º - Os servidores designados no artigo primeiro deverão acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e seus aditivos, bem como manter os Gestores do contrato atualizados sobre o desempenho da execução contratual, praticando, para isso, todos os atos inerentes ao exercício dessa função, incluindo, além daqueles elencados no art. 13 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016:

- I** - a atestação das notas fiscais relativas ao contrato, por dois servidores membros da comissão;
- II** - encaminhamento, ao gestor do contrato, de toda documentação comprobatória da boa execução e o termo de recebimento do serviço, bem como os relatórios circunstanciados contendo as alterações observadas (se houver), respeitados os prazos contratuais e legais, juntamente com respectivas notas fiscais;
- III** - prestação, ao gestor, de todas as informações relativas a execução do contrato que o mesmo necessitar;
- IV** - comunicação, ao gestor do contrato, de todas as alterações na execução do ajuste contratual para fins de adoção das providências administrativas cabíveis, o mais breve possível;
- V** - efetuar a glosa nas notas fiscais por eventuais falhas durante a execução do contrato;
- VI** - abrir processo de liquidação com as notas fiscais relativas ao serviço, conforme previsão contratual, inserindo um despacho relatando todas as falhas observadas na execução contratual de modo a municiar o gestor com as informações necessárias a fim de notificar a contratada visando à apuração e a aplicação das devidas sanções administrativas por descumprimento de contrato.

Art. 4º - Fica sob a responsabilidade da UNIDADE BENEFICIADA pelo contrato:

- I** - manter, sempre, no mínimo, dois membros da comissão fiscalizadora em condições de analisar, conferir, atestar ou validar a atestação das notas fiscais do contrato relacionado;
- II** - viabilizar, na hipótese de transferência do servidor designado como fiscal, que a apresentação na Unidade de destino, somente ocorra após a publicação em DOERJ do substituto. A indicação para substituição de servidores designados como fiscais deverá ser feita aos gestores do Contrato para decisão junto à Diretoria Geral de Saúde.
- III** - providenciar a substituição imediata de servidor designado que se achar impedido na forma do art.10 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, encaminhando a solicitação através de SEI aos Gestores do Contrato.

§ 1º - O agente público em situação de impedimento fica obrigado a comunicá-lo aos seus superiores imediatamente, a fim de que seja providenciada a designação de outro servidor.

§ 2º - Enquanto não for publicada no DOERJ a substituição dos membros desta comissão de gestão e fiscal, ficam estes servidores vinculados à atividade de acompanhamento e controle da execução contratual.

Art. 5º - Caberá a DIRETORIA DE SUPRIMENTOS DE SAÚDE (DSS) a formalização e os procedimentos relativos elaboração e celebração de minutas contratuais, de termos aditivos e apostilamentos, a coleta de assinatura dos representantes das partes, a publicação dos atos em DOERJ e à realização de pesquisa de mercado para a verificação de economicidade, nos casos em que a legislação assim o exigir.

Parágrafo Único - Em casos de objetos de grande complexidade ou de disponibilidade restrita ao mercado local, o Setor de Pesquisa de Mercado da DSS deverá ser auxiliado pelo Setor Técnico Requisitante da demanda para fins de realização da referida pesquisa mercadológica.

Art. 6º - O Gestor e o Gestor Substituto, elencado no art. 1º, poderão ter dedicação exclusiva às suas atribuições, na forma do § 3º, do art. 6º do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016.

Art. 7º - Cabe ao Gestor e ao Gestor Substituto, em conformidade à previsão contida no art. 11, IV do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, bem como, em cumprimento ao mandamento esculpido no BOL da PM nº 068, de 16 de abril de 2020, atentar à obrigatoriedade de realização do curso de Gestão e Fiscalização de Contratos.

Art. 8º - Fica estabelecido o correio eletrônico gestao_dss@pmerj.rj.gov.br como canal de comunicação entre as Unidades Beneficiadas e a Diretoria de Licitações e Projetos, além dos demais meios formais previstos.

Art. 9º - É de responsabilidade da comissão de fiscalização verificar se as notas fiscais estão sendo inseridas e tramitadas no endereço eletrônico sisnota.pmerj.rj.gov.br, conforme publicação em BOL PM nº 213, de 19 de novembro de 2015, págs. 70 a 79, bem como fiscalizar o fiel cumprimento da confecção dos processos de liquidação.

Art. 10 - Fica estabelecido que as comissões fiscalizadoras das Unidades beneficiadas, e os demais setores que estão envolvidos na execução do contrato, direta ou indiretamente, deverão disponibilizar todas as informações necessárias ao exercício das atribuições aqui delegadas, com a maior celeridade possível, e dar acesso às instalações e dependências onde ocorrer a prestação do serviço ou a entrega de materiais, sempre que solicitado pelo Gestor ou por qualquer um dos membros de sua equipe de apoio.

Art.11 - As comissões fiscalizadoras das Unidades beneficiadas deverão obter em arquivo próprio a cópia do Termo de Referência e do Instrumento Contratual, bem como municiar-se de informações acerca da consecução da fiscalização, na forma do art. 11, IV do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, bem como, em cumprimento do mandamento esculpido no BOL da PM nº 068, de 16 de abril de 2020 atentar à obrigatoriedade de realização do curso de Gestão e fiscalização de contratos.

Art. 12 - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 2022

LUIZ HENRIQUE MARINHO PIRES
Secretário de Estado de Polícia Militar

Id: 2451441

ATO DO SECRETÁRIO

RESOLUÇÃO SEPM Nº 3230 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2022

DESIGNA SERVIDORES PARA GESTÃO DE CONTRATOS E COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR, no exercício de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO:

- o disposto no Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, que regulamenta a gestão e a fiscalização das contratações da Administração Pública e;

- o Proc. nº SEI-350207/000966/2022, o qual indica servidores para compor a equipe de gestão e fiscalização do contrato nº 422/2022;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designado, a contar de 21 de outubro de 2022, para realização da gestão e fiscalização do contrato nº 422/2022 os servidores, Gestor de Contratos: CB PM Bruno de Andrade Marchese - RG 95.775 - (ID FUNC 4428616-3); Gestor Substituto: CB PM Rosenberg Duarte dos Anjos RG 92.177 - (4412319-1) e Comissão de fiscalização: MAJ PM ENF Helida Odette da Silva Gonçalves Ferreira RG:76924 Id Funcional: 2443536-8, CAP PM ENF Fernanda Baltazar de Carvalho RG:89432 Id Funcional: 4398713-3, CAP PM ENF Shanna Silva Mello RG:89442 Id Funcional: 4354883-0, CAP PM ENF Emanuele Martins Senra Teixeira RG:89428 Id Funcional: 3108513-0 do HCPM, 1º SGT PM Alex Sandro Pereira Pinto RG: 68.745 Id. Funcional: 2241166-6, 1º SGT PM Gustavo Penha Dias RG: 64.344 Id. Funcional: 2466074-4, 1º SGT PM Marcelo Dornellas RG: 68.800 Id. Funcional: 2469538-6, 1º SGT PM Sílvia Cristina Gomes Debossan RG: 73.092 Id. Funcional: 2469538-6, 2º SGT PM Wlysses Renato Gonçalves RG: 73512 Id. Funcional: 2393515-4 do HPM/NIT, Oriundo do Processo nº SEI-350207/000123/2020, firmado com a empresa AVANTE BRASIL COMÉRCIO EIRELLI.

Art. 2º - É de responsabilidade dos Gestores e Gestores Substitutos executar, além dos atos inerentes às atividades gerenciais, técnicas e

operacionais elencados no art. 12 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016.

I - zelar pela manutenção da cobertura contratual, pelas alterações e atualizações dos contratos;

II - deflagrar os procedimentos administrativos necessários à aplicação das penalidades previstas no contrato e na legislação em vigor, referente ao contrato formalmente passado a sua responsabilidade, especialmente, no tocante à notificação preliminar, quando for a hipótese;

III - declarar-se impedido ou providenciar junto à Diretoria Geral de Apoio Logístico a substituição imediata de servidor designado como gestor ou fiscal do contrato, na forma do art. 10 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016;

IV - coordenar e apoiar às comissões fiscalizadoras, praticando, para tanto, todos os atos inerentes às atividades gerenciais, técnicas e operacionais cabíveis ao exercício dessa função, em conformidade com a legislação de referência, bem como os atos constantes nesta resolução;

V - solicitar às Unidades beneficiadas a apresentação de documentos comprobatórios da correta execução contratual, através da fiscalização feita pela comissão existente na Unidade;

VI - solicitar à contratada comprovação da manutenção das condições de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, econômica e técnica do contrato, periodicamente, bem como requerer informações e relatórios pertinentes à consecução do serviço e à correta execução do contrato sob sua responsabilidade;

VII - conferir as notas fiscais atestadas pela comissão fiscal, relativas ao contrato, encaminhando-as ao setor responsável pelo pagamento, após conferência dos respectivos documentos;

VIII - receber dos fiscais do contrato a documentação comprobatória da boa execução dos serviços e os termos de recebimento de material e serviço (provisório e definitivo), bem como produzir e exigir da Comissão fiscalizadora relatórios circunstanciados relativos à aquisição de equipamentos de grande vulto, respeitados os prazos contratuais e legais, juntamente com as respectivas notas fiscais;

IX - abrir reclamação junto às contratadas devido ao não atendimento de obrigações estipuladas no contrato, no termo de referência ou norma legal específica do objeto, bem como a submissão de pedido de normalização da prestação devida;

X - solicitar todas as informações relativas ao contrato, que forem necessárias ao melhor gerenciamento da execução do objeto contratado;

XI - comunicar ao Chefe da Coordenação de Contratos sobre todas as alterações na execução do ajuste contratual para fins de adoção das providências administrativas cabíveis, o mais breve possível;

XII - abrir processo de apuração de descumprimento contratual, instruindo-o com o máximo possível de provas da conduta irregular adotada pela contratada, especialmente quanto a comprovação: de datas de solicitações de atendimento; datas de início e término de prazos de entrega; datas de entregas efetivamente realizadas, visando instruir o cálculo de eventuais multas de mora. Além dos documentos comprobatórios de comunicação a contratada de descumprimento contratual; de pedido de esclarecimentos quanto à conduta; e de pedido de normalização da prestação;

Art. 3º - Os servidores designados no artigo primeiro deverão acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e seus aditivos, bem como manter os Gestores do contrato atualizados sobre o desempenho da execução contratual, praticando, para isso, todos os atos inerentes ao exercício dessa função, incluindo, além daqueles elencados no art. 13 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016:

- I** - a atestação das notas fiscais relativas ao contrato, por dois servidores membros da comissão;
- II** - encaminhamento, ao gestor do contrato, de toda documentação comprobatória da boa execução e o termo de recebimento do serviço, bem como os relatórios circunstanciados contendo as alterações observadas (se houver), respeitados os prazos contratuais e legais, juntamente com respectivas notas fiscais;
- III** - prestação, ao gestor, de todas as informações relativas a execução do contrato que o mesmo necessitar;
- IV** - comunicação, ao gestor do contrato, de todas as alterações na execução do ajuste contratual para fins de adoção das providências administrativas cabíveis, o mais breve possível;
- V** - efetuar a glosa nas notas fiscais por eventuais falhas durante a execução do contrato;
- VI** - abrir processo de liquidação com as notas fiscais relativas ao serviço, conforme previsão contratual, inserindo um despacho relatando todas as falhas observadas na execução contratual de modo a municiar o gestor com as informações necessárias a fim de notificar a contratada visando à apuração e a aplicação das devidas sanções administrativas por descumprimento de contrato.

Art. 4º - Fica sob a responsabilidade da UNIDADE BENEFICIADA pelo contrato:

- I** - manter, sempre, no mínimo, dois membros da comissão fiscalizadora em condições de analisar, conferir, atestar ou validar a atestação das notas fiscais do contrato relacionado;
- II** - viabilizar, na hipótese de transferência do servidor designado como fiscal, que a apresentação na Unidade de destino, somente ocorra após a publicação em DOERJ do substituto. A indicação para substituição de servidores designados como fiscais deverá ser feita aos gestores do Contrato para decisão junto à Diretoria Geral de Saúde.
- III** - providenciar a substituição imediata de servidor designado que se achar impedido na forma do art.10 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, encaminhando a solicitação através de SEI aos Gestores do Contrato.

§ 1º - O agente público em situação de impedimento fica obrigado a comunicá-lo aos seus superiores imediatamente, a fim de que seja providenciada a designação de outro servidor.

§ 2º - Enquanto não for publicada no DOERJ a substituição dos membros desta comissão de gestão e fiscal, ficam estes servidores vinculados à atividade de acompanhamento e controle da execução contratual.

Art. 5º - Caberá a DIRETORIA DE SUPRIMENTOS DE SAÚDE (DSS) a formalização e os procedimentos relativos elaboração e celebração de minutas contratuais, de termos aditivos e apostilamentos, a coleta de assinatura dos representantes das partes, a publicação dos atos em DOERJ e à realização de pesquisa de mercado para a verificação de economicidade, nos casos em que a legislação assim o exigir.

Parágrafo Único - Em casos de objetos de grande complexidade ou de disponibilidade restrita ao mercado local, o Setor de Pesquisa de Mercado da DSS deverá ser auxiliado pelo Setor Técnico Requisitante da demanda para fins de realização da referida pesquisa mercadológica.

Art. 6º - O Gestor e o Gestor Substituto, elencado no art. 1º, poderão ter dedicação exclusiva às suas atribuições, na forma do § 3º, do art. 6º do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016.

Art. 7º - Cabe ao Gestor e ao Gestor Substituto, em conformidade à previsão contida no art. 11, IV do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, bem como, em cumprimento ao mandamento esculpido no BOL da PM nº 068, de 16 de abril de 2020, atentar à obrigatoriedade de realização do curso de Gestão e Fiscalização de Contratos.

Art. 8º - Fica estabelecido o correio eletrônico gestao_dss@pmerj.rj.gov.br como canal de comunicação entre as Unidades Beneficiadas e a Diretoria de Licitações e Projetos, além dos demais meios formais previstos.

Art. 9º - É de responsabilidade da comissão de fiscalização verificar se as notas fiscais estão sendo inseridas e tramitadas no endereço eletrônico sisnota.pmerj.rj.gov.br, conforme publicação em BOL PM nº 213, de 19 de novembro de 2015, págs. 70 a 79, bem como fiscalizar o fiel cumprimento da confecção dos processos de liquidação.

Art. 10 - Fica estabelecido que as comissões fiscalizadoras das Unidades beneficiadas, e os demais setores que estão envolvidos na execução do contrato, direta ou indiretamente, deverão disponibilizar todas as informações necessárias ao exercício das atribuições aqui delegadas, com a maior celeridade possível, e dar acesso às instalações e dependências onde ocorrer a prestação do serviço ou a entrega de materiais, sempre que solicitado pelo Gestor ou por qualquer um dos membros de sua equipe de apoio.

Art.11 - As comissões fiscalizadoras das Unidades beneficiadas deverão obter em arquivo próprio a cópia do Termo de Referência e do Instrumento Contratual, bem como municiar-se de informações acerca da consecução da fiscalização, na forma do art. 11, IV do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, bem como, em cumprimento do mandamento esculpido no BOL da PM nº 068, de 16 de abril de 2020 atentar à obrigatoriedade de realização do curso de Gestão e fiscalização de contratos.

Art. 12º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 2022

LUIZ HENRIQUE MARINHO PIRES
Secretário de Estado de Polícia Militar

Id: 2451439

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

ATOS DO SECRETÁRIO

RESOLUÇÃO SEPM Nº 3252 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2022

DESIGNA E NOMEIA SERVIDORES PARA GESTÃO DE CONTRATOS E COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR, no exercício de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO:

- o disposto no Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, que regulamenta a gestão e a fiscalização das contratações da Administração Pública e;

- o Proc. nº SEI-350207/000993/2022, o qual indica servidores para compor a equipe de gestão e fiscalização do contrato nº 658/2022;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designado, a contar de 20 de dezembro de 2022, para realização da gestão e fiscalização do contrato nº 658/2022 os servidores, Gestor de Contratos: CB PM BRUNO DE ANDRADE MARCHESE - RG 95775 (ID FUNC. 4428616-3); Gestor Substituto: SD PM RG BRUNO PEREIRA DA SILVA - RG 106.941 (ID FUNC. 5096461-5) e Comissão de fiscalização: MAJ PM ENF JULIANA OLIVEIRA DE SOUZA ARAÚJO - RG:76912 Id Func.: 0563332-0, CAP PM ENF RACHELLI IOZZI NOVOA - RG:89454 Id Func.: 4353576-3 **SUPLENTE**S: CAP PM ENF PRISCILLA MAX - RG:89463 Id Func.: 4400727-2, CAP PM ENF CELISE SILVA DA TRINDADE -RG:89449 Id Func.: 4400723-0. do HCPM, Oriundo do Processo nº 350207/000941/2022, firmado com a empresa MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES S/A.

Art. 2º - É de responsabilidade dos Gestores e Gestores Substitutos executar, além dos atos inerentes às atividades gerenciais, técnicas e operacionais elencados no art. 12 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016.

I - zelar pela manutenção da cobertura contratual, pelas alterações e atualizações dos contratos;

II - deflagrar os procedimentos administrativos necessários à aplicação das penalidades previstas no contrato e na legislação em vigor, referente ao contrato formalmente passado a sua responsabilidade, especialmente, no tocante à notificação preliminar, quando for a hipótese;

III - declarar-se impedido ou providenciar junto à Diretoria Geral de Apoio Logístico a substituição imediata de servidor designado como gestor ou fiscal do contrato, na forma do art. 10 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016;

IV - coordenar e apoiar às comissões fiscalizadoras, praticando, para tanto, todos os atos inerentes às atividades gerenciais, técnicas e operacionais cabíveis ao exercício dessa função, em conformidade com a legislação de referência, bem como os atos constantes nesta resolução;

V - solicitar às Unidades beneficiadas a apresentação de documentos comprobatórios da correta execução contratual, através da fiscalização feita pela comissão existente na Unidade;

VI - solicitar à contratada comprovação da manutenção das condições de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, econômica e técnica do contrato, periodicamente, bem como requerer informações e relatórios pertinentes à consecução do serviço e à correta execução do contrato sob sua responsabilidade;

VII - conferir as notas fiscais atestadas pela comissão fiscal, relativas ao contrato, encaminhando-as ao setor responsável pelo pagamento, após conferência dos respectivos documentos;

VIII - receber dos fiscais do contrato a documentação comprobatória da boa execução dos serviços e os termos de recebimento de material e serviço (provisório e definitivo), bem como produzir e exigir da Comissão fiscalizadora relatórios circunstanciados relativos à aquisição de equipamentos de grande vulto, respeitados os prazos contratuais e legais, juntamente com as respectivas notas fiscais;

IX - abrir reclamação junto às contratadas devido ao não atendimento de obrigações estipuladas no contrato, no termo de referência ou norma legal específica do objeto, bem como a submissão de pedido de normalização da prestação devida;

X - solicitar todas as informações relativas ao contrato, que forem necessárias ao melhor gerenciamento da execução do objeto contratado;

XI - comunicar ao Chefe da Coordenação de Contratos sobre todas as alterações na execução do ajuste contratual para fins de adoção das providências administrativas cabíveis, o mais breve possível;

XII - abrir processo de apuração de descumprimento contratual, instruindo-o com o máximo possível de provas da conduta irregular adotada pela contratada, especialmente quanto a comprovação: de datas de solicitações de atendimento; datas de início e término de prazos de entrega; datas de entregas efetivamente realizadas, visando instruir o cálculo de eventuais multas de mora. Além dos documentos comprobatórios de comunicação a contratada de descumprimento contratual; de pedido de esclarecimentos quanto à conduta; e de pedido de normalização da prestação;

Art. 3º - Os servidores designados no artigo primeiro deverão acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e seus aditivos, bem como manter os Gestores do contrato atualizados sobre o desempenho da execução contratual, praticando, para isso, todos os atos inerentes ao exercício dessa função, incluindo, além daqueles elencados no art. 13 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016:

- I** - a atestação das notas fiscais relativas ao contrato, por dois servidores membros da comissão;
- II** - encaminhamento, ao gestor do contrato, de toda documentação comprobatória da boa execução e o termo de recebimento do serviço, bem como os relatórios circunstanciados contendo as alterações observadas (se houver), respeitados os prazos contratuais e legais, juntamente com respectivas notas fiscais;
- III** - prestação, ao gestor, de todas as informações relativas a execução do contrato que o mesmo necessitar;
- IV** - comunicação, ao gestor do contrato, de todas as alterações na execução do ajuste contratual para fins de adoção das providências administrativas cabíveis, o mais breve possível;
- V** - efetuar a glosa nas notas fiscais por eventuais falhas durante a execução do contrato;
- VI** - abrir processo de liquidação com as notas fiscais relativas ao serviço, conforme previsão contratual, inserindo um despacho relatando todas as falhas observadas na execução contratual de modo a municiar o gestor com as informações necessárias a fim de notificar a contratada visando à apuração e a aplicação das devidas sanções administrativas por descumprimento de contrato.

Art. 4º - Fica sob a responsabilidade da UNIDADE BENEFICIADA pelo contrato:

- I** - manter, sempre, no mínimo, dois membros da comissão fiscalizadora em condições de analisar, conferir, atestar ou validar a atestação das notas fiscais do contrato relacionado;
- II** - viabilizar, na hipótese de transferência do servidor designado como fiscal, que a apresentação na Unidade de destino, somente ocorra após a publicação em DOERJ do substituto. A indicação para substituição de servidores designados como fiscais deverá ser feita aos gestores do Contrato para decisão junto à Diretoria Geral de Saúde.
- III** - providenciar a substituição imediata de servidor designado que se achar impedido na forma do art.10 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, encaminhando a solicitação através de SEI aos Gestores do Contrato.

§ 1º - O agente público em situação de impedimento fica obrigado a comunicá-lo aos seus superiores imediatamente, a fim de que seja providenciada a designação de outro servidor.

§ 2º - Enquanto não for publicada no DOERJ a substituição dos membros desta comissão de gestão e fiscal, ficam estes servidores vinculados à atividade de acompanhamento e controle da execução contratual.

Art. 5º - Caberá a DIRETORIA DE SUPRIMENTOS DE SAÚDE (DSS) a formalização e os procedimentos relativos elaboração e celebração de minutas contratuais, de termos aditivos e apostilamentos, a coleta de assinatura dos representantes das partes, a publicação dos atos em DOERJ e à realização de pesquisa de mercado para a verificação de economicidade, nos casos em que a legislação assim o exigir.

Parágrafo Único - Em casos de objetos de grande complexidade ou de disponibilidade restrita ao mercado local, o Setor de Pesquisa de Mercado da DSS deverá ser auxiliado pelo Setor Técnico Requisitante da demanda para fins de realização da referida pesquisa mercadológica.

Art. 6º - O Gestor e o Gestor Substituto, elencado no art. 1º, poderão ter dedicação exclusiva às suas atribuições, na forma do § 3º, do art. 6º do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016.

Art. 7º - Cabe ao Gestor e ao Gestor Substituto, em conformidade à previsão contida no art. 11, IV do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, bem como, em cumprimento ao mandamento esculpido no BOL da PM nº 068, de 16 de abril de 2020, atentar à obrigatoriedade de realização do curso de Gestão e Fiscalização de Contratos.

Art. 8º - Fica estabelecido o correio eletrônico gestao_dss@pmerj.rj.gov.br como canal de comunicação entre as Unidades Beneficiadas e a Diretoria de Licitações e Projetos, além dos demais meios formais previstos.

Art. 9º - É de responsabilidade da comissão de fiscalização verificar se as notas fiscais estão sendo inseridas e tramitadas no endereço eletrônico sisnota.pmerj.rj.gov.br, conforme publicação em BOL PM nº 213, de 19 de novembro de 2015, págs. 70 a 79, bem como fiscalizar o fiel cumprimento da confecção dos processos de liquidação.

Art. 10 - Fica estabelecido que as comissões fiscalizadoras das Unidades beneficiadas, e os demais setores que estão envolvidos na execução do contrato, direta ou indiretamente, deverão disponibilizar todas as informações necessárias ao exercício das atribuições aqui delegadas, com a maior celeridade possível, e dar acesso às instalações e dependências onde ocorrer a prestação do serviço ou a entrega de materiais, sempre que solicitado pelo Gestor ou por qualquer um dos membros de sua equipe de apoio.

Art. 11 - As comissões fiscalizadoras das Unidades beneficiadas deverão obter em arquivo próprio a cópia do Termo de Referência e do Instrumento Contratual, bem como municiar-se de informações acerca da consecução da fiscalização, na forma do art. 11, IV do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, bem como, em cumprimento do mandamento esculpido no BOL da PM nº 068, de 16 de abril de 2020 atentar à obrigatoriedade de realização do curso de Gestão e fiscalização de contratos.

Art. 12 - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de dezembro de 2022

LUIZ HENRIQUE MARINHO PIRES
Secretário de Estado de Polícia Militar

Id: 2451489

RESOLUÇÃO SEPM Nº 3253 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2022

DESIGNA E NOMEIA SERVIDORES PARA GESTÃO DE CONTRATOS E COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR, no exercício de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO:

- o disposto no Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, que regulamenta a gestão e a fiscalização das contratações da Administração Pública e;

- o Proc. nº SEI-350207/000991/2022, o qual indica servidores para compor a equipe de gestão e fiscalização do contrato nº 657/2022;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designado, a contar de 20 de dezembro de 2022, para realização da gestão e fiscalização do contrato nº 657/2022 os servidores, Gestor de Contratos: CB PM BRUNO DE ANDRADE MARCHESE - RG 95775 (ID FUNC. 4428616-3); Gestor Substituto: SD PM RG BRUNO PEREIRA DA SILVA - RG 106.941 (ID FUNC. 5096461-5) e Comissão de fiscalização: MAJ PM ENF JULIANA OLIVEIRA DE SOUZA ARAÚJO - RG:76912 Id Func. 0563332-0, CAP PM ENF RACHELLI IOZZI NOVOA - RG:89454 Id Func. 4353576-3 **SUPLENTE**: CAP PM ENF PRISCILLA MAX - RG:89463 Id Func. 4400727-2, CAP PM ENF CELISE SILVA DA TRINDADE - RG:89449 Id Func. 4400723-0, do HCPM. Oriundo do Processo nº SEI-350207/000941/2022, firmado com a empresa COTAÇÃO COMERCIO REPRESENTAÇÃO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.

Art. 2º - É de responsabilidade dos Gestores e Gestores Substitutos executar, além dos atos inerentes às atividades gerenciais, técnicas e operacionais elencados no art. 12 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016.

I - zelar pela manutenção da cobertura contratual, pelas alterações e atualizações dos contratos;
II - deflagrar os procedimentos administrativos necessários à aplicação das penalidades previstas no contrato e na legislação em vigor, referente ao contrato formalmente passado a sua responsabilidade, especialmente, no tocante à notificação preliminar, quando for a hipótese;
III - declarar-se impedido ou providenciar junto à Diretoria Geral de Apoio Logístico a substituição imediata de servidor designado como gestor ou fiscal do contrato, na forma do art. 10 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016;
IV - coordenar e apoiar às comissões fiscalizadoras, praticando, para tanto, todos os atos inerentes às atividades gerenciais, técnicas e operacionais cabíveis ao exercício dessa função, em conformidade com a legislação de referência, bem como os atos constantes nesta resolução;
V - solicitar às Unidades beneficiadas a apresentação de documentos comprobatórios da correta execução contratual, através da fiscalização feita pela comissão existente na Unidade;
VI - solicitar à contratada comprovação da manutenção das condições de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, econômica e técnica do contrato, periodicamente, bem como requerer informações e relatórios pertinentes à consecução do serviço e à correta execução do contrato sob sua responsabilidade;
VII - conferir as notas fiscais atestadas pela comissão fiscal, relativas ao contrato, encaminhando-as ao setor responsável pelo pagamento, após conferência dos respectivos documentos;
VIII - receber dos fiscais do contrato a documentação comprobatória da boa execução dos serviços e os termos de recebimento de material e serviço (provisório e definitivo), bem como produzir e exigir da Comissão fiscalizadora relatórios circunstanciados relativos à aquisição de equipamentos de grande vulto, respeitados os prazos contratuais e legais, juntamente com as respectivas notas fiscais;
IX - abrir reclamação junto às contratadas devido ao não atendimento de obrigações estipuladas no contrato, no termo de referência ou norma legal específica do objeto, bem como a submissão de pedido de normalização da prestação devida;

ma legal específica do objeto, bem como a submissão de pedido de normalização da prestação devida;

X - solicitar todas as informações relativas ao contrato, que forem necessárias ao melhor gerenciamento da execução do objeto contratado;

XI - comunicar ao Chefe da Coordenação de Contratos sobre todas as alterações na execução do ajuste contratual para fins de adoção das providências administrativas cabíveis, o mais breve possível;

XII - abrir processo de apuração de descumprimento contratual, instruindo-o com o máximo possível de provas da conduta irregular adotada pela contratada, especialmente quanto a comprovação: de datas de solicitações de atendimento; datas de início e término de prazos de entrega; datas de entregas efetivamente realizadas, visando instruir o cálculo de eventuais multas de mora. Além dos documentos comprobatórios de comunicação a contratada de descumprimento contratual; de pedido de esclarecimentos quanto à conduta; e de pedido de normalização da prestação;

Art. 3º - Os servidores designados no artigo primeiro deverão acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e seus aditivos, bem como manter os Gestores do contrato atualizados sobre o desempenho da execução contratual, praticando, para isso, todos os atos inerentes ao exercício dessa função, incluindo, além daqueles elencados no art. 13 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016:

I - a atestação das notas fiscais relativas ao contrato, por dois servidores membros da comissão;

II - encaminhamento, ao gestor do contrato, de toda documentação comprobatória da boa execução e o termo de recebimento do serviço, bem como os relatórios circunstanciados contendo as alterações observadas (se houver), respeitados os prazos contratuais e legais, juntamente com respectivas notas fiscais;

III - prestação, ao gestor, de todas as informações relativas a execução do contrato que o mesmo necessitar;

IV - comunicação, ao gestor do contrato, de todas as alterações na execução do ajuste contratual para fins de adoção das providências administrativas cabíveis, o mais breve possível;

V - efetuar a glosa nas notas fiscais por eventuais falhas durante a execução do contrato;

VI - abrir processo de liquidação com as notas fiscais relativas ao serviço, conforme previsão contratual, inserindo um despacho relatando todas as falhas observadas na execução contratual de modo a municiar o gestor com as informações necessárias a fim de notificar a contratada visando à apuração e a aplicação das devidas sanções administrativas por descumprimento de contrato.

Art. 4º - Fica sob a responsabilidade da UNIDADE BENEFICIADA pelo contrato:

I - manter, sempre, no mínimo, dois membros da comissão fiscalizadora em condições de analisar, conferir, atestar ou validar a atestação das notas fiscais do contrato relacionado;

II - viabilizar, na hipótese de transferência do servidor designado como fiscal, que a apresentação na Unidade de destino, somente ocorra após a publicação em DOERJ do substituto. A indicação para substituição de servidores designados como fiscais deverá ser feita aos gestores do Contrato para decisão junto à Diretoria Geral de Saúde.

III - providenciar a substituição imediata de servidor designado que se achar impedido na forma do art.10 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, encaminhando a solicitação através de SEI aos Gestores do Contrato.

§ 1º - O agente público em situação de impedimento fica obrigado a comunicá-lo aos seus superiores imediatamente, a fim de que seja providenciada a designação de outro servidor.

§ 2º - Enquanto não for publicada no DOERJ a substituição dos membros desta comissão de gestão e fiscal, ficam estes servidores vinculados à atividade de acompanhamento e controle da execução contratual.

Art. 5º - Caberá a DIRETORIA DE SUPRIMENTOS DE SAÚDE (DSS) a formalização e os procedimentos relativos elaboração e celebração de minutas contratuais, de termos aditivos e apostilamentos, a coleta de assinatura dos representantes das partes, a publicação dos atos em DOERJ e à realização de pesquisa de mercado para a verificação de economicidade, nos casos em que a legislação assim o exigir.

Parágrafo Único - Em casos de objetos de grande complexidade ou de disponibilidade restrita ao mercado local, o Setor de Pesquisa de Mercado da DSS deverá ser auxiliado pelo Setor Técnico Requisitante da demanda para fins de realização da referida pesquisa mercadológica.

Art. 6º - O Gestor e o Gestor Substituto, elencado no art. 1º, poderão ter dedicação exclusiva às suas atribuições, na forma do § 3º, do art. 6º do Decreto Estadual nº 45.600 de 16 de março de 2016.

Art. 7º - Cabe ao Gestor e ao Gestor Substituto, em conformidade à previsão contida no art. 11, IV do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, bem como, em cumprimento ao mandamento esculpido no BOL da PM nº 068, de 16 de abril de 2020, atentar à obrigatoriedade de realização do curso de Gestão e Fiscalização de Contratos.

Art. 8º - Fica estabelecido o correio eletrônico gestao_dss@pmerj.rj.gov.br como canal de comunicação entre as Unidades Beneficiadas e a Diretoria de Licitações e Projetos, além dos demais meios formais previstos.

Art. 9º - É de responsabilidade da comissão de fiscalização verificar se as notas fiscais estão sendo inseridas e tramitadas no endereço eletrônico sisnota.pmerj.rj.gov.br, conforme publicação em BOL PM nº 213, de 19 de novembro de 2015, págs. 70 a 79, bem como fiscalizar o fiel cumprimento da confecção dos processos de liquidação.

Art. 10 - Fica estabelecido que as comissões fiscalizadoras das Unidades beneficiadas, e os demais setores que estão envolvidos na execução do contrato, direta ou indiretamente, deverão disponibilizar todas as informações necessárias ao exercício das atribuições aqui delegadas, com a maior celeridade possível, e dar acesso às instalações e dependências onde ocorrer a prestação do serviço ou a entrega de materiais, sempre que solicitado pelo Gestor ou por qualquer um dos membros de sua equipe de apoio.

Art. 11 - As comissões fiscalizadoras das Unidades beneficiadas deverão obter em arquivo próprio a cópia do Termo de Referência e do Instrumento Contratual, bem como municiar-se de informações acerca da consecução da fiscalização, na forma do art. 11, IV do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, bem como, em cumprimento do mandamento esculpido no BOL da PM nº 068, de 16 de abril de 2020 atentar à obrigatoriedade de realização do curso de Gestão e fiscalização de contratos.

Art. 12 - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de dezembro de 2022

LUIZ HENRIQUE MARINHO PIRES
Secretário de Estado de Polícia Militar

Id: 2451490

ATO DO SECRETÁRIO

RESOLUÇÃO SEPM Nº 3273 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2022

DESIGNA SERVIDORES PARA GESTÃO DE CONTRATOS E COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR, no exercício de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO:

- o disposto no Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, que regulamenta a gestão e a fiscalização das contratações da Administração Pública, e

- o Proc. nº SEI-350207/000997/2022, o qual indica servidores para compor a equipe de gestão e fiscalização do Contrato nº 659/2022.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designado, a contar de 21 de dezembro de 2022, para realização da gestão e fiscalização do Contrato nº 659/2022 os servidores, Gestor de Contratos: CB PM Bruno de Andrade Marchese - RG 95.775 - (ID FUNC 4428616-3); Gestor Substituto: SD PM Bruno Pereira da Silva - RG 106.941 (ID FUNC.: 5096461-5) e Comissão de fiscalização: Cap. PM Rebecca Gonçalves Di Láu de Carvalho - RG 89495 ID 4349917-1, Cap. PM Fernanda Alves Botelho Guimarães - RG 89499 ID 4398367-7, Cap. PM Patrícia Volli Silva - RG 89492 ID4398917-9, SUPLENTE: Maj. PM Michele Martins Fernandes Reis -

RG 89497 ID 4398751-6 do HCPM, Oriundo do processo nº SEI-350207/000914/2022, firmado com a empresa LEMAN MEDICAMENTOS E CIA LTDA.

Art. 2º - É de responsabilidade dos Gestores e Gestores Substitutos executar, além dos atos inerentes às atividades gerenciais, técnicas e operacionais elencados no art. 12 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016.

I - zelar pela manutenção da cobertura contratual, pelas alterações e atualizações dos contratos;

II - deflagrar os procedimentos administrativos necessários à aplicação das penalidades previstas no contrato e na legislação em vigor, referente ao contrato formalmente passado a sua responsabilidade, especialmente, no tocante à notificação preliminar, quando for a hipótese;

III - declarar-se impedido ou providenciar junto à Diretoria Geral de Apoio Logístico a substituição imediata de servidor designado como gestor ou fiscal do contrato, na forma do art. 10 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016;

IV - Coordenar e apoiar às comissões fiscalizadoras, praticando, para tanto, todos os atos inerentes às atividades gerenciais, técnicas e operacionais cabíveis ao exercício dessa função, em conformidade com a legislação de referência, bem como os atos constantes nesta resolução;

V - solicitar às Unidades beneficiadas a apresentação de documentos comprobatórios da correta execução contratual, através da fiscalização feita pela comissão existente na Unidade;

VI - solicitar à contratada comprovação da manutenção das condições de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, econômica e técnica do contrato, periodicamente, bem como requerer informações e relatórios pertinentes à consecução do serviço e à correta execução do contrato sob sua responsabilidade;

VII - conferir as notas fiscais atestadas pela comissão fiscal, relativas ao contrato, encaminhando-as ao setor responsável pelo pagamento, após conferência dos respectivos documentos;

VIII - receber dos fiscais do contrato a documentação comprobatória da boa execução dos serviços e os termos de recebimento de material e serviço (provisório e definitivo), bem como produzir e exigir da Comissão fiscalizadora relatórios circunstanciados relativos à aquisição de equipamentos de grande vulto, respeitados os prazos contratuais e legais, juntamente com as respectivas notas fiscais;

IX - abrir reclamação junto às contratadas devido ao não atendimento de obrigações estipuladas no contrato, no termo de referência ou norma legal específica do objeto, bem como a submissão de pedido de normalização da prestação devida;

X - solicitar todas as informações relativas ao contrato, que forem necessárias ao melhor gerenciamento da execução do objeto contratado;

XI - comunicar ao Chefe da Coordenação de Contratos sobre todas as alterações na execução do ajuste contratual para fins de adoção das providências administrativas cabíveis, o mais breve possível;

XII - abrir processo de apuração de descumprimento contratual, instruindo-o com o máximo possível de provas da conduta irregular adotada pela contratada, especialmente quanto a comprovação: de datas de solicitações de atendimento; datas de início e término de prazos de entrega; datas de entregas efetivamente realizadas, visando instruir o cálculo de eventuais multas de mora. Além dos documentos comprobatórios de comunicação a contratada de descumprimento contratual; de pedido de esclarecimentos quanto à conduta; e de pedido de normalização da prestação;

Art. 3º - Os servidores designados no artigo primeiro deverão acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e seus aditivos, bem como manter os Gestores do contrato atualizados sobre o desempenho da execução contratual, praticando, para isso, todos os atos inerentes ao exercício dessa função, incluindo, além daqueles elencados no art. 13 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016:

I - a atestação das notas fiscais relativas ao contrato, por dois servidores membros da comissão;

II - encaminhamento, ao gestor do contrato, de toda documentação comprobatória da boa execução e o termo de recebimento do serviço, bem como os relatórios circunstanciados contendo as alterações observadas (se houver), respeitados os prazos contratuais e legais, juntamente com respectivas notas fiscais;

III - prestação, ao gestor, de todas as informações relativas a execução do contrato que o mesmo necessitar;

IV - comunicação, ao gestor do contrato, de todas as alterações na execução do ajuste contratual para fins de adoção das providências administrativas cabíveis, o mais breve possível;

V - efetuar a glosa nas notas fiscais por eventuais falhas durante a execução do contrato;

VI - abrir processo de liquidação com as notas fiscais relativas ao serviço, conforme previsão contratual, inserindo um despacho relatando todas as falhas observadas na execução contratual de modo a municiar o gestor com as informações necessárias a fim de notificar a contratada visando à apuração e a aplicação das devidas sanções administrativas por descumprimento de contrato.

Art. 4º - Fica sob a responsabilidade da UNIDADE BENEFICIADA pelo contrato:

I - manter, sempre, no mínimo, dois membros da comissão fiscalizadora em condições de analisar, conferir, atestar ou validar a atestação das notas fiscais do contrato relacionado;

II - viabilizar, na hipótese de transferência do servidor designado como fiscal, que a apresentação na Unidade de destino, somente ocorra após a publicação em DOERJ do substituto. A indicação para substituição de servidores designados como fiscais deverá ser feita aos gestores do Contrato para decisão junto à Diretoria Geral de Saúde.

III - providenciar a substituição imediata de servidor designado que se achar impedido na forma do art.10 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, encaminhando a solicitação através de SEI aos Gestores do Contrato.

§ 1º - O agente público em situação de impedimento fica obrigado a comunicá-lo aos seus superiores imediatamente, a fim de que seja providenciada a designação de outro servidor.

§ 2º - Enquanto não for publicada no DOERJ a substituição dos membros desta comissão de gestão e fiscal, ficam estes servidores vinculados à atividade de acompanhamento e controle da execução contratual.

Art. 5º - Caberá a DIRETORIA DE SUPRIMENTOS DE SAÚDE (DSS) a formalização e os procedimentos relativos elaboração e celebração de minutas contratuais, de termos aditivos e apostilamentos, a coleta de assinatura dos representantes das partes, a publicação dos atos em DOERJ e à realização de pesquisa de mercado para a verificação de economicidade, nos casos em que a legislação assim o exigir.

Parágrafo Único - Em casos de objetos de grande complexidade ou de disponibilidade restrita ao mercado local, o Setor de Pesquisa de Mercado da DSS deverá ser auxiliado pelo Setor Técnico Requisitante da demanda para fins de realização da referida pesquisa mercadológica.

Art. 6º - O Gestor e o Gestor Substituto, elencado no art. 1º, poderão ter dedicação exclusiva às suas atribuições, na forma do § 3º do art. 6º do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016.

Art. 7º - Cabe ao Gestor e ao Gestor Substituto, em conformidade à previsão contida no art. 11, IV do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, bem como, em cumprimento ao mandamento esculpido no BOL da PM nº 068 de 16 de abril de 2020, atentar à obrigatoriedade de realização do curso de Gestão e Fiscalização de Contratos.

Art. 8º - Fica estabelecido o correio eletrônico gestao_dss@pmerj.rj.gov.br como canal de comunicação entre as Unidades Beneficiadas e a Diretoria de Licitações e Projetos, além dos demais meios formais previstos.

Art. 9º - É de responsabilidade da comissão de fiscalização verificar se as notas fiscais estão sendo inseridas e tramitadas no endereço eletrônico sisnota.pmerj.rj.gov.br, conforme publicação em BOL PM nº

213, de 19 de novembro de 2015, págs. 70 a 79, bem como fiscalizar o fiel cumprimento da confecção dos processos de liquidação.

Art. 10 - Fica estabelecido que as comissões fiscalizadoras das Unidades beneficiadas, e os demais setores que estão envolvidos na execução do contrato, direta ou indiretamente, deverão disponibilizar todas as informações necessárias ao exercício das atribuições aqui delegadas, com a maior celeridade possível, e dar acesso às instalações e dependências onde ocorrer a prestação do serviço ou a entrega de materiais, sempre que solicitado pelo Gestor ou por qualquer um dos membros de sua equipe de apoio.

Art. 11 - As comissões fiscalizadoras das Unidades beneficiadas deverão obter em arquivo próprio a cópia do Termo de Referência e do Instrumento Contratual, bem como municiar-se de informações acerca da consecução da fiscalização, na forma do art. 11, IV do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, bem como, em cumprimento do mandamento esculpido no BOL da PM nº 068 de 16 de abril de 2020 atentar à obrigatoriedade de realização do curso de Gestão e fiscalização de contratos.

Art. 12 - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 2022

LUIZ HENRIQUE MARINHO PIRES
Secretário de Estado de Polícia Militar

Id: 2451519

ATO DO SECRETÁRIO

RESOLUÇÃO SEPM Nº 3278 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2022

DESIGNA SERVIDORES PARA GESTÃO DE CONTRATOS E COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR, no exercício de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO:

- o disposto no Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, que regulamenta a gestão e a fiscalização das contratações da Administração Pública, e

- o Proc. nº 350207/000999/2022, o qual indica servidores para compor a equipe de gestão e fiscalização do Contrato nº 655/2022.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designado, a contar de 20 de dezembro de 2022, para realização da gestão e fiscalização do Contrato nº 655/2022 os servidores, Gestor de Contratos: CB PM Bruno de Andrade Marchese - RG:95775 Id. Func. 4428616-3; Gestor Substituto: SD PM RG Bruno Pereira da Silva - RG 106.941 Id. Func. 5096461-5 e Comissão de fiscalização: MAJ PM ENF Lucília Rosa Alves dos Santos - RG:76932 Id Funcional: 24480657, CAP PM ENF Viviani Fernandes de Pinho - RG:89429 Id Funcional: 44007132., SUPLENTEs: CAP PM ENF Nivea Cristina Salgueiro Braga - RG:89470 Id Funcional: 43535534, CAP PM ENF Nahu Cavalcante de Freitas Tavares - RG:89462 Id Funcional: 43609236. do HCPM. Oriundo do processo nº 350207/000754/2022, firmado com a empresa NOVA LINEA COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS EIRELI.

Art. 2º - É de responsabilidade dos Gestores e Gestores Substitutos executar, além dos atos inerentes às atividades gerenciais, técnicas e operacionais elencados no art. 12 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016.

I - zelar pela manutenção da cobertura contratual, pelas alterações e atualizações dos contratos;

II - deflagrar os procedimentos administrativos necessários à aplicação das penalidades previstas no contrato e na legislação em vigor, referente ao contrato formalmente passado a sua responsabilidade, especialmente, no tocante à notificação preliminar, quando for a hipótese;

III - declarar-se impedido ou providenciar junto à Diretoria Geral de Apoio Logístico a substituição imediata de servidor designado como gestor ou fiscal do contrato, na forma do art. 10 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016;

IV - coordenar e apoiar às comissões fiscalizadoras, praticando, para tanto, todos os atos inerentes às atividades gerenciais, técnicas e operacionais cabíveis ao exercício dessa função, em conformidade com a legislação de referência, bem como os atos constantes nesta resolução;

V - solicitar às Unidades beneficiadas a apresentação de documentos comprobatórios da correta execução contratual, através da fiscalização feita pela comissão existente na Unidade;

VI - solicitar à contratada comprovação da manutenção das condições de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, econômica e técnica do contrato, periodicamente, bem como requerer informações e relatórios pertinentes à consecução do serviço e à correta execução do contrato sob sua responsabilidade;

VII - conferir as notas fiscais atestadas pela comissão fiscal, relativas ao contrato, encaminhando-as ao setor responsável pelo pagamento, após conferência dos respectivos documentos;

VIII - receber dos fiscais do contrato a documentação comprobatória da boa execução dos serviços e os termos de recebimento de material e serviço (provisório e definitivo), bem como produzir e exigir da Comissão fiscalizadora relatórios circunstanciados relativos à aquisição de equipamentos de grande vulto, respeitados os prazos contratuais e legais, juntamente com as respectivas notas fiscais;

IX - abrir reclamação junto às contratadas devido ao não atendimento de obrigações estipuladas no contrato, no termo de referência ou norma legal específica do objeto, bem como a submissão de pedido de normalização da prestação devida;

X - solicitar todas as informações relativas ao contrato, que forem necessárias ao melhor gerenciamento da execução do objeto contratado;

XI - comunicar ao Chefe da Coordenação de Contratos sobre todas as alterações na execução do ajuste contratual para fins de adoção das providências administrativas cabíveis, o mais breve possível;

XII - abrir processo de apuração de descumprimento contratual, instruindo-o com o máximo possível de provas da conduta irregular adotada pela contratada, especialmente quanto a comprovação: de datas de solicitações de atendimento; datas de início e término de prazos de entrega; datas de entregas efetivamente realizadas, visando instruir o cálculo de eventuais multas de mora. Além dos documentos comprobatórios de comunicação a contratada de descumprimento contratual; de pedido de esclarecimentos quanto à conduta; e de pedido de normalização da prestação;

Art. 3º - Os servidores designados no artigo primeiro deverão acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e seus aditivos, bem como manter os Gestores do contrato atualizados sobre o desempenho da execução contratual, praticando, para isso, todos os atos inerentes ao exercício dessa função, incluindo, além daqueles elencados no art. 13 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016:

I - a atestação das notas fiscais relativas ao contrato, por dois servidores membros da comissão;

II - encaminhamento, ao gestor do contrato, de toda documentação comprobatória da boa execução e o termo de recebimento do serviço, bem como os relatórios circunstanciados contendo as alterações observadas (se houver), respeitados os prazos contratuais e legais, juntamente com respectivas notas fiscais;

III - prestação, ao gestor, de todas as informações relativas a execução do contrato que o mesmo necessitar;

IV - comunicação, ao gestor do contrato, de todas as alterações na execução do ajuste contratual para fins de adoção das providências administrativas cabíveis, o mais breve possível;

V - efetuar a glosa nas notas fiscais por eventuais falhas durante a execução do contrato;

VI - abrir processo de liquidação com as notas fiscais relativas ao serviço, conforme previsão contratual, inserindo um despacho relatando todas as falhas observadas na execução contratual de modo a municiar o gestor com as informações necessárias a fim de notificar a contratada visando à apuração e a aplicação das devidas sanções administrativas por descumprimento de contrato.

Art. 4º - Fica sob a responsabilidade da UNIDADE BENEFICIADA pelo contrato:

I - manter, sempre, no mínimo, dois membros da comissão fiscalizadora em condições de analisar, conferir, atestar ou validar a atestação das notas fiscais do contrato relacionado;

II - viabilizar, na hipótese de transferência do servidor designado como fiscal, que a apresentação na Unidade de destino, somente ocorra após a publicação em DOERJ do substituto. A indicação para substituição de servidores designados como fiscais deverá ser feita aos gestores do Contrato para decisão junto à Diretoria Geral de Saúde.

III - providenciar a substituição imediata de servidor designado que se achar impedido na forma do art.10 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, encaminhando a solicitação através de SEI aos Gestores do Contrato.

§ 1º - O agente público em situação de impedimento fica obrigado a comunicá-lo aos seus superiores imediatamente, a fim de que seja providenciada a designação de outro servidor.

§ 2º - Enquanto não for publicada no DOERJ a substituição dos membros desta comissão de gestão e fiscal, ficam estes servidores vinculados à atividade de acompanhamento e controle da execução contratual.

Art. 5º - Caberá a DIRETORIA DE SUPRIMENTOS DE SAÚDE (DSS) a formalização e os procedimentos relativos elaboração e celebração de minutas contratuais, de termos aditivos e apostilamentos, a coleta de assinatura dos representantes das partes, a publicação dos atos em DOERJ e à realização de pesquisa de mercado para a verificação de economicidade, nos casos em que a legislação assim o exigir.

Parágrafo Único - Em casos de objetos de grande complexidade ou de disponibilidade restrita ao mercado local, o Setor de Pesquisa de Mercado da DSS deverá ser auxiliado pelo Setor Técnico Requisitante da demanda para fins de realização da referida pesquisa mercadológica.

Art. 6º - O Gestor e o Gestor Substituto, elencado no art. 1º, poderão ter dedicação exclusiva às suas atribuições, na forma do §3º do art. 6º do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016.

Art. 7º - Cabe ao Gestor e ao Gestor Substituto, em conformidade à previsão contida no art. 11, IV do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, bem como, em cumprimento ao mandamento esculpido no BOL da PM nº 068 de 16 de abril de 2020, atentar à obrigatoriedade de realização do curso de Gestão e Fiscalização de Contratos.

Art. 8º - Fica estabelecido o correio eletrônico gestao_dss@pmerj.rj.gov.br como canal de comunicação entre as Unidades Beneficiadas e a Diretoria de Licitações e Projetos, além dos demais meios formais previstos.

Art. 9º - É de responsabilidade da comissão de fiscalização verificar se as notas fiscais estão sendo inseridas e tramitadas no endereço eletrônico sisnota.pmerj.rj.gov.br, conforme publicação em BOL PM nº 213, de 19 de novembro de 2015, págs. 70 a 79, bem como fiscalizar o fiel cumprimento da confecção dos processos de liquidação.

Art. 10 - Fica estabelecido que as comissões fiscalizadoras das Unidades beneficiadas, e os demais setores que estão envolvidos na execução do contrato, direta ou indiretamente, deverão disponibilizar todas as informações necessárias ao exercício das atribuições aqui delegadas, com a maior celeridade possível, e dar acesso às instalações e dependências onde ocorrer a prestação do serviço ou a entrega de materiais, sempre que solicitado pelo Gestor ou por qualquer um dos membros de sua equipe de apoio.

Art. 1 - As comissões fiscalizadoras das Unidades beneficiadas deverão obter em arquivo próprio a cópia do Termo de Referência e do Instrumento Contratual, bem como municiar-se de informações acerca da consecução da fiscalização, na forma do art. 11, IV do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, bem como, em cumprimento do mandamento esculpido no BOL da PM nº 068 de 16 de abril de 2020 atentar à obrigatoriedade de realização do curso de Gestão e fiscalização de contratos.

Art. 12 - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 2022

LUIZ HENRIQUE MARINHO PIRES
Secretário de Estado de Polícia Militar

Id: 2451529

ATO DO SECRETÁRIO

RESOLUÇÃO SEPM Nº 3280 DE 04 DE JANEIRO DE 2023

DESIGNA SERVIDORES PARA GESTÃO DE CONTRATOS E COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR, no exercício de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO:

- o disposto no Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, que regulamenta a gestão e a fiscalização das contratações da Administração Pública, e

- o Proc. nº 350207/001000/2022, o qual indica servidores para compor a equipe de gestão e fiscalização do Contrato nº 654/2022

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designado, a contar de 20 de dezembro de 2022, para realização da gestão e fiscalização do Contrato nº 654/2022, os servidores, Gestor de Contratos: CB PM Bruno de Andrade Marchese - RG 95775 Id. Func. 4428616-3; Gestor Substituto: SD PM RG Bruno Pereira da Silva - RG 106.941 Id. Func. 5096461-5 e Comissão de fiscalização: MAJ PM ENF Lucília Rosa Alves dos Santos - RG:76932 Id Funcional: 24480657, CAP PM ENF Viviani Fernandes de Pinho - RG:89429 Id Funcional: 44007132., SUPLENTEs: CAP PM ENF Nivea Cristina Salgueiro Braga - RG:89470 Id Funcional: 43535534, CAP PM ENF Nahu Cavalcante de Freitas Tavares - RG:89462 Id Funcional: 43609236. do HCPM. Oriundo do processo nº 350207/000754/2022, firmado com a empresa MEDKA HOSPITALAR EIRELI .

Art. 2º - É de responsabilidade dos Gestores e Gestores Substitutos executar, além dos atos inerentes às atividades gerenciais, técnicas e operacionais elencados no art. 12 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016.

I - zelar pela manutenção da cobertura contratual, pelas alterações e atualizações dos contratos;

II - deflagrar os procedimentos administrativos necessários à aplicação das penalidades previstas no contrato e na legislação em vigor, referente ao contrato formalmente passado a sua responsabilidade, especialmente, no tocante à notificação preliminar, quando for a hipótese;

III - declarar-se impedido ou providenciar junto à Diretoria Geral de Apoio Logístico a substituição imediata de servidor designado como gestor ou fiscal do contrato, na forma do art. 10 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016;

IV - coordenar e apoiar às comissões fiscalizadoras, praticando, para tanto, todos os atos inerentes às atividades gerenciais, técnicas e operacionais cabíveis ao exercício dessa função, em conformidade com a legislação de referência, bem como os atos constantes nesta resolução;

V - solicitar às Unidades beneficiadas a apresentação de documentos comprobatórios da correta execução contratual, através da fiscalização feita pela comissão existente na Unidade;

VI - solicitar à contratada comprovação da manutenção das condições de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, econômica e técnica do contrato, periodicamente, bem como requerer informações e relatórios pertinentes à consecução do serviço e à correta execução do contrato sob sua responsabilidade;

VII - conferir as notas fiscais atestadas pela comissão fiscal, relativas ao contrato, encaminhando-as ao setor responsável pelo pagamento, após conferência dos respectivos documentos;

VIII - receber dos fiscais do contrato a documentação comprobatória da boa execução dos serviços e os termos de recebimento de material e serviço (provisório e definitivo), bem como produzir e exigir da Comissão fiscalizadora relatórios circunstanciados relativos à aquisição de equipamentos de grande vulto, respeitados os prazos contratuais e

legais, juntamente com as respectivas notas fiscais;

IX - abrir reclamação junto às contratadas devido ao não atendimento de obrigações estipuladas no contrato, no termo de referência ou norma legal específica do objeto, bem como a submissão de pedido de normalização da prestação devida;

X - solicitar todas as informações relativas ao contrato, que forem necessárias ao melhor gerenciamento da execução do objeto contratado;

XI - comunicar ao Chefe da Coordenação de Contratos sobre todas as alterações na execução do ajuste contratual para fins de adoção das providências administrativas cabíveis, o mais breve possível;

XII - abrir processo de apuração de descumprimento contratual, instruindo-o com o máximo possível de provas da conduta irregular adotada pela contratada, especialmente quanto a comprovação: de datas de solicitações de atendimento; datas de início e término de prazos de entrega; datas de entregas efetivamente realizadas, visando instruir o cálculo de eventuais multas de mora. Além dos documentos comprobatórios de comunicação a contratada de descumprimento contratual; de pedido de esclarecimentos quanto à conduta; e de pedido de normalização da prestação;

Art. 3º Os servidores designados no artigo primeiro deverão acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e seus aditivos, bem como manter os Gestores do contrato atualizados sobre o desempenho da execução contratual, praticando, para isso, todos os atos inerentes ao exercício dessa função, incluindo, além daqueles elencados no art. 13 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016:

I - a atestação das notas fiscais relativas ao contrato, por dois servidores membros da comissão;

II - encaminhamento, ao gestor do contrato, de toda documentação comprobatória da boa execução e o termo de recebimento do serviço, bem como os relatórios circunstanciados contendo as alterações observadas (se houver), respeitados os prazos contratuais e legais, juntamente com respectivas notas fiscais;

III - prestação, ao gestor, de todas as informações relativas a execução do contrato que o mesmo necessitar;

IV - comunicação, ao gestor do contrato, de todas as alterações na execução do ajuste contratual para fins de adoção das providências administrativas cabíveis, o mais breve possível;

V - efetuar a glosa nas notas fiscais por eventuais falhas durante a execução do contrato;

VI - abrir processo de liquidação com as notas fiscais relativas ao serviço, conforme previsão contratual, inserindo um despacho relatando todas as falhas observadas na execução contratual de modo a municiar o gestor com as informações necessárias a fim de notificar a contratada visando à apuração e a aplicação das devidas sanções administrativas por descumprimento de contrato.

Art. 4º - Fica sob a responsabilidade da UNIDADE BENEFICIADA pelo contrato:

I - manter, sempre, no mínimo, dois membros da comissão fiscalizadora em condições de analisar, conferir, atestar ou validar a atestação das notas fiscais do contrato relacionado;

II - viabilizar, na hipótese de transferência do servidor designado como fiscal, que a apresentação na Unidade de destino, somente ocorra após a publicação em DOERJ do substituto. A indicação para substituição de servidores designados como fiscais deverá ser feita aos gestores do Contrato para decisão junto à Diretoria Geral de Saúde.

III - providenciar a substituição imediata de servidor designado que se achar impedido na forma do art.10 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, encaminhando a solicitação através de SEI aos Gestores do Contrato.

§ 1º - O agente público em situação de impedimento fica obrigado a comunicá-lo aos seus superiores imediatamente, a fim de que seja providenciada a designação de outro servidor.

§ 2º - Enquanto não for publicada no DOERJ a substituição dos membros desta comissão de gestão e fiscal, ficam estes servidores vinculados à atividade de acompanhamento e controle da execução contratual.

Art. 5º - Caberá a DIRETORIA DE SUPRIMENTOS DE SAÚDE (DSS) a formalização e os procedimentos relativos elaboração e celebração de minutas contratuais, de termos aditivos e apostilamentos, a coleta de assinatura dos representantes das partes, a publicação dos atos em DOERJ e à realização de pesquisa de mercado para a verificação de economicidade, nos casos em que a legislação assim o exigir.

Parágrafo Único - Em casos de objetos de grande complexidade ou de disponibilidade restrita ao mercado local, o Setor de Pesquisa de Mercado da DSS deverá ser auxiliado pelo Setor Técnico Requisitante da demanda para fins de realização da referida pesquisa mercadológica.

Art. 6º - O Gestor e o Gestor Substituto, elencado no art. 1º, poderão ter dedicação exclusiva às suas atribuições, na forma do §3º do art. 6º do Decreto Estadual nº 45.600 de 16 de março de 2016.

Art. 7º - Cabe ao Gestor e ao Gestor Substituto, em conformidade à previsão contida no art. 11, IV do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, bem como, em cumprimento ao mandamento esculpido no BOL da PM nº 068 de 16 de abril de 2020, atentar à obrigatoriedade de realização do curso de Gestão e Fiscalização de Contratos.

Art. 8º - Fica estabelecido o correio eletrônico gestao_dss@pmerj.rj.gov.br como canal de comunicação entre as Unidades Beneficiadas e a Diretoria de Licitações e Projetos, além dos demais meios formais previstos.

Art. 9º - É de responsabilidade da comissão de fiscalização verificar se as notas fiscais estão sendo inseridas e tramitadas no endereço eletrônico sisnota.pmerj.rj.gov.br, conforme publicação em BOL PM nº 213, de 19 de novembro de 2015, págs. 70 a 79, bem como fiscalizar o fiel cumprimento da confecção dos processos de liquidação.

Art. 10 - Fica estabelecido que as comissões fiscalizadoras das Unidades beneficiadas, e os demais setores que estão envolvidos na execução do contrato, direta ou indiretamente, deverão disponibilizar todas as informações necessárias ao exercício das atribuições aqui delegadas, com a maior celeridade possível, e dar acesso às instalações e dependências onde ocorrer a prestação do serviço ou a entrega de materiais, sempre que solicitado pelo Gestor ou por qualquer um dos membros de sua equipe de apoio.

Art. 11 - As comissões fiscalizadoras das Unidades beneficiadas deverão obter em arquivo próprio a cópia do Termo de Referência e do Instrumento Contratual, bem como municiar-se de informações acerca da consecução da fiscalização, na forma do art. 11, IV do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, bem como, em cumprimento do mandamento esculpido no BOL da PM nº 068 de 16 de abril de 2020 atentar à obrigatoriedade de realização do curso de Gestão e fiscalização de contratos.

Art. 12 - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 04 de janeiro de 2023

LUIZ HENRIQUE MARINHO PIRES
Secretário de Estado de Polícia Militar

Id: 2451589

ATO DO SECRETÁRIO

RESOLUÇÃO SEPM Nº 3313 DE 10 DE JANEIRO DE 2023

DESIGNA FISCAIS DE CONTRATOS PARA ACOMPANHAMENTO DE PORTFÓLIO DE CONTRATOS ESTRATÉGICOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR, usando de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO:

- o disposto no Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, que regulamenta a gestão e a fiscalização das contratações da Administração Pública, e

- o Proc. nº SEI-350192/002676/2022, o qual indica servidores para atualização da equipe de fiscalização dos contratos de gêneros alimentícios,

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam designados os seguintes servidores para compor a Comissão de Fiscalização de que tratam o art. 67, caput, da Lei nº 8.666/93, bem como o parágrafo Único, do art. 4º do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, dos contratos de fornecimento de alimentação complementar (kit lanche) abaixo relacionado:

Processo	Nº Contrato	Objeto	Empresa
SEI-350192/002676/2022	008/2023	Alimentação Complementar (Kit Lanche)	BANDEIRANTES SERVIÇOS E ENTRETENIMENTOS LTDA

NOME	ID FUNCIONAL	UNIDADE	NOME	ID FUNCIONAL	UNIDADE
LUDMILA CAVALCANTE DE ARAÚJO BENEVENUTO	4323233-7	1ª CIPM	ALEXANDRE FEIJÓ LOPES	23479213	31º BPM
VALÉRIA CÉSAR LIMA LUIZ	2492571-3	1ª CIPM	MAURO SERGIO LAUDANO	2480985-3	31º BPM
ALEXANDRE PACHECO DE MELLO	2376113-0	1ª CIPM	ANDERSON RODRIGUES NUNES	592611-4	31º BPM
DOUGLAS DE JESUS ARMANI	5020177-8	1ª CIPM	MARCELO SOARES DA SILVA	5005335-3	31º BPM
BRUNO SANTOS LISBOA	4429754-8	1ª CIPM	AMANDA MARISTELA LOIOLA GUIMARÃES	4428577-9	31º BPM
RICARDO ARONI SILVA	4256379-8	2ª CIPM	REYNOLD PEREIRA CORREA	2448732-5	31º BPM
LUIS ALBERTO VIEIRA ALVES	2379347-3	2ª CIPM	ANDRE LUIZ SILVA ARAUJO	2683776-5	32º BPM
THIAGO DOS SANTOS MONTEIRO	4368827-7	2ª CIPM	FERNANDO BARALDI DOS SANTOS	2388306-5	32º BPM
LEANDRO ANTUNES DUTRA	4429035-7	2ª CIPM	ALDIR PESSANHA	2389641-8	32º BPM
ANDRÉ CELESTINO TRINDADE REBELO	2446717-0	2º BPM	ROGERIO MAGNO GOMES DOS SANTOS	2388491-6	32º BPM
ALAIN MARTINS DA SILVA DE OLIVEIRA	50221116	2º BPM	THIAGO LOBATO DAIELLO	4367911-0	32º BPM
RAPHAEL DE MENEZES CORDEIRO	50226312	2º BPM	ADEILSON SILVA RIBEIRO	4368876-4	32º BPM
LEONARDO REIS REGENERATI	42563992	3º BPM	NEILTON FREITAS DA SILVA	2389714-7	32º BPM
JORGE SILVA MELO	2443751-0	3º BPM	HERIC GUSTAVO DA SILVA ROSA	2447895-4	33º BPM
GEORGE FERNANDES DOS SANTOS	2267743-7	3º BPM	ROSEVALDO DA COSTA SANTOS	237864-3	33º BPM
NINO ANDREY LEAO FAGUNDES	2159474-0	3º BPM	FABIANE SANTANA LEAL	576419-0	33º BPM
JONATHAS GRIFFO DA SILVA COSTA	2214626-1	3º BPM	ROGÉRIO DA NATIVIDADE RÉGIS	24456926	34º BPM
ENRICO RIBEIRO MAUÉS PAIXÃO	2448157-2	4º BPM	GERSON AMANTINO PEREIRA GOMES	2385390-5	34º BPM
MARLON REED SARDINHA	2175761-5	4º BPM	LUIZ ANTONIO MEDEIROS	2383414-5	34º BPM
MARCIO DE OLIVEIRA MARQUES	4401290-0	4º BPM	ARTUR MEDEIROS RAMOS	2384765-4	34º BPM
VÍCTOR HUGO LAGO	4409695-0	4º BPM	LEONIDAS OLIVEIRA DO AMARAL	4366931-0	34º BPM
CARLOS RODRIGO DE JESUS VALENTIM	5000569-8	4º BPM	FABIANO DUARTE LOPES	2449652-9	35º BPM
RODRIGO FERNADES QUEIROZ	2445975-5	5º BPM	ALEXANDRE SILVA PEZENATO	2393126-4	35º BPM
ROGÉRIO DE OLIVEIRA	2437033-9	5º BPM	LEANDRO DA SILVA COSTA	2394156-1	35º BPM
MARLON BARBOSA COSTA DA SILVA	5021824-7	5º BPM	PAULA BORGES DE MELLO MARINS PEREIRA PIMENTEL	5080617-3	35º BPM
ROBERTO MEIRELLES PEREIRA FILHO	5018758-9	5º BPM	JONAS DO NASCIMENTO GRILLO	4259339-5	36º BPM
THIAGO CHAISE DE ÁVILA BRANDÃO	508917-0	6º BPM	CRISTIANO NUNES PEREIRA	2400515-0	36º BPM
LEONARDO MARTINS CASACA	2310637-9	6º BPM	CLÉZIO MENDONÇA DA SILVA	2359733-5	36º BPM
MAURICIO AMÉRICO FERREIRA	2184366-0	6º BPM	FRANCISCO ANTONIO MENDES	2220193-9	37º BPM
WASHINGTON LUIZ SANTOS DA SILVA	2184115-2	6º BPM	JAIRO SANTOS DA SILVA	2194722-8	37º BPM
ADRIANO ESPARA SILVÉRIO	4265521-8	6º BPM	WALLACE DA SILVA MARTINS	4248589-4	37º BPM
MICHEL LIMA DO AMARAL	4140584-6	6º BPM	RODRIGO QUEIROZ ARMINDO	0595707-9	38º BPM
SÉRGIO GOMES MOURA	22005536	6º CPA	DENISE MARTINS DE OLIVEIRA REIS	4268918-0	38º BPM
FLÁVIO RODRIGUES VALENÇA	2362395-0	6º CPA	MICHELE DE CARVALHO PEREIRA	4412072-9	38º BPM
FILLIPE AMARANTE DA SILVA	4429713-0	7º BPM	PAULO FERNANDES DA SILVA JUNIOR	4256415-8	39º BPM
MARCELLE DE FIGUEIREDO XAVIER	4193173-4	7º BPM	MAURICIO JOSÉ DA SILVA	2153255-9	39º BPM
ALEXANDRE DE SOUZA CUNHA	2419477-8	7º BPM	RENATO CASANOVA DA SILVA	2372923-6	39º BPM
LUIZ FERNANDO TEIXEIRA DA SILVEIRA	5016879-7	7º BPM	ANDERSON FERNANDES DOS SANTOS	4370996-2	39º BPM
GLEIDSON FABIO NUNEL MACIEL	5015381-1	7º BPM	PABLO SOARES AGUILAR	2446922-0	40º BPM
LUCIANO RODRIGUES VIEIRA	5010227-3	7º BPM	FILIPE MOREIRA DA SILVA	4382849-3	40º BPM
MAURILIO RODRIGUES BLANC JUNIOR	4276061-5	8º BPM	WILSON CÉSAR PONTES MENDES	2435036-2	40º BPM
ANDERSON GUTEMBERG LAPA DA FONSECA	2202844-7	8º BPM	VÍCTOR HUGO MOREIRA DE FREITAS	2224943-5	40º BPM
GUILHERME DE SÁ CARVALHO	2204544-9	8º BPM	GIANCARLO RAMOS DE SOUZA	595185-2	40º BPM
ANDERSON LUIZ DE AZEVEDO DIAS	2204597-0	8º BPM	PAULO CÉSAR DE OLIVEIRA LIMA	595676-5	41º BPM
THIAGO DE OLIVEIRA RIBEIRO	42114934	9º BPM	MÁRCIO FLEMING MARQUES	2154626-6	41º BPM
ANDRE LUIZ FRANCISCO	2159364-7	9º BPM	WENDEL DE SIQUEIRA LIMA	2259446-9	41º BPM
ANDRE LUIZ DIAS DE SANTANA	21853487	9º BPM	MARCELO BLANCO LOPES DE LUCA	4328226-1	41º BPM
RODRIGO DA SILVA SANTOS	21701164	9º BPM	FABIO GUIMARÃES DE OLIVEIRA	5019997-8	41º BPM
JORGE AMERICO FERREIRA GOMES	24823350	9º BPM	HERALDO DA SILVA LAUREANO	2476754-9	41º BPM
AYRTON JOSE LUCAS DE SOUZA	2223176-5	10º BPM	PAULO EDUARDO DA SILVA GONÇALVES	2449793-2	AJG
ANTÔNIO MARCOS DA SILVA MENDES	2220384-2	10º BPM	FLAVIO VENICIUS DE OLIVEIRA	2377735-4	AJG
IVAN CLÁUDIO ALVES PEREIRA	2223005-0	10º BPM	ANTONIO MARCOS CONCEIÇÃO DE SOUZA	4208306-0	AJG
MOACIR DE ASSUNÇÃO SILVEIRA	2224616-1	10º BPM	JOSÉ MARIO GIMPEL PASCUAL DE CARVALHO	2259434-5	AJG
RENATO ALVES ESPINDOLA	4269091-9	10º BPM	EDGAR MENDES DE ASSIS	4412182-2	AJG
JOÃO PAULO MAGALHÃES ALVES	426576-6	10º BPM	CRISTIANO DIEGO BOECHAT DE OLIVEIRA	0595712-5	APM
ADECYR VANDERLEY DA CRUZ	2231084-3	11º BPM	ANDERSON DOS SANTOS ASSIS	2159426-0	APM
LEONARDO JUBLOT PINHEIRO	4405476-9	11º BPM	CLEIDE ROSA FREITAS	2492405-9	APM
ALESSANDRO FERREIRA DA ROCHA	4269425-6	11º BPM	JORGE ALEXANDRE BRITO DA SILVA	4329459-6	APM
MARCO ANDRE MARTINS FURTADO	2232893-9	11º BPM	ALAN KARDEC DE MOTTA SOUZA	44288328	APM
MARCOS RODRIGO DA SILVA MELLO	43776671	11º BPM	ANA CLAUDIA SILVEIRA RAYOL	5089639- 3	APM
LUCIANA DA COSTA ELLER	5014686-6	11º BPM	JEAN FERNANDO SANTOS DOS PRAZERES	4384747-1	APM
ROBERTO DIAS TOLEDO	2196166-0	12º BPM	JOAO RODRIGO CEZAR TEIXEIRA SAMPAIO	2450223-5	BOPE
MARCOS VINICIUS MONTEIRO CAMPITELLI	2239406-0	12º BPM	EDSON DA SILVA SILVEIRA	2192424-4	BOPE
LUCIO MAURO DA SILVEIRA DE SOUZA	2236494-3	12º BPM	WALLACE DA SILVA WERNECK	2242841-0	BOPE
WELLIS SILVA SOUZA	4266051-3	12º BPM	MARIO ALVISPO DA SILVA JUNIOR	2474456-5	BOPE
VANELLY CAROLINE DE AZEVEDO DE OLIVEIRA	4329724-2	14º BPM	ERICA MONTEIRO CARDOSO	4405433-5	BOPE
LUIZ DO ESPIRITO SANTO DE VASCONCELOS	2292066-8	14º BPM	MICHELE DANTAS SZAPOWAL	4417226-5	BOPE
ANDERSON JASSET DE SOUZA	4407972-8	14º BPM	IGOR DE OLIVEIRA DOS SANTOS	4407264-3	BOPE
THIAGO FELIPE MAIA BATISTA	5018846-1	14º BPM	LASARO DINIS DA CONCEIÇÃO CARVALHO FILHO	5034457-9	BOPE
PAULO ROBERTO FILADELFO DOMICIANO	5019178-0	14º BPM	CARLOS EDUARDO GONÇALVES TAVARES	2160678-1	BOPE
GERALDO DE ALMEIDA FILHO	2299355-0	14º BPM	RODRIGO ALENCAR SERRA NEGRA	4256083-7	BEPE
VÍTOR ARAGÃO NEVES	4320479-1	14º BPM	ALEX MENDONÇA DA MOTA	2482254-0	BEPE
ALEXANDRE FERREIRA TRIGO	2478016-2	15º BPM	MARTA REGIA COSTA DE OLIVEIRA BARRIM	4183673-1	BEPE
SILAS MARÇAL DE LIMA	5019373-2	15º BPM	ERALDO ARANTES DA SILVA	594455-4	BEPE
CESAR AUGUSTO DE BASTOS VIANNA	2269802-7	15º BPM	CELIO ALVES DE BARROS JUNIOR	2152717-2	BPCHQ
RODBERG TEIXEIRA CAVALCANTI JUNIOR	4402879-2	15º BPM	PEDRO PAULO DIAS FERREIRA	5034451-0	BPCHQ
GILBERTO CESAR DE SOUZA OLIVEIRA	5010350-4	15º BPM	JOSE ALVES DOS SANTOS JUNIOR	2301684-1	BPCHQ
MARCO AURELIO REGES	2158863-5	15 BPM	SERGIO CABRAL DE LIMA	42150043	BPCHQ
HENRIQUE BARROS DA SILVA	4274737-6	16º BPM	RENATA MACIEL DA ROCHA	42702259	BPCHQ
ANDERSON DE LIMA COUTINHO	2275557-8	16º BPM	HERVE CARLOS DO NASCIMENTO NOVAES	43688250	BPCHQ
HERMES LUIZ DAS CHAGAS FILHO	2277043-7	16º BPM	FABIO CARDOSO PACHECO	0592639-4	BPRV
CRITIANO TELLES DE OLIVEIRA	2276355-4	16º BPM	CARLOS AUGUSTO DA COSTA	2230454-1	BPRV
FABIO DE OLIVEIRA PEREIRA	2275615-9	16º BPM	FRANCISCO WELLINGTON GRANJEIRO	2408666-5	BPRV
ANDERSON RIBAMAR FERNANDES SILVEIRA	4326736-0	17º BPM	WASHINGTON LUIS DA SILVA OLIVEIRA	4208308-7	BPRV
VÍTHOR TARGINO DE LIMA	5028546-7	17º BPM	LEONARDO BELARMINDO	4249625-0	BPRV
SANDRO SANTOS DE MORAES	2315303-2	17º BPM	JANYNE TORQUETI BENAC DE MELO	439878-4	CFAP
ANDERSON DE MORAES MIRANDA	2282157-0	17º BPM	LUANA PEDRINA OLIVEIRA DOS SANTOS	5034207-0	CFAP
MAYLA SOARES PEIXOTO	4408135-9	17º BPM	EDUARDO RODRIGUES DA SILVA	2435616-6	CFAP
RONALDO CASTRO SANT'ANNA	2281895-2	17º BPM	HILTON CARLOS FERREIRA	0594331-0	CFAP
ANDRE LUIZ FERREIRA DA SILVA	2276123-3	17º BPM	JOÃO EDUARDO DE SÁ DIAS	2289618-0	CFAP
JARDEL DA SILVA FEITOSA	4276072-0	18º BPM	DIEGO DE SOUZA DOMINGUEZ SANCHEZ	4330099-5	CFAP
RUBEN CARLOS DE ALBUQUERQUE RODRIGUEZ	25200453	18º BPM	JESSE LUIZ DIONÍSIO NEVES	5033931-1	CFAP
EDSON DE OLIVEIRA MIRANDA	2287056-3	18º BPM	ELTON DE LIMA MARQUES	2303225-1	COE
RODRIGO OLIVEIRA DA COSTA	4265699-0	18º BPM	ANDRELUIS BRAZ ABDELHAY	59355-3	COE
GABRIEL HENRIQUE CASEMIRO DA SILVA	4401244-6	18º BPM	RAFAEL VAZ DA CRUZ	4270456-1	COE
FABIO CEZAR BARBOSA LIMA	2518973-5	18º BPM	BRUNO CANDIDO DE SOUZA	4404513-1	COE
RODRIGO FERNANDES QUEIROZ	2445975-5	19º BPM	GLADSTONE MEDEIROS HOLANDA DE SOUZA	4402977-2	COE
ROBERTO DE ARAÚJO E SILVA	2331735-3	19º BPM	MARCIO AURÉLIO DA S. MARTINEZ	2409126-6	CPAM
DAVID FERREIRA BARBOSA	421498-0	19º BPM	DANIEL PINHEIRO VIANA	2250908-9	CPAM
WANDERSON OLIVEIRA DA FONSECA	593726-4	19º BPM	RENATA MATTOS PEREIRA DE LIMA	4428569-8	CPAM
NELSON ESTEVAM CARVALHO JUNIOR	4256407-7	20º BPM	GUSTAVO LOPES DE MATOS	4189302-6	CPM I
WAGNER MONTEIRO MAKKAÍ	2518303-6	20º BPM	JEOVANE DA ROCHA	2241716-8	CPM I
FERNANDO LOPES TEIXEIRA FILHO	2186344-0	20º BPM	SELMÍ GONÇALVES FIGUEIREDO	0593281-5	CPM I
LUIZ ANTÔNIO PORTO BATISTAS	2298682-0	20º BPM	BRUNO MARQUES PEREIRA	4424258-1	CPM I
CLADSON DE SOUZA GONÇALVES	5099154-0	20º BPM	ANDERSON DOS SANTOS MAURICIO	2282516-9	CPM I
ANDERSON DE SOUZA MARTINS	2516912-2	20º BPM	SIDCLAY PADILHA DA SILVEIRA	2164924-3	CPM II
ALEXANDRE PAZ PIMENTEL	2247694-6	20º BPM	GIANCARLOS SOARES DUQUE	595236-0	CPM II
CARLOS EUGÊNIO BENEVIDES JUNIOR	2301265-0	20º BPM	ANACLETO JOSÉ GOMES	2477057-4	CPM II
RICARDO DOS SANTOS VIDAL	24807346	21º BPM	MAURO DE SOUSA GOMES JUNIOR	593310-2	CPM II
MARICIO CIDADE DE SANTA ROSA	4408307-6	21º BPM	SANDRO VALÉRIO CARMO	2449134-9	CPM III
DOUGLAS TADEU PREVOT DEOLIVEIRA	4370223-0	21º BPM	RODRIGO NISTALDO BARRETO	4249781-7	CPM III
CLAUDIUS ARTUR DE MENEZES CARDOSO	2287254-0	21º BPM	DIOGENES TRINDADE VIRGULINO	0595718-4	CPM III
WILSON CÂMARA CIDADE DE SANTA ROSA	4426324-4	21º BPM	MICHAEL RIBEIRO TEIXEIRA	4268349-1	CPM III
ALINE DA SILVA REGIS ALEXANDRE	4376096-1	21º BPM	FELIPE LIMA TAVARES DE ASSIS	4415991-9	CPM III
ALEXANDRE DE SOUZA LOUZADA	2299802-0	21º BPM	RAFAEL BRUZON DE MELLO	4189314-0	CPP
CLAUDENIR COUTINHO DOS SANTOS	2259296-2	21º BPM	CLAUDIO COUTO CAVALCANTE	4264644-8	CPP

PABLO SOARES AGUIAR	2446922-0	22º BPM	ANDREIA DE ALBUQUERQUE	4141436-5	CPP
NILO SÉRGIO DA SILVA COUTO	2213034-9	22º BPM	ALESSANDRA MARTINS HORMINDO	2248844-8	DRSP
LUIZ CARLOS D'AVILA JUNIOR	2318574-0	22º BPM	ALEXSANDRO PIRES AFFONSO	2153828-0	DRSP
SEBASTIÃO FERNANDO DA SILVA LIMA	2311736-2	22º BPM	TATIANA DE OLIVEIRA PARADELA	4268997-0	DRSP
MARCIO DA SILVA FIGUEIREDO	2183964-6	22º BPM	GEOVANE DE PAULA SILVA	2332305-1	DABST
FAGNER DA SILVA ROCHA	593045-6	22º BPM	LUÍS FILIPE HAMBRICHS COSTA	593401-0	DABST
MARCOS ANTÔNIO NEVES DOS SANTOS	2317689-0	22º BPM	EDUARDO FERNADES SIQUEIRA	593138-0	DABST
JOÃO PAULO RODRIGUES DA SILVA	2449707-0	23º BPM	DENILSON DE OLIVEIRA BALTAR	2249875-3	DABST
LUIZ FERNADO CORRÊA ACA	2446731-6	23º BPM	ÁLVARO ROBERTO DA SILVA AZEVEDO	2509417-3	DABST
ALEXANDER GONÇALVES ALVES	215899-2	23º BPM	ALEXANDRE SILVESTRE CANDIDO	2191934-8	DABST
ALBERTO RIBEIRO FILHO	2323032-0	23º BPM	MARCIO PATROCINIO PEREIRA	2195821-1	DABST
BRAULIO CAMPOS DE ALMEIDA	5818784-8	23º BPM	WANDERSON JESUS SILVA GASCO	594271-3	DABST
REINALDO COSTA DA CUNHA	2500726-2	23º BPM	ANTONIO ASSIS FREITAS BARROS	2444327-1	GAM
JOSÉ LEANDRO DUTRA XAVIER DA SILVA	4368063-1	23º BPM	ANTÔNIO MARCIO MARTINS	2339885-6	GAM
RAFAEL FIRMINO DE OLIVEIRA	42593492	24º BPM	PRICILIA SOUZA RODRIGUES PINA	4383425-6	GAM
CLÁUCIO LEITE PAÚRA	23311967	24º BPM	EMANUELLE TEIXEIRA DE OLIVEIRA FERREIRA	4259413-8	RCECS
RICARDO RIBEIRO LEÃO	2355864-4	24º BPM	MARCO ANTONIO DOS RAMOS	2282693-9	RCECS
RONALDO RIBEIRO DA SILVA	21516170	24º BPM	PRISCILA LARGURA DE CARVALHO	4415941-2	RCECS
MARCELO FERREIRA DA SILVA	2303446-7	24º BPM	RAFAEL COELHO DIAS	4346332-0	RCECS
EMERSON FERNANDES DA SILVA	24372951	24º BPM	RENATA GOMES BELSITO	4411841-4	RCECS
ODAIR DE SOUZA VIANNA	2443235-0	25º BPM	PATRICIA FERREIRA DE FREITAS OLIVEIRA BENTO	2471204-3	HCPM
FÁBIO RIBEIRO DE CARVALHO	2336954-0	25º BPM	ALAN SOUSA DA CRUZ	24334170	HCPM
HENRI DE PAULA SOARES	2336397-5	25º BPM	SAULO DE TARCYS BEZERRA DA SILVA	5933897	HCPM
RONALDO FERREIRA DANTAS	2342435-4	25º BPM	ELI DAVYD BARBOSA	42138477	HCPM
SANDRO VIEIRA RABELO	2282843-5	25º BPM	RAFAEL CARNEIRO MARQUES	51048396	HCPM
RENATO MOURA DOS SANTOS	2370982-0	25º BPM	LUCIANO DE ARAUJO VALE	4332794-0	HPMNIT
RODRIGO VIMERCATI DA SILVA	4354886-5	26º BPM	CAROLINE EUSTAQUIO GOÑÇALVES DA SILVA	4375910-6	HPMNIT
ERNANI MONTE DE LIMA	2342774-4	26º BPM	FRANCILENE DE JESUS F. DE SOUSA	2249741-2	HPMNIT
LUCIANO JANUÁRIO ESTEVES	4265626-5	26º BPM	JEFFERSON ALVES VIANA	0219418-8	HPMNIT
SILVANO VITAL SILVA	43670717-7	26º BPM	ALENCAR CRISTIAN OLIVEIRA DE ALVARENGA SILVA	23726156	HPMNIT
GLAUCIO SOARES DA SILA	2448405-9	27º BPM	REINAN CAMARA DE OLIVEIRA	4381036-5	HPMNIT
JOCIRLEI COSTA DE OLIVEIRA	2324364-3	27º BPM	PABLO MARTINS PEÇANHA	4270199-6	HPMNIT
EDUARDO PEREIRA FULGENCIO	2484428-4	27º BPM	LUIS ANTONIO FERNANDES LEONOR	24955175	CFRPM
RAFAEL DA SILVA CAMPELO	4368020-8	27º BPM	ANDERSON RODEGUERI	2158455-9	CFRPM
JOÃO RODRIGUES DA SILVA	2478237-8	27º BPM	GEFFERSON DOS SANTOS CHRISTIANO	593912-7	CFRPM
LEONARDO DE FREITAS RASGA	4249463-0	27º BPM	DEJAIR DA ROCHA SALLES	2276984-6	CFRPM
LUCIANO TENÓRIO DE OLIVEIRA	2289094-7	27º BPM	SANDRO RODRIGUES DA SILVA	2475945-7	CFRPM
KATIA CILENE DA SILVA COSTA	2492484-9	27º BPM	SERGIO CAMINHA DE CASTRO	2450166-2	OCPM
ALAIM JOSÉ DOS SANTOS FILHO	2477168-6	27º BPM	ANDRÉ DE OLIVEIRA LIMA	2377334-0	OCPM
MARCELO FIGUEIRA TÁVORA	4276330-4	28º BPM	EDSON RODRIGUES DA SILVA	2311805-9	OCPM
LEANDRO GEROLIS MORAES	4256392-5	28º BPM	ANDERSON SALAZAR NUNES	21593159	OCPM
JULIO CESAR DOS SANTOS SILVA	4379214-6	28º BPM	WILLIAN WENTRICK DA COSTA	2375711-6	OCPM
FERNANDO LUIZ MOURÃO	4265002-9	28º BPM	JOSÉ ADILSON GOMES DA SILVA	2317155-3	OCPM
ALEXANDRE TAMIOZZO	2355144-5	28º BPM	PAULO CESAR ANDRADE EVANGELISTA	0592544-4	OCPM
GRASIELLE AMARAL GOMES	2355335-9	28º BPM	ANDRE LUIS DOS SANTOS MAGALHÃES	2294562-8	PPM/CASC
REGINALDO DE OLIVEIRA LIMA	2355982-9	28º BPM	SILVIO SOARES GOMES	2238187-2	PPM/CASC
MICHELLE SANTOS MARCOLONGO CAMPOS	2447490-8	29º BPM	ANDERSON LUIZ DA SILVA FREITAS	4426030-0	PPM/CASC
GREBSON JOSÉ CAMPOS DA SILVA	4140631-1	29º BPM	MARCELO NUNES SALLES	0886571-0	GPFER
VALERIO DE CASSIO FERREIRA	2359793-3	29º BPM	JONATHAN FRANCISCO DA SILVA	5103313-5	GPFER
LUCIANO DA SILVA GOUVEIA	592541-0	29º BPM	DIEGO NASCIMENTO DA SILVA	51032961	GPFER
MARCOS DOUGLAS PRADO	2362945-2	29º BPM	CARLOS ROBERTO DA SILVA GUERRA	2516726-0	GPFER
DENNYS LEONARD NOGUEIRA BIZARRO	2445185-1	30º BPM	CARLOS HENRIQUE PERIARD TOLEDO	2268785-8	GPFER
SAULO GETER BARCELOS PEREIRA DA SILVA	0594046-0	30º BPM	MARCELO MARQUESINE NUNES	2517116-0	GPFER
LEANDRO SILVA DE OLIVEIRA	2368996-0	30º BPM	EDVAN DE ARAUJO SENA	2159955-6	GPFER
BRUNO HOFFMANN BAIRRAL BARCELLOS	4358160-9	30º BPM	SANDRO VIANNA DA SILVA	5161476-8	GPFER
			MARCELO ALVES DE ALMEIDA	2179558-4	GPFER
			CLAUDIO ALVES DE MOURA JUNIOR	2496654-1	GPFER
			JORGE IANTORNO JUNIOR	24096148	GPFER
			CEZAR RODRIGO PAVÃO DUARTE	4380037-8	GPFER
			PABLO SILVA DO NASCIMENTO	5024846-6	GPFER
			MONIQUE SOARES ROSA ANDRADE	5101621-4	GPFER

Art. 2º - Os servidores designados no artigo anterior deverão acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos e seus aditivos, para os quais foram designados, bem como manter o Gestor dos contratos atualizado sobre o desempenho da execução contratual, praticando, para isso, todos os atos inerentes ao exercício desse poder, incluindo, além daqueles elencados no art.13º do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, bem como os constantes nesta resolução e na Instrução Normativa nº001, de 04 de janeiro de 2013, publicada em Bol PM nº 003 de 4 de janeiro 2013, os seguintes:

I - a atestação das notas fiscais relativas ao contrato, por dois membros da comissão fiscalizadora, em complementação ao atesto de conferência dos Oficiais e Fiscais de Dia que, estando no plantão de serviço, fizerem o primeiro recebimento dos gêneros;

II - o encaminhamento ao gestor de contratos da documentação comprobatória da boa execução dos serviços ou dos termos de recebimento de material (provisório), bem como de relatórios circunstanciados relativo à alterações observadas, respeitados os prazos contratuais e legais, juntamente com as respectivas notas fiscais (cópias);

III - apresentar, a comissão gestora, todas as informações relativas à execução do contrato que a mesma necessitar;

IV - o dever de comunicar ao gestor dos contratos todas as alterações na execução do ajuste contratual para fins de adoção das providências administrativas cabíveis, o mais breve possível;

V - a comissão fiscal deverá relatar ao gestor dos contratos as eventuais falhas e/ou óbices observados nas mercadorias de modo municiar o gestor com as informações necessárias para efetuar a notificação das contratadas visando a aplicação das devidas sanções administrativas por descumprimento de contrato;

Art. 3º - Fica sob a responsabilidade da UNIDADE BENEFICIADA pelo contrato:

I - manter, sempre, no mínimo, dois membros da comissão fiscalizadora em condições de analisar, conferir, atestar ou validar a atestação das notas fiscais dos contratos relacionados;

II - viabilizar, na hipótese de transferência do servidor designado como fiscal, que a apresentação na unidade de destino, somente ocorra após a publicação em DOERJ do respectivo servidor substituto. Sempre que necessário, indicar os dados completos dos servidores substitutos, através do Sistema Eletrônico de Informações (SEI-RJ) à Diretoria de Abastecimento (DAbst), para decisão junto à Diretoria Geral de Apoio Logístico;

III - providenciar a substituição imediata de servidor nomeado que se achar impedido na forma do art.10 do Decreto Estadual nº 45.600 de 16 de março de 2016, encaminhando a solicitação através do SEI à Comissão Gestora dos respectivos contratos encontrada na Diretoria de Abastecimento (DAbst).

§ 1º - O agente público em situação de impedimento fica obrigado a comunicá-lo aos seus superiores imediatamente, a fim de que seja providenciada a designação de outro agente público.

§ 2º - Enquanto não for publicada em DOERJ a substituição dos membros da comissão fiscal, ficam os servidores vinculados à atividade de acompanhamento e controle da execução contratual.

§ 3º - Sempre que houver substituição formal do fiscal de contrato, deverá ser emitido o documento previsto no Art. 2º inciso XVI da Instrução Normativa AGE n.º 44 de 02 de março de 2018, por parte desse fiscal substituído, referente ao seu período de fiscalização. Não havendo substituição a emissão se dará no término do contrato, ambos os casos, encaminhar o documento a comissão gestora.

Art. 4º - É de responsabilidade da comissão de fiscalização verificar se as notas fiscais estão sendo inseridas e tramitadas no endereço eletrônico sisnota.pmerj.rj.gov.br (SISNOTA), devendo, para tal, articular-se com a tesouraria ou equivalente da unidade beneficiada, conforme publicação em Bol PM nº. 213, de 19 Nov de 2015, pag. 70 a 79, bem como acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento da confecção dos processos de liquidação de despesas de gêneros alimentícios seguindo as orientações e prazos publicados em Bol da PM nº. 007, de 13 jan 2020, pag. 52 e 53; Bol da PM nº. 048, de 17 mar 2020, págs. 50 - 52; e, Bol da PM nº. 088, de 20 Mai 2020.

Art. 5º - Fica estabelecido que as comissões fiscalizadoras das Unidades beneficiadas, e os demais setores que estão envolvidos na execução do contrato, direta ou indiretamente, deverão disponibilizar todas as informações necessárias ao exercício das atribuições aqui delegadas, com a maior celeridade possível, e dar acesso às instalações e dependências onde ocorrer a prestação do serviço ou a entrega de materiais, sempre que solicitado pelo Gestor ou por qualquer um dos membros da comissão gestora de contratos.

Art. 6º - As comissões fiscalizadoras das Unidades beneficiadas deverão obter em arquivo próprio a cópia do Termo de Referência e do Instrumento Contratual, bem como municiar-se de informações acerca da consecução da fiscalização, na forma do art. 11, IV do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, bem como, em cumprimento ao contido na publicação em BOL da PM nº 068, de 16 de abril de 2020, atentar à obrigatoriedade de realização do curso de Gestão e fiscalização de contratos, preferencialmente os oferecidos regularmente pela Escola de Contas e Gestão (ECG/TCE-RJ).

Art. 7º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de janeiro de 2023

LUIZ HENRIQUE MARINHO PIRES
Secretário de Estado de Polícia Militar

Id: 2451562

ATO DO SECRETÁRIO
RESOLUÇÃO SEPM Nº 3312 DE 10 DE JANEIRO DE 2023
DESIGNA GESTOR DE CONTRATO, ASSESSORIA TÉCNICA E EQUIPE DE APOIO PARA ACOMPANHAMENTO DE PORTFÓLIO DE CONTRATOS ESTRATÉGICOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR, usando de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam designados os seguintes servidores para compor a Comissão Gestora dos contratos abaixo relacionados para fins de acompanhamento e fiscalização de que tratam o art. 67, caput, da Lei nº 8.666/93, bem como do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, do contrato abaixo relacionado, a partir desta data:

GESTOR:
I - CAP PM NUT RG 91.310 AMANDA DE CARVALHO MELLO (CPF: 099.605.757-99);

GESTOR SUBSTITUTO:
I - MAJ PM RG 59.573 RENATO MARCELINO (CPF: 030.606.637-85);

ASSESSORIA TÉCNICA:
I - MAJ PM NUT RG 89.539 LUCIANA DA FONSECA BISPO MATOS (CPF: 091.129.297-78);
II - CAP PM NUT RG 89.525 ALINE TEIXEIRA SILVA FAGUNDES (CPF: 081.998.427-25);

EQUIPE DE APOIO:
I - SUB TEM PM RG 64242 VIVIANE BORGES (CPF 074.709.477-28);
II - 3º SGT PM RG: 85.451 BRUNO COUTINHO MENDONÇA REIS (CPF: 084.525.057-44);
III - CB PM RG 90.345 CYNTHIA APARECIDA ABREU DE MATTOS (CPF: 094.984.297-40);
IV - CB PM RG 90.630 RODRIGO DA CONCEIÇÃO BRITO (CPF: 098.680.727-35);
V - CB PM RG 91.400 ALINE BARBOSA DE CASTRO (CPF: 092.929.647-80);
VI - CB PM RG 91.465 BERIANO FARIA DA SILVA (CPF: 093.133.807-73);
VII - CB PM RG 91.836 ENICARLOS MARINS SANTOS (CPF: 102.517.947-17);
VIII - CB PM RG 95.004 BRUNO JOSÉ CLEMENTE (CPF: 090.055.117-88);
IX - CB PM RG 96.489 THAYS MENDES MUNIZ DE OLIVEIRA (CPF: 131.645.067-83);
X - CB PM RG 100.834 GISELLY DAS GRAÇAS ALMEIDA DA COSTA (CPF: 099.574.737-78);
XI - CB PM RG 103.231 GISELLE JACINTO BULCÃO MATHIAS (CPF: 092.090.027-50);
XI - CB PM RG 103.691 FLAVIA BOUTH PINTO (CPF: 093.625.537-40);

Processo	Nº Contrato	Objeto	Empresa
SEI-350192/002676/2022	008/2023	Alimentação Complementar (Kit Lanche)	BANDEIRANTES SERVIÇOS E ENTRETENIMENTOS LTDA

Art. 2º - Fica designado o servidor CAP PM NUT RG 91.310 Amanda de Carvalho Mello (CPF: 099.605.757-99) para exercer a função de gestor de contratos firmados pela SEPM, relativo ao fornecimento de Gêneros Alimentícios, listados no Art. 1º, sendo responsável por:

I- Zelar pela manutenção da cobertura contratual, pelas alterações e atualizações dos contratos;

II- Coordenar e apoiar às comissões fiscais, praticando, para tanto, todos os atos inerentes ao exercício dessa função, incluindo, além da-

queles elencados no art. 12 do Decreto Estadual nº 45.600 de 16 de março de 2016, os constantes nesta Portaria;

III- Deflagrar os procedimentos administrativos necessários à aplicação das penalidades prevista nos contratos e na legislação em vigor, referente aos contratos formalmente passados a sua responsabilidade;

IV- Controlar, através dos sistemas de informações disponíveis, as quantidades de produtos entregues e os saldos contratuais, de modo a respeitar o valor total estimado para as contratações;

V- Verificar a existência de saldo de quantitativo de gêneros para atendimento de demandas extraordinárias, solicitadas pelas unidades, quando não houverem sido contabilizadas, previamente, na memória de cálculo da licitação, autorizando o fornecimento;

VI- declarar-se impedida ou providenciar a substituição imediata de servidor nomeado como membro da equipe de apoio que se achar impedido na forma do art. 10 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, à Diretoria de Licitações e Projetos, bem como daquele que for transferido de unidade.

Art. 3º - Caberá, ainda, aos Assessores Técnicos:
I - o gerenciamento das quantidades e qualidades dos bens a serem solicitados em cada entrega, emitindo o cronológico, mensalmente, para as contratadas e as unidades;
II - a alteração do cardápio de refeições segundo as necessidades nutricionais e de sazonalidade dos alimentos e preços, visando economicidade na despesa;
III - realocação de gêneros entre unidades da SEPM, conforme padrão de consumo do efetivo, mediante provocação dos fiscais dos contratos quanto à existência de acúmulo ou falta de alimento em estoque, ou na ocorrência de qualquer fato impeditivo da estocagem adequada prevista no cronológico;
IV - vistoriar, por amostragem, bimestralmente, as condições de preparo e estocagem dos alimentos, orientando os fiscais, provisionadores, chefes de rancho, Comandantes de Unidades e demais envolvidos.

Art. 4º - Os servidores designados como membros da equipe de apoio, que são encarregados da tramitação e do acompanhamento de contratos, serão responsáveis por:
I - acompanhamento da vigência dos contratos colocados a seu cargo, devendo elaborar os ofícios a unidade beneficiadas pelos contratos, a contratada e outros órgãos de controle específicos, quando for o caso, solicitando manifestação sobre interesse na prorrogação dos prazos de execução, início e término, quando observar a eventual necessidade de alteração do tipo, por necessidade de serviço;
II - solicitar a contratada e às unidades beneficiadas a apresentação de documentos comprovatórios da correta execução contratual, da fiscalização feita pela comissão, definidos no ajuste contratual e respectivo termo de referência;
III- solicitar à contratada comprovação da manutenção das condições de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, econômica e técnica do contrato, periodicamente;
IV- registrar nos autos de gestão de contratos de gêneros alimentícios as ocorrências do contrato que forem repassadas à Diretoria de Abastecimento (Divisão de Subsistência), para orientação ou providências que superarem a alçada dos fiscais específicos;
V - solicitar às contratadas informações e relatórios pertinentes à fiscalização e à correta execução dos contratos sob sua responsabilidade;
VI - analisar a conformidade e apensar aos processos de liquidação recebidos das Unidades da SEPM os documentos necessários para envio à Diretoria de Finanças;
VII - declarar-se impedido caso se enquadre em alguma das formas previstas no art. 10 do Decreto Estadual nº 45.600 de 16 de março de 2016, ao gestor dos contratos sob sua responsabilidade, imediatamente, a fim de que seja providenciada a designação de outro agente público.

Art. 5º - Cabe a Diretoria de Finanças o controle de recebimento de notas, sendo responsáveis por:
I - manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, a partir da informação enviada pelos setores responsáveis pelo pagamento;
II - confrontar o preço total e as quantidades constantes da nota fiscal, ou outro documento orientador do pagamento, com o valor nominal máximo estabelecido no contrato;
III - realizar auditorias de consistência entre os dados das notas fiscais, ou outro documento orientador do pagamento, com os comprovantes da realização do serviço ou entrega do material adquirido, sempre que solicitado pelo gestor dos contratos ou quando identificar alguma incongruência nos dados que justifique conferência detalhada, não eximindo a responsabilidade pelos procedimentos de atestação feitos pela comissão fiscal, responsável pelo recebimento de serviços e bens;
IV - receber todos os documentos necessários, contratualmente estabelecidos, para a liquidação da despesa e encaminhá-los, juntamente com a nota fiscal, para o setor responsável pelo pagamento, em tempo hábil, de modo que o pagamento seja efetuado no prazo adequado;
V - acusar, mensalmente, o não recebimento; o recebimento fora do prazo regulamentar; o recebimento sem os documentos necessários, contratualmente estabelecidos, para a liquidação da despesa; falhas formais nos procedimentos de atestação (datas, carimbos, assinaturas, atestos, correspondências internas, ofícios de remessa); valores faturados acima do limite máximo (valor nominal do contrato) de notas fiscais, ou outro documento orientador do pagamento, avisando ao respectivo responsável de tramitação e acompanhamento contratual para medidas de cobrança do envio;
VI - receber e registrar o valor das notas de empenho vinculadas às contratações, acompanhando o saldo do empenho, bem como solicitando reforço de empenho até o limite do saldo contratual.

Art. 6º - As comissões de fiscalização de contratos, as unidades beneficiadas, e os demais setores que se acharem envolvidos na execução dos contratos, direta ou indiretamente, deverão disponibilizar todas as informações necessárias ao exercício das atribuições aqui delegadas, com a maior celeridade possível, e dar acesso às instalações e dependências onde ocorrer à prestação do serviço ou a entrega de materiais, sempre que solicitado pelo gestor, pela assessoria técnica ou por qualquer um dos membros de sua equipe de apoio.

Art. 7º - A comissão gestora dos contratos elencados no art. 1º terá dedicação exclusiva às suas atribuições, na forma do §3º do art. 6º do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016.

Art. 8º - Fica estabelecido o correio eletrônico, e-mail: ga_dabst@pmerj.rj.gov.br como o principal canal de comunicação entre as Unidades beneficiadas e a Diretoria de Abastecimento, além dos demais meios formais previstos.

Art. 9º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de janeiro de 2023

LUIZ HENRIQUE MARINHO PIRES
Secretário de Estado de Polícia Militar

Id: 2451561

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

ATO DO SECRETÁRIO

RESOLUÇÃO SEPM Nº 3315 DE 10 DE JANEIRO DE 2023

DESIGNA SERVIDOR PARA SUBSTITUIÇÃO EM COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR, no exercício de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO:

- o disposto no Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, que regulamenta a gestão e a fiscalização das contratações da Administração Pública e,

- o Proc. SEI-350112/000034/2023, o qual indica servidores para a substituição em comissão de fiscalização.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designado, a contar de 30 de Dezembro de 2022, os servidores: CAP PM RG 89.550 Mariana de Andrade Macedo, ID FUNC 4400798-1, CB PM RG 100.131 Ivan Marques Cunha, ID FUNC 5016721-9, SD PM 108.005 Rodolfo Paulo Silva Stumpf, ID FUNC 5103942-7 da PPM/OLARIA, em substituição aos Servidores: MAJ PM RG 67.827 Andre Kimura Gomes, CAP PM RG 81.573 Anderson Serejo Cunha, 2º SGT PM RG 60.772 Fabio de Sales Torres da PPM/OLARIA , para compor a Comissão de fiscalização do Contrato SEPM nº 352/2019, oriundo do Processo SEI-350207/000293/2020, firmado com a empresa RODOCON CONSTRUÇÕES RODOVIÁRIAS LTDA.

Art. 2º - O(s) servidor(es) designado(s) no artigo anterior deverá acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e seus aditivos, bem como manter os Gestores do contrato atualizados sobre o desempenho da execução contratual, praticando, para isso, todos os atos ine-

rentes ao exercício dessa função, incluindo, além daqueles elencados no art. 13 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016:

I - a atestação das notas fiscais relativas ao contrato, por dois servidores membros da comissão;
II - encaminhamento, ao gestor do contrato, de toda documentação comprobatória da boa execução e o termo de recebimento do serviço, bem como os relatórios circunstanciados contendo as alterações observadas (se houver), respeitados os prazos contratuais e legais, juntamente com respectivas notas fiscais;
III - prestação, ao gestor, de todas as informações relativas a execução do contrato que o mesmo necessitar;
IV - comunicação, ao gestor do contrato, de todas as alterações na execução do ajuste contratual para fins de adoção das providências administrativas cabíveis, o mais breve possível;
V - efetuar a glosa nas notas fiscais por eventuais falhas durante a execução do contrato;
VI - abrir processo de liquidação com as notas fiscais relativas ao serviço, conforme previsão contratual, inserindo um despacho relatando todas as falhas observadas na execução contratual de modo a municiar o gestor com as informações necessárias a fim de notificar a contratada visando à apuração e a aplicação das devidas sanções administrativas por descumprimento de contrato.

Art. 3º - Fica sob a responsabilidade da UNIDADE BENEFICIADA pelo contrato:

I - manter, sempre, no mínimo, dois membros da comissão fiscalizadora em condições de analisar, conferir, atestar ou validar a atestação das notas fiscais do contrato relacionado;
II - viabilizar, na hipótese de transferência do servidor designado como fiscal, que a apresentação na Unidade de destino, somente ocorra após a publicação em DOERJ do substituto. A indicação para substituição de servidores designados como fiscais deverá ser feita aos gestores do Contrato para decisão junto à Diretoria Geral de Saúde.
III - providenciar a substituição imediata de servidor designado que se achar impedido na forma do art.10 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, encaminhando a solicitação através de SEI aos Gestores do Contrato.

§1º - O agente público em situação de impedimento fica obrigado a comunicá-lo aos seus superiores imediatamente, a fim de que seja providenciada a designação de outro servidor.

§2º - Enquanto não for publicada no DOERJ a substituição dos membros desta comissão fiscal, ficam estes servidores vinculados à atividade de acompanhamento e controle da execução contratual.

Art. 4º - É de responsabilidade da comissão de fiscalização verificar se as notas fiscais estão sendo inseridas e tramitadas no endereço eletrônico sisnota.pmerj.rj.gov.br, conforme publicação em BOL PM nº 213, de 19 de novembro de 2015, págs. 70 a 79, bem como fiscalizar o fiel cumprimento da confecção dos processos de liquidação.

Art. 5º - Fica estabelecido que as comissões fiscalizadoras das Unidades beneficiadas, e os demais setores que estão envolvidos na execução do contrato, direta ou indiretamente, deverão disponibilizar todas as informações necessárias ao exercício das atribuições aqui delegadas, com a maior celeridade possível, e dar acesso às instalações e dependências onde ocorrer a prestação do serviço ou a entrega de materiais, sempre que solicitado pelo Gestor ou por qualquer um dos membros de sua equipe de apoio.

Art. 6º - As comissões fiscalizadoras das Unidades beneficiadas deverão obter em arquivo próprio a cópia do Termo de Referência e do Instrumento Contratual, bem como municiar-se de informações acerca da consecução da fiscalização, na forma do art. 11, IV do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, bem como, em cumprimento do mandamento esculpido no BOL da PM nº 068 de 16 de abril de 2020 atentar à obrigatoriedade de realização do curso de Gestão e fiscalização de contratos.

Art. 7º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de janeiro de 2023

LUIZ HENRIQUE MARINHO PIRES
Secretário de Estado de Polícia Militar

Id: 2451536

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

ATO DO SECRETÁRIO

RESOLUÇÃO SEPM Nº 3316 DE 11 DE JANEIRO DE 2023

ALTERA A RESOLUÇÃO SEPM Nº 2448, DE 09 DE MAIO DE 2022 QUE TRANSFORMA SEM AUMENTO DE DESPESAS A CETIC EM DGTIC, A SUPTIC EM DIT E DSI, ALTERANDO SUAS SUBORDINAÇÕES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a estrutura do Governo Estadual, estabelecida no Decreto nº 46.544, de 01 de janeiro de 2019, e tendo em vista o que consta no Processo nº SEI-350074/000126/2023,

RESOLVE:

Art. 1º - O art. 3º da Resolução nº 2448, de 09 de maio de 2022, publicada no Boletim PM nº 084/2022 (página 83 a 85), passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º - A DGTIC passa a ser considerada órgão de planejamento, coordenação e execução, subordinada ao Subsecretário de Comando e Controle (SSCC). "

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 11 de janeiro de 2023

LUIZ HENRIQUE MARINHO PIRES
Secretário de Estado de Polícia Militar

Id: 2451446

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

ATO DO SECRETÁRIO

DE 11.01.2023

EXCLUI do serviço ativo da Corporação, de acordo com o art. 91, inciso VIII, Parágrafo único, c/c o art. 124 da Lei nº 443, de 01/07/81, o SD PM 100.236 **JULIO CESAR MARRETO DE OLIVEIRA**, a contar da data de seu falecimento em 11/10/2022, Registrado no Livro C-00408, Folha 131, Termo 147666, do RCPN do RCPN do 1º Distrito de São Gonçalo-RJ. Processo nº SEI-350025/007667/2022.

Id: 2451437

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

ATO DO SECRETÁRIO

DE 11.01.2023

EXCLUI do serviço ativo da Corporação, de acordo com o art. 91, inciso VIII, Parágrafo único, c/c o art. 124 da Lei nº 443, de 01/07/81, o extinto CB PM RG 106.112 **PABLO YURI LIRA GAMA**, a contar da data de seu falecimento em 29/12/2022, Registrado no Livro C-70, Folha 114, Termo 26428, do Oficial de RCPN e de Interdições e Tutelas de Cruzeiro - SP. Processo nº SEI-350139/000082/2023.

Id: 2451443

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

ATO DO SECRETÁRIO

DE 11.01.2023

TRANSFERE para Reserva Remunerada da Polícia Militar, a pedido, com a remuneração a que faz jus, o TENENTE-CORONEL PM RG 55.555 **MARCUS VINICIUS RODRIGUES**, a contar de 24 de março de 2022, com fulcro no inciso I, do art. 93 c/c o art. 95 da Lei Estadual nº 443, de 1º de julho de 1981, c/c o art. 41 da Lei nº 9.537, de 29 de dezembro de 2021, e tendo em vista o que consta no Processo nº SEI-350076/000824/2022.

Id: 2451438

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

DESPACHO DO SECRETÁRIO

DE 06/01/2023

PROCESSO Nº SEI-350031/004674/2022 - 1º SARGENTO PM RG 70.692 KLAUS PEREIRA CORTEZ de ID Funcional 22138056 - Tendo em vista o atendimento dos pressupostos estabelecidos no § 19, do art. 40 da Constituição Federal de 1988, acrescido pela Emenda Constitucional nº 41/2003, com base na Resolução SARE nº 3026/2004, e nas informações prestadas pelo órgão de pessoal no presente administrativo, o servidor **FAZ JUS** ao abono de permanência a partir de 01/04/2020.

Id: 2451444

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

ATO DO ORDENADOR DE DESPESAS SECUNDÁRIO

PORTARIA SEPM Nº 100 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONATÓRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **ORDENADOR DE DESPESAS**, no uso das atribuições legais previstas no art. 82, § 1º da Lei nº 287/1979 e o art. 35, parágrafo único do Decreto nº 3.149/1980.

CONSIDERANDO o descrito nos autos do Processo nº 350486/003249/2022, noticiando que a empresa Claro S/A, que assinou o Contrato nº 046/2021, cujo objeto contratual é a prestação de serviços de comunicação de dados de longa distância (WAN), conexão internet para rede governo e serviços complementares de tecnologia da informação e comunicação, não forneceu o acesso aos appliances de segurança, está em atraso na implementação do contrato, bem como não cumpriu de diretriz exaurida legalmente por esta Secretaria de Estado. Contrariando o disposto na Cláusula II do Contrato nº 046/2021 ao não prestar o serviço na forma do Termo de Referência(TR), no ponto 2.2 do TR, e nos pontos 15.16, 15.17, 15.17.1, 15.17.2, 15.17.3 do Encarte Técnico I, ao não fornecer o acesso aos appliances de segurança, nos pontos 12.1, 12.3, 17.4, 17.5 do TR com os recorrentes atrasos apresentados até aqui sem pedido de prorrogação de prazo, e no ponto 18.7 do TR pelo descumprimento de diretriz apresentada formalmente por esta bicentenária corporação, por fim incidindo no ponto 18.9 do TR ao pelos reiterados atrasos. Incidindo, portanto, no art. 81 da Lei nº 8.666/39 e nas infrações administrativas referentes às cláusulas I, II, IV, VII, VIII e XXIII do Contrato nº 046/2021, que dispõem, respectivamente, sobre o objeto e do regime de execução, do prazo, das obrigações da contratada, da execução, do recebimento e da fiscalização do contrato, da responsabilidade e das sanções administrativas e demais penalidades.

RESOLVE:

Art. 1º - Alicerçada no que preconiza previstas no art. 82, § 1º da Lei nº 287/1979; art. 35, parágrafo único do Decreto nº 3.149/1980 e nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/1993, instaurar o presente Processo Administrativo Sancionatório, franqueando-lhe o direito à ampla defesa e não obstante, para apurar ocorrência prima facie de inexecução contratual, perpetradas pela empresa CLARO S/A, situada na Rua Mena Barreto, nº 42, Botafogo, Rio de Janeiro e inscrita no CNPJ/MF sob o nº 40.432.544/0062-69.

Art. 2º - Designa o 2º TEN PM RG: 84.389, Id. Funcional Nº. 42693551, Barbara Celice Mendes Dias, lotada na DGTIC/DIT, conforme preconiza o Manual para aplicação de Sanções nos casos de inexecução parcial ou total dos contratos administrativos.

Art. 3º - Fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias para conclusão dos trabalhos.

Art. 4º - Fica a contratada sujeita às sanções de impedimento de contratar com a administração pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato em questão, bem como às demais cominações legais, positivadas no artigo 7º, da Lei nº 10.520/2002. E subsidiariamente as sanções previstas nos artigos 86 e 87, incisos, I, II, III, IV, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 5º - Cabe ao Gestor do Contrato adotar as medidas do poder de cautela de garantia contratual, desde que prevista no instrumento convocatório, conforme art. 56, da Lei nº 8.666/1993.

Art. 6º - Com fulcro no art. 34, e inciso VIII, do art. 48 da Lei nº 5.427/2009, resta comunicado a contratada, a oportunidade de juntar ao sobredito processo as provas necessárias à defesa, desde que, motivadas e pertinentes ao sobredito processo. Outrossim, os autos do processo administrativo nº SEI-350486/003259/2022 estão disponíveis para consulta processual através do endereço eletrônico: https://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador.php?acao=procedimento_trabalhar&acao_origem=protocolo_pesquisa_rapida&id_protocolo=42576965&infra_sistema=100000100&infra_unidade_atual=120000064&infra_ha_sh=9d0f6f7c83b45a5ea4878a8e4ddc0b6177d67710cb6ce772ac9d658e41e04d53, o suporte para acesso ao sistema SEI é realizado na Diretoria Geral de Tecnologia da Informação e Comunicação (DGTIC), situada na Rua Carmo Neto - s/nº, Cidade Nova, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.210-051, das 09h00min até 17h00min, número de telefone (21) 2276-6502 e e-mail: diretor_dgtic@pmerj.rj.gov.br.

Art. 7º - Tornar sem efeito a Portaria DGTIC Nº 01, de 18 de outubro de 2022, pública em Diário Oficial em 24/10/2022.

Art.8º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 2022

RODRIGO SILVA LAVIOLA DE FREITAS
Ordenador de Despesas Secundário

Id: 2451410

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

DIRETORIA GERAL DE SAÚDE

DESPACHOS DO ORDENADOR DE DESPESAS

DE 29.12.2022

PROCESSO Nº SEI-35/111/000747/2022 - Por delegação de competência conferida através da Resolução SEPM nº 2905, de 26 de setembro de 2022, no uso de suas atribuições legais, considerando haver a Comissão de Credenciamento cumprindo todas as exigências do procedimento de licitação cujo objeto é a contratação de Serviços Especializados na Assistência Médico Hospitalar em Oftalmologia Diagnóstica e Terapêutica nº 35/111/000747/2022. Edital de Inexigibilidade/Credenciamento nº 002/2022/DC/DGS, **ADJUDICO** o objeto a empresa habilitada, **AUTORIZO** a despesa em favor da empresa: ION - INSTITUTO DE OFTALMOGIA DE NITERÓI LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.697.400/0001-06.

DE 30.12.2022

PROCESSO Nº SEI-35/111/000747/2022 - **RATIFICO** a inexigibilidade de licitação referente à prestação de Serviços Especializados na Assistência Médico Hospitalar em Oftalmologia Diagnóstica e Terapêutica, Edital de inexigibilidade/Credenciamento nº 002/2022/DC/DGS, em favor da empresa habilitada: ION - INSTITUTO DE OFTALMOGIA DE NITERÓI LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.697.400/0001-06.

Id: 2451499

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

DESPACHOS DO ORDENADOR DE DESPESAS

DE 29.12.2022

PROCESSO Nº SEI-35/111/000747/2019 - **AUTORIZO** a despesa referente à prestação de Serviços Especializados na Assistência Médico Hospitalar em Oftalmologia Diagnóstica e Terapêutica, (Edital de Inexigibilidade/Credenciamento nº 002/2022/DC/DGS), em favor da em-

presa ION - INSTITUTO DE OFTALMOLOGIA DE NITERÓI, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.697.400/0001-01, em decorrência da vigência contratual por 12 (doze) meses, conforme consta no Termo do Contrato nº 664/2022, no valor total estimado de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

DE 30.12.2022

PROCESSO Nº SEI-35/111/000747/2019 - RATIFICO a despesa referente à prestação de Serviços Especializados na Assistência Médico Hospitalar em Oftalmologia Diagnóstica e Terapêutica, (Edital de Inexigibilidade/Credenciamento nº 002/2022/DC/DGS), em favor da empresa ION - INSTITUTO DE OFTALMOLOGIA DE NITERÓI, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.697.400/0001-01, em decorrência da vigência contratual por 12 (doze) meses, conforme consta no Termo do Contrato nº 664/2022, no valor total estimado de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

Id: 2451507

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

DESPACHOS DO ORDENADOR DE DESPESAS
DE 11/01/2023

PROCESSO Nº SEI-350113/000530/2020 - Nos termos do disposto no inciso VI, do Art. 14, do Decreto Estadual 41.880/2009, **RECONHEÇO** a dívida, do exercício de 2020, em favor da empresa WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA, CNPJ 35.820.448/0007-21, no valor de R\$ 216,63 (duzentos e dezesseis reais e sessenta e três centavos) referente ao fornecimento de gases medicinais à Policlínica da Polícia Militar - Campos no mês de julho de 2020, de acordo com o Contrato nº 324/2019.

PROCESSO Nº SEI-350113/000530/2020 - Em consonância com o prescrito nos art. 64 da Lei nº 4.320/64 e art. 93 da Lei nº 287/79, **AUTORIZO** a liquidação e o pagamento do Processo nº SEI-350113/000530/2020, no montante de R\$ 216,63 (duzentos e dezesseis reais e sessenta e três centavos), referente ao fornecimento de gases medicinais à Policlínica da Polícia Militar - Campos no mês de julho de 2020, de acordo com o Contrato nº 324/2019 pela WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA, CNPJ 35.820.448/0007-21, desde que tenha sido certificado pelo setor de contabilidade competente a conformidade do processo de liquidação com a Lei nº 287/79.

Id: 2451420

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR
SUBSECRETÁRIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

DESPACHOS DO SUBSECRETÁRIO
DE 11.01.2023

***PROC. Nº SEI-350115/001285/2022 - RATIFICO** com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de. 2012, a transferência financeira ordinária da Diretoria de Finanças, UG. 266500, a DGO.

***PROC. Nº SEI-350116/001691/2022 - RATIFICO** com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de. 2012, a transferência financeira ordinária da Diretoria de Finanças, UG. 266500, a OCPM. *Omitidos no D.O. de 12.01.2023.

DIRETORIA GERAL DE ODONTOLOGIA

DESPACHOS DA DIRETORA GERAL
DE 11.01.2023

***PROC. Nº SEI-350115/001285/2022 - AUTORIZO** com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de. 2012, a transferência financeira ordinária da Diretoria de Finanças, UG. 266500, a DGO.

***PROC. Nº SEI-350116/001691/2022 - AUTORIZO** com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de. 2012, a transferência financeira ordinária da Diretoria de Finanças, UG. 266500 a OCPM. *Omitidos no D.O. de 12.01.2023.

Id: 2451604

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR
SUBSECRETÁRIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

DESPACHOS DO SUBSECRETÁRIO
DE 11.01.2023

***PROC. Nº SEI-350082/003370/2022 - RATIFICO** com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de. 2012, a transferência financeira ordinária da Diretoria de Finanças, UG. 266500, ao CPROEIS.

***PROC. Nº SEI-350088/000045/2023 - RATIFICO** com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de. 2012, a transferência financeira ordinária da Diretoria de Finanças, UG. 266500, à DP/PMERJ.

***PROC. Nº SEI-350047/007453/2022 - RATIFICO** com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de. 2012, a transferência financeira ordinária da Diretoria de Finanças, UG. 266500, ao 1ª CIPM.

***PROC. Nº SEI-350125/001957/2022 - RATIFICO** com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de. 2012, a transferência financeira ordinária da Diretoria de Finanças, UG. 266500, ao 7ª DP-JM.

***PROC. Nº SEI-350018/001545/2022 - RATIFICO** com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de. 2012, a transferência financeira ordinária da Diretoria de Finanças, UG. 266500, ao 6º CPA.

***PROC. Nº SEI-350016/000895/2022 - RATIFICO** com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de. 2012, a transferência financeira ordinária da Diretoria de Finanças, UG. 266500, ao 4º CPA.

***PROC. Nº SEI-350191/001114/2022 - RATIFICO** com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de. 2012, a transferência financeira ordinária da Diretoria de Finanças, UG. 266500, ao DEA.

***PROC. Nº SEI-350123/002363/2022 - RATIFICO** com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de. 2012, a transferência financeira ordinária da Diretoria de Finanças, UG. 266500, ao 5ª DP-JM.

***PROC. Nº SEI-350091/015918/2022 - RATIFICO** com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de. 2012, a transferência financeira ordinária da Diretoria de Finanças, UG. 266500, ao DVP.

***PROC. Nº SEI-350101/000814/2022 - RATIFICO** com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de. 2012, a transferência financeira ordinária da Diretoria de Finanças, UG. 266500, ao CIPM MUS.

***PROC. Nº SEI-350013/001158/2022 - RATIFICO** com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de. 2012, a transferência financeira ordinária da Diretoria de Finanças, UG. 266500, ao 1ª CPA.

***PROC. Nº SEI-350105/002641/2022 - RATIFICO** com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de. 2012, a transferência financeira ordinária da Diretoria de Finanças, UG. 266500, a AJG.

***PROC. Nº SEI-350503/001458/2022 - RATIFICO** com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de. 2012, a transferência financeira ordinária da Diretoria de Finanças, UG. 266500, ao CAES.

***PROC. Nº SEI-350135/006532/2022 - RATIFICO** com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de. 2012, a transferência financeira ordinária da Diretoria de Finanças, UG. 266500, ao I CPM/ERJ.

***PROC. Nº SEI-350195/001517/2022 - RATIFICO** com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de. 2012, a transferência financeira ordinária da Diretoria de Finanças, UG. 266500, ao DC-MUN.

***PROC. Nº SEI-350169/003841/2022 - RATIFICO** com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de. 2012, a transferência financeira ordinária da Diretoria de Finanças, UG. 266500, ao DABST.

***PROC. Nº SEI-350017/000894/2022 - RATIFICO** com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de. 2012, a transferência financeira ordinária da Diretoria de Finanças, UG. 266500, ao 5º CPA.

***PROC. Nº SEI-000079/000489/2022 - RATIFICO** com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de. 2012, a transferência financeira ordinária da Diretoria de Finanças, UG. 266500, a FAZMA.

***PROC. Nº SEI-350019/001259/2022 - RATIFICO** com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de. 2012, a transferência financeira ordinária da Diretoria de Finanças, UG. 266500, ao 7º CPA.

***PROC. Nº SEI-350124/001233/2022 - RATIFICO** com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de. 2012, a transferência financeira ordinária da Diretoria de Finanças, UG. 266500, a 6ª DPJM.

***PROC. Nº SEI-350515/002683/2022 - RATIFICO** com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de. 2012, a transferência financeira ordinária da Diretoria de Finanças, UG. 266500, a DT.

***PROC. Nº SEI-350092/002697/2022 - RATIFICO** com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de. 2012, a transferência financeira ordinária da Diretoria de Finanças, UG. 266500, a DAS.

***PROC. Nº SEI-350523/003479/2022 - RATIFICO** com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de. 2012, a transferência financeira ordinária da Diretoria de Finanças, UG. 266500, a CONTROLADORIA.

***PROC. Nº SEI-350486/004291/2022 - RATIFICO** com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de. 2012, a transferência financeira ordinária da Diretoria de Finanças, UG. 266500, a DGTIC.

***PROC. Nº SEI-350122/002178/2022 - RATIFICO** com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de. 2012, a transferência financeira ordinária da Diretoria de Finanças, UG. 266500, a 4ª DPJM.

***PROC. Nº SEI-350130/004489/2022 - RATIFICO** com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de. 2012, a transferência financeira ordinária da Diretoria de Finanças, UG. 266500, a APM.

***PROC. Nº SEI-350127/005360/2022 - RATIFICO** com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de. 2012, a transferência financeira ordinária da Diretoria de Finanças, UG. 266500, a UPP-MERJ.

***PROC. Nº SEI-350089/006768/2022 - RATIFICO** com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de. 2012, a transferência financeira ordinária da Diretoria de Finanças, UG. 266500, a DGP.

***PROC. Nº SEI-350137/001415/2022 - RATIFICO** com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de. 2012, a transferência financeira ordinária da Diretoria de Finanças, UG. 266500, ao CEFD.

***PROC. Nº SEI-350103/001677/2022 - RATIFICO** com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de. 2012, a transferência financeira ordinária da Diretoria de Finanças, UG. 266500, a DF.

***PROC. Nº SEI-350104/001596/2022 - RATIFICO** com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de. 2012, a transferência financeira ordinária da Diretoria de Finanças, UG. 266500, a DPAT.

***PROC. Nº SEI-350132/000649/2022 - RATIFICO** com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de. 2012, a transferência financeira ordinária da Diretoria de Finanças, UG. 266500, ao CIEAT.

***PROC. Nº SEI-350076/003627/2022 - RATIFICO** com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de. 2012, a transferência financeira ordinária da Diretoria de Finanças, UG. 266500, ao EMG.

***PROC. Nº SEI-350052/005650/2022 - RATIFICO** com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de. 2012, a transferência financeira ordinária da Diretoria de Finanças, UG. 266500, ao 35º BPM.

***PROC. Nº SEI-350131/009562/2022 - RATIFICO** com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de. 2012, a transferência financeira ordinária da Diretoria de Finanças, UG. 266500, ao CFAP.

***PROC. Nº SEI-350120/001763/2022 - RATIFICO** com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de. 2012, a transferência financeira ordinária da Diretoria de Finanças, UG. 266500, a 2ª DPJM.

***PROC. Nº SEI-350126/000986/2022 - RATIFICO** com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de. 2012, a transferência financeira ordinária da Diretoria de Finanças, UG. 266500, ao CCRIM.

***PROC. Nº SEI-350118/010957/2022 - RATIFICO** com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de. 2012, a transferência financeira ordinária da Diretoria de Finanças, UG. 266500, ao CGPM.

***PROC. Nº SEI-350015/000889/2022 - RATIFICO** com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de. 2012, a transferência financeira ordinária da Diretoria de Finanças, UG. 266500, ao 3º CPA.

***PROC. Nº SEI-350128/002432/2022 - RATIFICO** com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de. 2012, a transferência financeira ordinária da Diretoria de Finanças, UG. 266500, ao DGEI.

***PROC. Nº SEI-350134/001762/2022 - RATIFICO** com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de. 2012, a transferência financeira ordinária da Diretoria de Finanças, UG. 266500, ao CADPM.

***PROC. Nº SEI-350083/001905/2022 - RATIFICO** com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de. 2012, a transferência financeira ordinária da Diretoria de Finanças, UG. 266500, a DCP.

***PROC. Nº SEI-350501/000478/2022 - RATIFICO** com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de. 2012, a transferência financeira ordinária da Diretoria de Finanças, UG. 266500, a CCP-MERJ.

***PROC. Nº SEI-350192/002852/2022 - RATIFICO** com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de. 2012, a transferência financeira ordinária da Diretoria de Finanças, UG. 266500, a DLP.

***PROC. Nº SEI-350090/002222/2022 - RATIFICO** com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de. 2012, a transferência financeira ordinária da Diretoria de Finanças, UG. 266500, a DOR.

***PROC. Nº SEI-350188/001249/2022 - RATIFICO** com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de. 2012, a transferência financeira ordinária da Diretoria de Finanças, UG. 266500, a CIESPP.

***PROC. Nº SEI-350094/001043/2022 - RATIFICO** com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de. 2012, a transferência financeira ordinária da Diretoria de Finanças, UG. 266500, a DGAL.

***PROC. Nº SEI-350119/002219/2022 - RATIFICO** com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de. 2012, a transferência financeira ordinária da Diretoria de Finanças, UG. 266500, a 1ª DPJM.

***PROC. Nº SEI-350135/005900/2022 - RATIFICO** com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de. 2012, a transferência financeira ordinária da Diretoria de Finanças, UG. 266500, ao II CPM/ERJ.

***PROC. Nº SEI-350100/001111/2022 - RATIFICO** com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de. 2012, a transferência financeira ordinária da Diretoria de Finanças, UG. 266500, a CCOM-SOC.

***PROC. Nº SEI-350129/000797/2022 - RATIFICO** com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de. 2012, a transferência financeira ordinária da Diretoria de Finanças, UG. 266500, a ESPM.

***PROC. Nº SEI-350014/001960/2022 - RATIFICO** com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de. 2012, a transferência financeira ordinária da Diretoria de Finanças, UG. 266500, ao 2º CPA.

***PROC. Nº SEI-350096/001117/2022 - RATIFICO** com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de. 2012, a transferência financeira ordinária da Diretoria de Finanças, UG. 266500, à DMSA.

***PROC. Nº SEI-350135/006432/2022 - RATIFICO** com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de. 2012, a transferência financeira ordinária da Diretoria de Finanças, UG. 266500, ao III CP-MERJ.

***PROC. Nº SEI-350139/007493/2022 - RATIFICO** com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de. 2012, a transferência financeira ordinária da Diretoria de Finanças, UG. 266500, ao CECO-POM.

***PROC. Nº SEI-350133/002630/2022 - RATIFICO** com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de. 2012, a transferência financeira ordinária da Diretoria de Finanças, UG. 266500, à DRSP.

***PROC. Nº SEI-350487/004286/2022 - RATIFICO** com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de. 2012, a transferência financeira ordinária da Diretoria de Finanças, UG. 266500, à SSCC/SUPCAD.

***PROC. Nº SEI-350121/002345/2022 - RATIFICO** com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de. 2012, a transferência financeira ordinária da Diretoria de Finanças, UG. 266500, à 3ª DPJM.

***PROC. Nº SEI-350436/001361/2022 - RATIFICO** com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de. 2012, a transferência financeira ordinária da Diretoria de Finanças, UG. 266500, à 8ª DPJM. *Omitidos no D.O. de 12.01.2023.

DIRETORIA GERAL DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS

DESPACHOS DO SUBDIRETOR GERAL
DE 10.01.2023

***PROC. Nº SEI-350082/003370/2022 - AUTORIZO** com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de. 2012, a transferência financeira ordinária da Diretoria de Finanças, UG. 266500, ao CPROEIS.

***PROC. Nº SEI-350088/000045/2023 - AUTORIZO** com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de. 2012, a transferência financeira ordinária da Diretoria de Finanças, UG. 266500, à DP/PMERJ.

***PROC. Nº SEI-350047/007453/2022 - AUTORIZO** com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de. 2012, a transferência financeira ordinária da Diretoria de Finanças, UG. 266500, ao 1ª CIPM.

***PROC. Nº SEI-350125/001957/2022 - AUTORIZO** com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de. 2012, a transferência financeira ordinária da Diretoria de Finanças, UG. 266500, ao 7ª DP-JM.

***PROC. Nº SEI-350018/001545/2022 - AUTORIZO** com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de. 2012, a transferência financeira ordinária da Diretoria de Finanças, UG. 266500, ao 6º CPA.

***PROC. Nº SEI-350016/000895/2022 - AUTORIZO** com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de. 2012, a transferência financeira ordinária da Diretoria de Finanças, UG. 266500, ao 4º CPA.

***PROC. Nº SEI-350191/001114/2022 - AUTORIZO** com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de. 2012, a transferência financeira ordinária da Diretoria de Finanças, UG. 266500, ao DEA.

***PROC. Nº SEI-350123/002363/2022 - AUTORIZO** com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de. 2012, a transferência financeira ordinária da Diretoria de Finanças, UG. 266500, ao 5ª DP-JM.

***PROC. Nº SEI-350091/015918/2022 - AUTORIZO** com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de. 2012, a transferência financeira ordinária da Diretoria de Finanças, UG. 266500, ao DVP.

***PROC. Nº SEI-350101/000814/2022 - AUTORIZO** com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de. 2012, a transferência financeira ordinária da Diretoria de Finanças, UG. 266500, ao CIPM MUS.

***PROC. Nº SEI-350013/001158/2022 - AUTORIZO** com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de. 2012, a transferência financeira ordinária da Diretoria de Finanças, UG. 266500, ao 1ª CPA.

***PROC. Nº SEI-350105/002641/2022 - AUTORIZO** com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de. 2012, a transferência financeira ordinária da Diretoria de Finanças, UG. 266500, a AJG.

***PROC. Nº SEI-350503/001458/2022 - AUTORIZO** com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de. 2012, a transferência financeira ordinária da Diretoria de Finanças, UG. 266500, ao CAES.

***PROC. Nº SEI-350135/006532/2022 - AUTORIZO** com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de. 2012, a transferência financeira ordinária da Diretoria de Finanças, UG. 266500, ao I CPM/ERJ.

***PROC. Nº SEI-350195/001517/2022 - AUTORIZO** com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de. 2012, a transferência financeira ordinária da Diretoria de Finanças, UG. 266500, ao DC-MUN.

***PROC. Nº SEI-350169/003841/2022 - AUTORIZO** com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de. 2012, a transferência financeira ordinária da Diretoria de Finanças, UG. 266500, ao DABST.

***PROC. Nº SEI-350017/000894/2022 - AUTORIZO** com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de. 2012, a transferência financeira ordinária da Diretoria de Finanças, UG. 266500, ao 5º CPA.

***PROC. Nº SEI-000079/000489/2022 - AUTORIZO** com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de. 2012, a transferência financeira ordinária da Diretoria de Finanças, UG. 266500, a FAZMA.

***PROC. Nº SEI-350019/001259/2022 - AUTORIZO** com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de. 2012, a transferência financeira ordinária da Diretoria de Finanças, UG. 266500, ao 7º CPA.

***PROC. Nº SEI-350124/001233/2022 - AUTORIZO** com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de. 2012, a transferência financeira ordinária da Diretoria de Finanças, UG. 266500, a 6ª DP-JM.

***PROC. Nº SEI-350515/002683/2022 - AUTORIZO** com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de. 2012, a transferência financeira ordinária da Diretoria de Finanças, UG. 266500, a DT.

***PROC. Nº SEI-350092/002697/2022 - AUTORIZO** com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de. 2012, a transferência financeira ordinária da Diretoria de Finanças, UG. 266500, a DAS.

***PROC. Nº SEI-350523/003479/2022 - AUTORIZO** com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de. 2012, a transferência financeira ordinária da Diretoria de Finanças, UG. 266500, a CONTROLADORIA.

***PROC. Nº SEI-350486/004291/2022 - AUTORIZO** com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de. 2012, a transferência financeira ordinária da Diretoria de Finanças, UG. 266500, a DGTIC.

***PROC. Nº SEI-350122/002178/2022 - AUTORIZO** com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de. 2012, a transferência financeira ordinária da Diretoria de Finanças, UG. 266500, a 4º DP-JM.

***PROC. Nº SEI-350130/004489/2022 - AUTORIZO** com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de. 2012, a transferência financeira ordinária da Diretoria de Finanças, UG. 266500, a APM.

***PROC. Nº SEI-350127/005360/2022 - AUTORIZO** com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de. 2012, a transferência financeira ordinária da Diretoria de Finanças, UG. 266500, a UPP-MERJ.

***PROC. Nº SEI-350089/006768/2022 - AUTORIZO** com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de. 2012, a transferência financeira ordinária da Diretoria de Finanças, UG. 266500, a DGP.

***PROC. Nº SEI-350137/001415/2022 - AUTORIZO** com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de. 2012, a transferência financeira ordinária da Diretoria de Finanças, UG. 266500, ao CEFD.

***PROC. Nº SEI-350103/001677/2022 - AUTORIZO** com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de. 2012, a transferência financeira ordinária da Diretoria de Finanças, UG. 266500, a DF.

***PROC. Nº SEI-350104/001596/2022 - AUTORIZO** com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de. 2012, a transferência financeira ordinária da Diretoria de Finanças, UG. 266500, a DPAT.

***PROC. Nº SEI-350132/000649/2022 - AUTORIZO** com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de. 2012, a transferência financeira ordinária da Diretoria de Finanças, UG. 266500, ao CIEAT.

***PROC. Nº SEI-350076/003627/2022 - AUTORIZO** com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de. 2012, a transferência financeira ordinária da Diretoria de Finanças, UG. 266500, ao EMG.

***PROC. Nº SEI-350052/005650/2022 - AUTORIZO** com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de. 2012, a transferência financeira ordinária da Diretoria de Finanças, UG. 266500, ao 35º BPM.

***PROC. Nº SEI-350131/009562/2022 - AUTORIZO** com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de. 2012, a transferência financeira ordinária da Diretoria de Finanças, UG. 266500, ao CFAP.

***PROC. Nº SEI-350120/001763/2022 - AUTORIZO** com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de. 2012, a transferência financeira ordinária da Diretoria de Finanças, UG. 266500, a 2ª DP-JM.

***PROC. Nº SEI-350126/000986/2022 - AUTORIZO** com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de. 2012, a transferência financeira ordinária da Diretoria de Finanças, UG. 266500, ao CCRIM.

***PROC. Nº SEI-350118/010957/2022 - AUTORIZO** com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de. 2012, a transferência financeira ordinária da Diretoria de Finanças, UG. 266500, ao CGPM.

***PROC. Nº SEI-350015/000889/2022 - AUTORIZO** com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de. 2012, a transferência financeira ordinária da Diretoria de Finanças, UG. 266500, ao 3º CPA.

***PROC. Nº SEI-350128/002432/2022 - AUTORIZO** com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de. 2012, a transferência financeira ordinária da Diretoria de Finanças, UG. 266500, ao DGEI.

***PROC. Nº SEI-350134/001762/2022 - AUTORIZO** com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de. 2012, a transferência financeira ordinária da Diretoria de Finanças, UG. 266500, ao CADPM.

***PROC. Nº SEI-350083/001905/2022 - AUTORIZO** com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de. 2012, a transferência financeira ordinária da Diretoria de Finanças, UG. 266500, a DCP.

***PROC. Nº SEI-350501/000478/2022 - AUTORIZO** com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de. 2012, a transferência financeira ordinária da Diretoria de Finanças, UG. 266500, a CCP-MERJ.

***PROC. Nº SEI-350192/002852/2022 - AUTORIZO** com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de. 2012, a transferência financeira ordinária da Diretoria de Finanças, UG. 266500, a DLP.

***PROC. Nº SEI-350090/002222/2022 - AUTORIZO** com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de. 2012, a transferência financeira ordinária da Diretoria de Finanças, UG. 266500, a DPA.

***PROC. Nº SEI-350102/001857/2022 - AUTORIZO** com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de. 2012, a transferência financeira ordinária da Diretoria de Finanças, UG. 266500, a DOR.

***PROC. Nº SEI-350188/001249/2022 - AUTORIZO** com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de. 2012, a transferência financeira ordinária da Diretoria de Finanças, UG. 266500, a CIESPP.

***PROC. Nº SEI-350094/001043/2022 - AUTORIZO** com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de. 2012, a transferência financeira ordinária da Diretoria de Finanças, UG. 266500, a DGAL.

***PROC. Nº SEI-350119/002219/2022 - AUTORIZO** com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de. 2012, a transferência financeira ordinária da Diretoria de Finanças, UG. 266500, a 1ª DP-JM.

***PROC. Nº SEI-350135/005900/2022 - AUTORIZO** com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de. 2012, a transferência financeira ordinária da Diretoria de Finanças, UG. 266500, ao II CPM/ERJ.

***PROC. Nº SEI-350100/001111/2022 - AUTORIZO** com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de. 2012, a transferência financeira ordinária da Diretoria de Finanças, UG. 266500, a CCOM-SOC.

***PROC. Nº SEI-350129/000797/2022 - AUTORIZO** com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de. 2012, a transferência financeira ordinária da Diretoria de Finanças, UG. 266500, a ESPM.

***PROC. Nº SEI-350014/001960/2022 - AUTORIZO** com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de. 2012, a transferência financeira ordinária da Diretoria de Finanças, UG. 266500, ao 2º CPA.

***PROC. Nº SEI-350096/001117/2022 - AUTORIZO** com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de. 2012, a transferência financeira ordinária da Diretoria de Finanças, UG. 266500, à DMSA.

***PROC. Nº SEI-350135/006432/2022 - AUTORIZO** com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de. 2012, a transferência financeira ordinária da Diretoria de Finanças, UG. 266500, ao III CP-MERJ.

***PROC. Nº SEI-350139/007493/2022 - AUTORIZO** com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de. 2012, a transferência financeira ordinária da Diretoria de Finanças, UG. 266500, ao CECO-POM.

***PROC. Nº SEI-350133/002630/2022 - AUTORIZO** com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de. 2012, a transferência financeira ordinária da Diretoria de Finanças, UG. 266500, à DRSP.

***PROC. Nº SEI-350487/004286/2022 - AUTORIZO** com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de. 2012, a transferência financeira ordinária da Diretoria de Finanças, UG. 266500, à SSSC/SUPCAD.

***PROC. Nº SEI-350121/002345/2022 - AUTORIZO** com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de. 2012, a transferência financeira ordinária da Diretoria de Finanças, UG. 266500, a 3ª DP-JM.

***PROC. Nº SEI-350436/001361/2022 - AUTORIZO** com base no Decreto Estadual nº 43.576, de 07 de maio de. 2012, a transferência financeira ordinária da Diretoria de Finanças, UG. 266500, a 8ª DP-JM.
*Omitidos no D.O. de 11.01.2023.

Id: 2451505

O Prelo

Tradicional suplemento cultural da IOERJ desde 1988. A revista eletrônica O Prelo é totalmente produzida na Imprensa Oficial e está disponível no site.



oprelo.ioerj.com.br



revistaoprelo



Imprensa Oficial
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



Secretaria de Estado de Defesa Civil

SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA CIVIL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA
DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DESPACHOS DO ORDENADOR DE DESPESAS
DE 11.01.2023

PROCESSO Nº SEI-270128/000116/2021 - HOMOLOGO o processo licitatório na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO DO TIPO MENOR PREÇO POR ITEM Nº 65/22, cujo objeto é o registro de preços para eventual aquisição de equipamentos de Educação Física, por estar em conformidade com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Estadual nº 31.864, de 16 de setembro de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93, que teve como adjudicatária a empresa G-RIO COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELLI EPP (27.707.061/0001-40), com propostas conforme valores unitários a seguir: R\$ 145,74 (cento e quarenta e cinco reais e setenta e quatro centavos) para o Lote 9 e R\$ 128,84 (cento e vinte e oito reais e oitenta e quatro centavos) para o Lote 10. Os Lotes 01, 02, 03, 04 e 06 foram FRACASSADOS. Os Lotes 05, 07 e 08 foram DESERTOS.

PROCESSO Nº SEI-270003/000161/2022 - HOMOLOGO o processo licitatório na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO DO TIPO MENOR PREÇO POR ITEM Nº 31/22R3, cujo objeto é o registro de preços para eventual aquisição de caixas térmicas tipo Hotbox, por estar em conformidade com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Estadual nº 31.864, de 16 de setembro de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93, que teve como adjudicatária a empresa ZGS IMPORTAÇÕES E COMERCIO EIRELLI (19.680.0004/0001-96), com proposta no valor unitários de R\$ 1.160,00 (mil cento e sessenta reais).

Id: 2451414

Secretaria de Estado de Saúde

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUBSECRETARIA EXECUTIVA

DESPACHO DO SUBSECRETÁRIO
DE 04/01/2023

PROCESSO Nº SEI-080001/010283/2022 - HOMOLOGO, por estar em conformidade com a legislação em vigor e com o edital, a licitação por Pregão Eletrônico nº 574/22, para aquisição dos medicamentos N-acetilcisteína 200 mg (item 02), em favor da empresa RALIC COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA, e Salbutamol, Sulfato 100 mcg/dose aerossol oral 200 doses (item 04), em favor da empresa COSTA CAMARGO COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (MATRIZ), perfazendo o valor total de R\$ 136.032,75 (Cento e Trinta e seis mil, trinta e dois reais e setenta e cinco centavos), conforme preceitua o art.43, VI, da Lei 8.666/93. Restaram Deserto o item 01 e Fracassado o item 03.

Id: 2451580

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUBSECRETARIA EXECUTIVA

DESPACHO DO SUBSECRETÁRIO
DE 11/01/2023

PROCESSO Nº SEI-080001/010836/2021 - HOMOLOGO, por estar em conformidade com a legislação em vigor e com o edital, a licitação por Pregão Eletrônico nº 400/22, para aquisição de CURATIVO BÂNDAGEM ÓXIDO ZINCO, MATERIAL: ALGODÃO COM POLIESTER, COMPOSIÇÃO: PASTA À BASE DE ÓXIDO DE ZINCO, LARGURA: 10 CM, COMPRIMENTO: 9 CM (item 01), em favor da empresa M3 CARE SERVIÇO E COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES EIRELI, perfazendo o valor total de R\$ 116.941,20 (cento e dezesseis mil novecentos e quarenta e um reais e vinte centavos), conforme preceitua o artigo 43, inciso VI, da Lei Federal nº 8.666/93.

Id: 2451578

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUBSECRETARIA EXECUTIVA

DESPACHO DO SUBSECRETÁRIO
DE 11/01/2023

PROCESSO Nº SEI-080001/001090/2022 - HOMOLOGO, por estar em conformidade com a legislação em vigor e com o edital, a licitação por Pregão Eletrônico nº 471/2022, para aquisição para aquisição do medicamento CLORIDRATO DE BUPROPIONA 150MG/COMP (item 01), em favor da empresa MEDKA HOSPITALAR EIRELI; dos medicamentos CARBONATO DE LÍTIO 300MG/COMP (item 02) e CARBAMAZEPINA 300MG CIANOCOBALAMINA 5000 mcg (item 03), em favor da empresa LEMAN MEDICAMENTOS E CIA LTDA e do medicamento CITALOPRAM 20MG/COMP, em favor da empresa RALIC COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA perfazendo o valor total de R\$ 89.166,68 (oitenta e nove mil, cento e sessenta e seis reais e sessenta e oito centavos), conforme preceitua o art.43, VI, da Lei 8.666/93.

Id: 2451579

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUBSECRETARIA EXECUTIVA

DESPACHO DO SUBSECRETÁRIO
DE 11/01/2023

PROCESSO Nº SEI-080017/002125/2022 - HOMOLOGO, por estar em conformidade com a legislação em vigor e com o edital, a licitação por Pregão Eletrônico nº 577/22, para aquisição do medicamento BROMETO DE TIOTRÓPIO SOLUÇÃO NASAL (item 01), em favor da empresa COSTA CAMARGO COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, perfazendo o valor total de R\$ 2.725.968,87 (Dois milhões, setecentos e vinte e cinco mil, novecentos e sessenta e oito reais e oitenta e sete centavos), conforme preceitua o art.43, VI, da Lei 8.666/93.

Id: 2451581

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
FUNDAÇÃO SAÚDE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DIRETORIA EXECUTIVA

ATO DO DIRETOR

PORTARIA FS Nº 1412 DE 12 DE JANEIRO DE 2023

DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE SINDICÂNCIA PARA APURAÇÃO DE FATOS, PARA OS FINS QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O DIRETOR EXECUTIVO DA FUNDAÇÃO SAÚDE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, que lhe são conferidas e considerando os fatos constantes no Processo nº SEI-080007/000541/2023.

RESOLVE:

Art. 1º - Instaurar Sindicância Administrativa para apuração dos fatos e para isso designa a Comissão, composta da servidora: ID.: 5118289-0, Ana Carolina Marinho Linhares, do servidor: ID.: 43408494, Luiz Carlos Thiengo Santana e do servidor: ID.: 8860351, Luis Sergio Nunes dos Santos, sob a presidência da primeira.

Art. 2º - Conceder o prazo de 30 (trinta) dias corridos a contar da data da publicação em D.O, para concluir os trabalhos e emitir o relatório final para envio à Diretoria Executiva, podendo solicitar prorrogação de prazo por mais 08 (oito) dias, com apresentação de justificativa para o pedido.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 12 de janeiro 2023

JOÃO RICARDO DA SILVA PILOTTO
Diretor Executivo

Id: 2451593

FUNDAÇÃO SAÚDE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DIRETORIA ADMINISTRATIVA FINANCEIRA

DESPACHO DA DIRETORA
DE 06/01/2023

PROCESSO Nº SEI-080007/006209/2022 - HOMOLOGO o resultado do Pregão Eletrônico nº 215/2022, junto ao Portal Eletrônico SIGA, cujo objeto é a Aquisição de Medicamentos Quimioterápicos, em favor das empresas: MEDFUTURA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS DE SAÚDE LTDA (17.700.763/0001-48), para o item 01, no valor de R\$ 23.629,12 (vinte e três mil seiscentos e vinte e nove reais e doze centavos); HOSPINOVA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (12.499.494/0002-60), para o item 02, no valor de R\$ 3.462.223,12 (três milhões, quatrocentos e sessenta e dois mil duzentos e vinte e três reais e doze centavos); JRG DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS HOSPITALARES LTDA (04.380.569/0001-80), para o item 07, no valor de R\$ 30.707,04 (trinta mil setecentos e sete reais e quatro centavos), valor total global adjudicado dos itens 01, 02 e 07 é de R\$ 3.516.559,28 (três milhões, quinhentos e dezesseis mil quinhentos e cinquenta e nove reais e vinte e oito centavos). Restando **FRACASSADOS** os itens 03, 04, 05 e 08. Restando **DESERTO** o item 06. Autorização da homologação (doc. SEI 45375743).

Id: 2451426

FUNDAÇÃO SAÚDE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DIRETORIA ADMINISTRATIVA

DESPACHO DA DIRETORA
DE 12/01/2023

PROCESSO Nº SEI-080007/010410/2021 - Pregão Eletrônico nº 113/22 R1 - cujo o objeto é Aquisição de Insumos em que a empresa E TAMUSSINO CIA LTDA (33.100.082/0001-03), apresentou recurso, contra decisão da Pregoeira, sendo protocolado dentro do prazo legal, portanto, tempestivo e deve ser conhecido. A empresa não apresentou razões recursais. Sendo assim, informo que foi decido pelas razões constantes nos autos do processo administrativo, pelo **INDEFERIMENTO DO RECURSO**, mantendo-se a decisão da Pregoeira, o Pregão restou **FRACASSADO**. Despacho 45623119.

Id: 2451501

FUNDAÇÃO SAÚDE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DIRETORIA ADMINISTRATIVA FINANCEIRA

DESPACHO DA DIRETORA

DE 11/01/2023

PROCESSO Nº SEI-080007/007347/2022 - HOMOLOGO o resultado do Pregão Eletrônico nº 163/2022, cujo objeto é a aquisição de materiais, no valor total de R\$ 3.177.962,43 (três milhões, cento e setenta e sete mil novecentos e sessenta e dois reais e quarenta e três centavos), em favor das empresas: DLW COMERCIAL DISTRIBUIDORA LTDA (45.992.528/0001-22), licitante vencedor para o Item 01, no valor de R\$ 18.229,10 (dezoito mil duzentos e vinte e nove reais e dez centavos); ENGEDMED COMERCIO DE IMPLANTES ORTOPEDICOS LTDA (07.426.788/0001-41), licitante vencedor para o Item 02, no valor de R\$ 532.400,00 (quinhentos e trinta e dois mil e quatrocentos reais); SANDERS DO BRASIL LTDA (05.756.359/0001-07), licitante vencedor para o Item 03, no valor de R\$ 2.581.333,33 (dois milhões, quinhentos e oitenta e um mil trezentos e trinta e três reais e trinta e três centavos); LABNEWS INDUSTRIAS QUÍMICAS LTDA.-EPP (01.940.597/0001-17), licitante vencedor para o Item 04, no valor de R\$ 46.000,00 (quarenta e seis mil reais).Autorização da homologação (doc. SEI 45591534).

Id: 2451479

Secretaria de Estado de Educação

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO
E AÇÕES ESTRATÉGICAS

ATO DA SUBSECRETÁRIA

PORTARIA SEEDUC/SUBPAE Nº 132
DE 09 DE JANEIRO DE 2023

DESIGNA SERVIDORES PARA ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO TERMO DE CESSÃO DE USO PARCIAL QUE MENCIONA.

A SUBSECRETÁRIA/DE PLANEJAMENTO E AÇÕES ESTRATÉGICAS, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no Processo nº SEI-E-03/116/2008,

CONSIDERANDO/a Resolução SEEDUC nº 4312, de 19 de junho de 2009, que dispõe sobre normas gerenciais para controle dos instrumentos contratuais e outros;

RESOLVE:

Art. 1º/-Designar os servidores, abaixo discriminados, para exercer o acompanhamento e fiscalização do Termo de Cessão de Uso Parcial nº 005/2021, celebrado entrê o Estado do Rio de Janeiro, por intermédio da Secretaria de Estado Educação - SEEDUC, e o Município de Seropédica, cujo objeto é a cessão de 08 (oito) salas de aula no turno da tarde, bem como as demais dependências de uso comum do C.E. Professor Roberto Lyra, situado à Rua Niterói, s/nº, Campo Lindo, Município de Seropédica/RJ, do qual o ESTADO é senhor e possuidor:

Gerente Titular: Caio Cesar Kiebitz Martins, mat. nº 3059788-4, ID. Funcional nº 5027059-8; e

Gerente Suplente: Luciana Theodoro Cairo dos Santos, mat. nº 3060144-7, ID. Funcional nº 5027339-6.

Art. 2º/- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 09 de janeiro de 2023

VIVIANNE FERREIRA TAVARES DORADO
Subsecretária de Planejamento e Ações Estratégicas

Id: 2451496

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
CORREGEDORIA INTERNA

ATOS DO CORREGEDOR
DE 11.01.2023

O CORREGEDOR INTERNO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 25, IV do Decreto Estadual nº 46.873/2019 c/c art. 3º, IV da Resolução SEEDUC nº 5.714/2019 e na forma do que foi definido no Processo nº SEI-030035/006984/2022 pela Chefia de Gabinete/SEEDUC (art. 5º da Resolução SEEDUC nº 5.714/2019) **RESOLVE** tornar pública a decisão pela aplicação da pena de SUSPENSÃO de 20 (vinte) dias, prevista no artigo 292, inciso III do Decreto nº 2.479/79 à servidora **TANIA RODRIGUES SALAZAR**, ID. Funcional nº 37835941, em descumprimento ao disposto artigo 285, IX, artigo 296, inciso II e X, c/c artigo 295, Parágrafo Único, ambos do Decreto nº 2.479/79.

O CORREGEDOR INTERNO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 25, IV do Decreto Estadual nº 46.873/2019 c/c art. 3º, IV da Resolução SEEDUC nº 5.714/2019 e na forma do que foi definido no Processo nº SEI-030035/006984/2022 pela Chefia de Gabinete/SEEDUC (art. 5º da Resolução SEEDUC nº 5.714/2019) **RESOLVE** tornar pública a decisão pela aplicação da pena de REPREENSÃO, à servidora **CHRISTIANE MARQUES DA SILVA LIRA**, ID. Funcional nº 43845320, em descumprimento do disposto artigo 285, inciso IX, do Decreto nº 2.479/1979 e violação ao Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro (Decreto nº 43.583/2012), em seu art. 3º, alíneas "b", "i", "j", na forma do art. 292, inciso II, do Decreto nº 2.479/79.

O CORREGEDOR INTERNO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 25, IV do Decreto Estadual nº 46.873/2019 c/c art. 3º, IV da Resolução SEEDUC nº 5.714/2019 e na forma do que foi definido no Processo SEI-030035/006984/2022 pela Chefia de Gabinete/SEEDUC (art. 5º da Resolução SEEDUC nº 5.714/2019) **RESOLVE** tornar pública a decisão pela aplicação da pena de REPREENSÃO, ao servidor **FELIPE GALVÃO DE LIMA ARAÚJO**, ID. Funcional nº 50146610, em descumprimento do disposto artigo 285, inciso IX, do Decreto nº 2.479/1979 e violação ao Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro (Decreto nº 43.583/2012), em seu art. 3º, alíneas "b", "i", "j", na forma do art. 292, inciso II, do Decreto nº 2.479/79.

O CORREGEDOR INTERNO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 25, IV do Decreto Estadual nº 46.873/2019 c/c art. 3º, IV da Resolução SEEDUC nº 5.714/2019 e na forma do que foi definido no Processo nº SEI-030029/010066/2022 pela Chefia de Gabinete/SEEDUC (art. 5º da Resolução SEEDUC nº 5.714/2019) **RESOLVE** tornar pública a decisão pela aplicação da pena de SUSPENSÃO de 03 (três) dias, prevista no art. 292, inciso III, na forma do art. 295, Parágrafo Único, ambos do Decreto nº 2.479/79, à servidora **ALMIRENE CARNEIRO DOS SANTOS**, ID. Funcional nº 4045244-1, em descumprimento do disposto no artigo 285, inciso VII do Decreto nº 2.479/79.

Id: 2451418

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS

ATOS DO SUPERINTENDENTE
DE 12/01/2023

TORNA SEM EFEITO o ato de 29/12/2022, publicado no DOERJ de 30/12/22, que dispensou **DYEGO MIGUEL MACEDO DA ROCHA**, Assistente Executivo, ID 5014025-6/1, da função de Agente de Pessoal do Núcleo Simples do CEJA Niterói, U.A. 11802301588, Município de Niterói, da Secretaria de Estado de Educação. Processo nº SEI-030030/001379/2021.

DISPENSA, com validade a contar de 27/12/2022, por motivo de aposentadoria, **DILENE VIEIRA FONTOURA**, Prof. Doc. II, ID 3431174-2/1, da função de Agente de Pessoal do Núcleo Simples do CIEP 114 Maria Gavázio Martins, U.A. 11802310522, Município de São João de Meriti, da Secretaria de Estado de Educação. Processo nº SEI-030039/000073/2023.

Id: 2451563

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
DE 12/01/2023

PROCESSO Nº SEI SEI-030038/005953/2022 - ELISABETE PESSOA LIMA DA SILVA, Identidade Funcional 5784352/01, matrícula 832525-0, Professor Docente I. Tendo em vista aos pressupostos estabelecidos na Lei nº 5.539 de 10/09/2009, no Decreto nº 42.160 de 02/12/2009, na Lei nº 1.614 de 26/01/1990 e na Resolução SEEDUC nº 4.379 de 07/01/2010, o Servidor **FAZ JUS** ao adicional de qualificação a partir de 16/11/2022.

PROCESSO Nº SEI-030036/007888/2022 - JULIANA CARVALHO OGELIO, Identidade Funcional 51034190/01, matrícula 3120300-3, Professor Docente I. Tendo em vista aos pressupostos estabelecidos na Lei nº 5.539 de 10/09/2009, no Decreto nº 42.160 de 02/12/2009, na Lei nº 1.614 de 26/01/1990 e na Resolução SEEDUC nº 4.379 de 07/01/2010, o Servidor **FAZ JUS** ao adicional de qualificação a partir de 10/11/2022.

PROCESSO Nº SEI-030037/004780/2022 - DAIANE SILVA TONEL DANTAS, Identidade Funcional 42074690/01, matrícula 918366-6, Professor Docente I. Tendo em vista aos pressupostos estabelecidos na Lei nº 5.539 de 10/09/2009, no Decreto nº 42.160 de 02/12/2009, na Lei nº 1.614 de 26/01/1990 e na Resolução SEEDUC nº 4.379 de 07/01/2010, o Servidor **FAZ JUS** ao adicional de qualificação a partir de 16/11/2022.

PROCESSO Nº SEI-030030/007756/2022 - SONIA MARIA DE CARVALHO, Identidade Funcional 40539237/01, matrícula 166315-2, Professor Docente I. Tendo em vista aos pressupostos estabelecidos na Lei nº 5.539 de 10/09/2009, no Decreto nº 42.160 de 02/12/2009, na Lei nº 1.614 de 26/01/1990 e na Resolução SEEDUC nº 4.379 de 07/01/2010, o Servidor **FAZ JUS** ao adicional de qualificação a partir de 01/12/2022.

PROCESSO Nº SEI-030031/002395/2022 - ADIEL QUEIROZ RICCI, Identidade Funcional 44647816/03, matrícula 3082825-5, Professor Docente I. Tendo em vista aos pressupostos estabelecidos na Lei nº 5.539 de 10/09/2009, no Decreto nº 42.160 de 02/12/2009, na Lei nº 1.614 de 26/01/1990 e na Resolução SEEDUC nº 4.379 de 07/01/2010, o Servidor **FAZ JUS** ao adicional de qualificação a partir de 09/11/2022.

PROCESSO Nº SEI-030032/004103/2022 - VANESSA MARCONDES DE SOUZA, Identidade Funcional 51364050/01, matrícula 5136405001, Professor Docente I. Tendo em vista aos pressupostos estabelecidos na Lei nº 5.539 de 10/09/2009, no Decreto nº 42.160 de 02/12/2009, na Lei nº 1.614 de 26/01/1990 e na Resolução SEEDUC nº 4.379 de 07/01/2010, o Servidor **FAZ JUS** ao adicional de qualificação a partir de 22/11/2022.

PROCESSO Nº SEI-030030/007256/2022 - IGOR RODRIGUES ACIOLY, Identidade Funcional 50174266/02, matrícula 5017426602, Professor Docente I. Tendo em vista aos pressupostos estabelecidos na Lei nº 5.539 de 10/09/2009, no Decreto nº 42.160 de 02/12/2009, na Lei nº 1.614 de 26/01/1990 e na Resolução SEEDUC nº 4.379 de 07/01/2010, o Servidor **FAZ JUS** ao adicional de qualificação a partir de 05/12/2022.

PROCESSO Nº SEI-030038/006168/2022 - CARMEN GODINHO FER-RAS, Identidade Funcional 43337392/02, matrícula 960523-9, Profes-sor Docente I. Tendo em vista aos pressupostos estabelecidos na Lei nº 5.539 de 10/09/2009, no Decreto nº 42.160 de 02/12/2009, na Lei nº 1.614 de 26/01/1990 e na Resolução SEEDUC nº 4.379 de 07/01/2010, o Servidor **FAZ JUS** ao adicional de qualificação a partir de 29/11/2022.

PROCESSO Nº SEI-030030/007702/2022 - MARCELLA DA SILVA CORREA, Identidade Funcional 51359871/01, matrícula 5135987101, Professor Docente I. Tendo em vista aos pressupostos estabelecidos na Lei nº 5.539 de 10/09/2009, no Decreto nº 42.160 de 02/12/2009, na Lei nº 1.614 de 26/01/1990 e na Resolução SEEDUC nº 4.379 de 07/01/2010, o Servidor **FAZ JUS** ao adicional de qualificação a partir de 29/11/2022.

PROCESSO Nº SEI-030033/005956/2022 - MARIA BRAULINA BAIEN-SE DE SOUZA CORREA, Identidade Funcional 33588953/02, matrí-cula 841708-1, Professor Docente I. Tendo em vista aos pressupostos estabelecidos na Lei nº 5.539 de 10/09/2009, no Decreto nº 42.160 de 02/12/2009, na Lei nº 1.614 de 26/01/1990 e na Resolução SEEDUC nº 4.379 de 07/01/2010, o Servidor **FAZ JUS** ao adicional de qua-lificação a partir de 12/12/2022.

Id: 2451586

**SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS**

**DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
DE 12/01/2023**

PROCESSO Nº SEI-E-03/10300521/2008 - PAULO ROBERTO NO-VAES DE LIMA, Identidade Funcional 33997330/01, matrícula 825861-8, Professor Docente I. **ANOTE SE** que a fundamentação correta re-ferente ao período averbado à Prefeitura Municipal de Itaperuna é nos termos do § 9º do art. 201, da CRFB/88 e no inciso I, do art. 80 do Decreto nº 2479/79 e não como constou no despacho de 05/09/2008, publicado no D.O. de 17/09/2008.

PROCESSO Nº SEI-E-03/10300521/2008 - PAULO ROBERTO NO-VAES DE LIMA, Identidade Funciona: 33997330/01, matrícula 825861-8, Professor Docente I. **AVERBE-SE** nos termos do § 9º do art. 201, da CRFB/88 e no parágrafo único do art. 9º da Lei nº 530/82, o pe-ríodo de 01/03/1988 a 31/07/1995, num total de 2.709 dias de serviço prestado a entidades vinculadas ao Sistema de Previdência Social (RGPS), como Professor, desprezando-se os períodos de 07/12/1979 a 30/04/1982, 27/09/1983 a 31/05/1984, 16/10/1984 a 05/11/1984 e de 09/10/1985 a 02/06/1986, a serem averbados na matrícula 839195-5 e 01/08/1995 a 02/03/1998, por ser concomitante com a averbação da Prefeitura Municipal de Itaperuna.

PROCESSO Nº SEI-E-03/011/509/2019 - MARIA BEATRIS GOMES DA COSTA, Identidade Funcional 36486248/02, matrícula 3030342-4, Professor Docente I. **AVERBE-SE** nos termos do § 9º do art. 201, da CRFB/88 e no inciso I, do art. 80 do Decreto nº 2479/79, o período de 15/07/1998 a 19/ 06/2012, num total de 5.089 dias de serviço prestado a Prefeitura Municipal de Paty do Alferes - RPPS, como Pro-fessor, desprezando-se o período de 20/06/2012 a 24/06/2012, por ser concomitante com o Governo do Estado do Rio de Janeiro.

Id: 2451575

**SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
COORDENADORIA GERAL DE INSPEÇÃO ESCOLAR,
CERTIFICAÇÃO E ACERVO**

ATOS DA COORDENADORA-GERAL

**PORTARIA SEEDUC/COOGIE/AUT Nº 260
DE 12 DE DEZEMBRO DE 2022**

**AUTORIZA A ESCOLA TÉCNICA SANDRA E
SILVA S/C LTDA, LOCALIZADO NO MUNÍCI-
PIO DO RIO DE JANEIRO A MINISTRAR O
CURSO QUE MENCIONA.**

A COORDENADORA-GERAL DE INSPEÇÃO ESCOLAR, CERTIFI-CAÇÃO E ACERVO, no uso de suas atribuições legais, por delega-ção de competência conferida pela Resolução SEEDUC nº 5870, de 23/09/2020, tendo em vista o disposto no Processo nº E-03/007/3612/2015, de 23/07/2015, instruído nos termos da Deliberação CEE nº 316/2010 e art. 62 da Deliberação CEE nº 388/2020. Pro-cesso nº SEI-030029/000101/2021,

RESOLVE:

Art. 1º - Autorizar, nos termos da legislação vigente, o funcionamento da unidade escolar abaixo mencionado, na forma que especifica:

Nome Fantasia ESCOLA TÉCNICA SANDRA SILVA
Entidade Mantenedora: ESCOLA TÉCNICA SANDRA E SILVA S/C LT-DA.
CNPJ nº: 03.591.980/0001-32
Endereço: Rua Bittencourt Sampaio, nº 10; Bairro: Ramos - Município: Rio de Janeiro/RJ.
Laudo Favorável da Comissão de Vistoria Final: 24/09/2015
Eficácia a partir de: 24/09/2015
Fundamentação Legal: Del. CEE nº 316/2010 art. 53 e Del. CEE nº 388, art. 62.
Capacidade máxima de matrículas: 1551 alunos distribuídos em 03 turnos.
Curso a ser ministrado: Educação Profissional Técnica de Nível Mé-dio
Habilitação: Técnico em Administração
Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios
Formas a serem ministradas: Concomitante e Subsequente

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 2022

MONIQUE MÁLLA
Coordenadora Geral de Inspeção Escolar, Certificação e Acervo

Id: 2451502

**SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESSOAS -
NORTE FLUMINENSE**

**DESPACHOS DO COORDENADOR
DE 12/01/2023**

PROCESSO Nº SEI-E-03/9310039/2004 - BENEDITO DOMINGOS DOS SANTOS, Zelador, mat. nº 5.004.690-3, ID. nº 3514093-3, pe-ríodo base de 23/05/2009 a 22/05/2014.

PROCESSO Nº SEI-030041/005407/2022 - GIOVANY DA CRUZ TA-VARES, Prof. Doc. I, mat. nº 3.031.039-5, ID. nº 4386089-3, período base de 17/09/2015 a 16/09/2020.

PROCESSO Nº SEI-030041/000200/2023 - LÍVIA FERREIRA MON-TEIRO FERNANDES, Prof. Doc. I, mat. nº 3.045.977-0, ID. nº 4375991-2, período base de 30/08/2013 a 17/11/2018.

PROCESSO Nº SEI-E-03/9310068/2022 - LUZIA HELENA CESCON, Prof. Doc. II, mat. nº 0.292.455-3, ID. nº 3849954-1, período base de 18/10/2017 a 06/12/2022.

PROCESSO Nº SEI-E-03/004/100134/2018 - VANUSA DA FONTE RI-BEIRO ANDRADE, Prof. Doc. I, mat. nº 3.034.852-8, ID. nº 5009970-1, período base de 26/12/2017 a 25/12/2022.

CONCEDO 03 (TRÊS) MESES DE LICENÇA ESPECIAL.

PROCESSO Nº SEI-E-03/1500467/1989 - AMÂNCIO DA SILVEIRA LONGO, Prof. Doc. II, mat. nº 1.208.367-1, ID. nº 3891732-7, perío-dos base de 30/05/2006 a 04/06/2011 e de 05/06/2011 a 04/06/2016.

PROCESSO Nº SEI-030041/005406/2022 - GIOVANY DA CRUZ TA-VARES, Prof. Doc. I, mat. nº 0.961.766-3, ID. nº 4386089-3, períodos base de 07/06/2010 a 06/06/2015 e de 07/06/2015 a 06/06/2020.

PROCESSO Nº SEI-030041/000233/2023 - SIMONIA LEMOS GON-ÇALVES, Prof. Doc. I, mat. nº 0.958.390-7, ID. nº 3746056-0, períodos base de 02/02/2010 a 01/02/2016 e de 02/02/2016 a 01/02/2021.

CONCEDO 06 (SEIS) MESES DE LICENÇA ESPECIAL.

PROCESSO Nº SEI-030041/000195/2023 - DANIELA DE SOUZA SIL-VA, Prof. Doc. I, mat. nº 0.840.274-5, ID. nº 5562538, períodos base de 31/03/2002 a 24/05/2007; de 25/05/2007 a 25/06/2012; de 26/06/2012 a 25/06/2017 e de 26/06/2017 a 25/06/2022. **CONCEDO** 12 (doze) meses de licença especial.

PROCESSO Nº SEI-E-03/11300946/2001 - VERÔNICA DE SOUZA LI-MA MANCEBO, Prof. Doc. II, mat. nº 5.006.111-8, ID. nº 3895055-3. **INDEFIRO** o processo.

PROCESSO Nº SEI-030041/000152/2023 - CINTIA MACHADO CAR-VALHO BATISTA GONÇALVES, Prof. Doc. I, mat. nº 0.974.320-4, ID. nº 4422781-7. **CONCEDO** alteração de nome.

Id: 2451554

**SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESSOAS - SUL FLUMINEN-
SE**

**DESPACHOS DA COORDENADORA
DE 12/01/2023**

PROCESSO Nº SEI-030032/004394/2022 - ELISÂNGELA FURTADO ALVES RIBEIRO DA SILVA, Professor Docente II, matrícula 5013511-0.

PROCESSO Nº SEI-030032/000192/2023 - ANDRÉA DE CASTRO GUEDES, Professor Docente II, matrícula 0282528-9.

CONCEDO alteração de nome.

Id: 2451531

**SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
COORDENADORIA DE INSPEÇÃO ESCOLAR - METROPOLITANA I**

ATOS DA COORDENADORA

**ORDEM DE SERVIÇO CIE-MI Nº AUT 033.106
DE 07 DE DEZEMBRO DE 2022**

**DESIGNA OS PROFESSORES INSPETORES
ESCOLARES PARA COMPOR COMISSÃO RE-
FERENTE AO PROCESSO DE AUTORIZAÇÃO
QUE MENCIONA.**

A COORDENADORA DE INSPEÇÃO ESCOLAR - METROPOLITANA I, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a necessidade de atendimento ao processo nº SEI-030033/005726/2022.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os Professores Inspetores Escolares para compor Comissão Verificadora Cleidiana de Souza, ID 4378452-6, Débora de Almeida Guedes Furtado, ID 4392147-7 e Jorge Luiz dos Santos Ma-galhães, ID 3923367-7, sob a presidência do primeiro, para adotar to-das as medidas legais e técnico-educacionais necessárias para aten-dimento do processo administrativo nº SEI-030033/005726/2022 a fim de que sejam tomadas todas as providências legais e cabíveis de acordo com a Deliberação CEE nº 388/2020, em especial a emissão de laudo conclusivo.

Art. 2º - Caberá ao presidente da comissão organizar os procedimentos técnico-administrativo-pedagógicos de análise processual, bem como adotar as medidas necessárias ao pleno cumprimento dos prazos.

Art. 3º - Esta Ordem de Serviço entrará em vigor nesta data.

Rio de Janeiro, 07 de dezembro de 2022

MÁRCIA BAHIA BARBOZA SOUSA
Coordenadora de Inspeção Escolar - Metropolitana I

**ORDEM DE SERVIÇO CIE-MI Nº AUT 033.107
DE 13 DE DEZEMBRO DE 2022**

**DESIGNA OS PROFESSORES INSPETORES
ESCOLARES PARA COMPOR COMISSÃO RE-
FERENTE AO PROCESSO DE AUTORIZAÇÃO
QUE MENCIONA.**

A COORDENADORA DE INSPEÇÃO ESCOLAR - METROPOLITANA I, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a necessidade de atendimento ao processo SEI 030033/004176/2022.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar as Professoras Inspetoras Escolares para compor Comissão Verificadora Karla Lessa de Andrade, ID 35008059, Elaine dos Santos Olimpio, ID 33271852 e Cleidiana de Souza, ID 4378452-6, sob a presidência do primeiro, para adotar todas as medidas legais e técnico-educacionais necessárias para atendimento do processo ad-ministrativo SEI-030033/004176/2022 a fim de que sejam tomadas to-das as providências legais e cabíveis de acordo com a Deliberação CEE nº 388/2020, em especial a emissão de laudo conclusivo.

Art. 2º - Caberá ao presidente da comissão organizar os procedimentos técnico-administrativo-pedagógicos de análise processual, bem como adotar as medidas necessárias ao pleno cumprimento dos prazos.

Art. 3º - Esta Ordem de Serviço entrará em vigor nesta data.

Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 2022

MÁRCIA BAHIA BARBOZA SOUSA
Coordenadora de Inspeção Escolar - Metropolitana I

Id: 2451517

**SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
COORDENADORIA DE INSPEÇÃO ESCOLAR -
METROPOLITANA IV**

ATO DA COORDENADORA

**ORDEM DE SERVIÇO CIE-MIV Nº AUT 036.043
DE 04 DE NOVEMBRO DE 2022**

**DESIGNA OS PROFESSORES INSPETORES
ESCOLARES PARA COMPOR COMISSÃO RE-
FERENTE AO PROCESSO DE AUTORIZAÇÃO
QUE MENCIONA.**

A COORDENADORA DE INSPEÇÃO ESCOLAR - METROPOLITANA IV, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a necessidade de atendimento ao Processo nº SEI-030036/006418/2022,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os Professores Inspetores Escolares para compor Comissão Verificadora de Vistoria: Rejane Sampaio Teixeira Serpa, ID. 4390787-3, Cyntia Fumie Otsuka, ID. 4347369-5 e Evaldo Alves da Silva, ID. 4369698-8; sob a presidência do primeiro, para adotar todas

as medidas legais e técnico-educacionais necessárias para atendimen-to do Processo nº SEI-030036/006418/2022, a fim de que sejam to-madas todas as providências legais e cabíveis de acordo com a De-liberação CEE nº 388/2020, em especial a emissão de laudo conclu-sivo.

Art. 2º - Caberá ao Presidente da Comissão organizar os procedimen-tos técnico-administrativo-pedagógicos de análise processual, bem co-mo adotar as medidas necessárias ao pleno cumprimento dos pra-zos.

Art. 3º - Esta Ordem de Serviço entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data de 04 de no-vembro de 2022.

Rio de Janeiro, 04 de novembro de 2022

MARGARIDA ADRIANA LAVORATO GOMES
Coordenadora de Inspeção Escolar - Metropolitana IV

Id: 2451497

**SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESSOAS -
METROPOLITANA V**

**DESPACHOS DA COORDENADORA
DE 11/01/2023**

PROCESSO Nº SEI-E-03/11000567/2003 - ALEXANDRE DE AZERE-DO CARDIM, Agente Administrativo, mat. nº 5.011.894-2, período ba-se de 18/07/2015 a 01/09/2020.

PROCESSO Nº SEI-E-03/016/440/2017 - ANDRE LUIZ PIMENTEL FERREIRA, Prof. Doc. I, mat. nº 962.371-1, período base de 09/06/2015 a 08/06/2020.

PROCESSO Nº SEI-E-03/016/439/2017 - COSME LUIZ FREIRE DE SOUZA, Prof. Doc. I, mat. nº 913.512-0, período base de 27/02/2015 a 26/02/2020.

PROCESSO Nº SEI-E-03/016/442/2017 - COSME LUIZ FREIRE DE SOUZA, Prof. Doc. I, mat. nº 925.170-3, período base de 04/03/2016 a 03/03/2021.

PROCESSO Nº SEI-030037/000121/2020 - TIAGO CERQUEIRA RO-DRIGUES GOMES, Prof. Doc. I, mat. nº 961.047-8, período base de 22/09/2015 a 21/09/2020.

CONCEDO 03 (três) meses de Licença Especial.

PROCESSO Nº SEI-030037/005296/2022 - NILDA CASTILHO DOS SANTOS, Prof. Doc. I, mat. nº 929.248-3, período base de 17/09/2009 a 16/09/2019. **CONCEDO** 06 (seis) meses de Licença Especial.

PROCESSO Nº SEI-030037/005300/2022 - JOSELENE MARIA VIANA GOMES, Prof. Doc. I, mat. nº 826.335-2, período base de 24/02/2001 a 23/02/2011 e de 24/02/2011 a 15/04/2016. **CONCEDO** 09 (nove) meses de Licença Especial.

RETIFICAÇÕES
D.O. DE 28/12/2022
PÁGINA 51 - 3ª COLUMA

**DESPACHOS DA COORDENADORA
DE 26/12/2022**

PROCESSO Nº SEI-E-03/11000584/2012
Onde se lê: ...MARGARETH ESTEVAM PEREIRA CAVALCANTE...
Leia-se: ... MARGARETH ESTEVAM PEREIRA CAVALCANTI...

PROCESSO Nº SEI-E-03/016/2976/2019
Onde se lê: ...Prof. Doc. I...
Leia-se: ...Prof. Doc. II...

PROCESSO Nº SEI-030037/005256/2022
Onde se lê: ...mat. nº 3.075.834-8...
Leia-se: ...mat. nº 3.073.834-8...

PROCESSO Nº SEI-030037/005218/2022
Onde se lê: ...PATRÍCIA RAQUEL BARCELAR... mat. nº 3.105.580-8...
Leia-se: ...PATRICIA RAQUEL PERES BACELAR... mat. nº 3.105.585-8...

Id: 2451422

**SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO GERAL DE AÇÕES SOCIOEDUCATIVAS**

ATO DO DIRETOR-GERAL

PORTARIA DEGASE Nº 1194 DE 09 DE JANEIRO DE 2023

DIVULGA O RESULTADO DA AVALIAÇÃO PE-RIÓDICA DE DESEMPENHO, NO ÂMBITO DO DEPARTAMENTO GERAL DE AÇÕES SO-CIOEDUCATIVAS.

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO GERAL DE AÇÕES SO-CIOEDUCATIVAS - DEGASE, Órgão do poder executivo do Governo do Estado do Rio de Janeiro, vinculado à Secretaria de Estado de Educação por força do Decreto nº 41.334, de 30 de maio de 2008, publicado no DOERJ, de 02 de junho de 2008, no uso de suas atri-buições legais, e conforme o que consta no Processo nº SEI-030022/006650/2020,

CONSIDERANDO:

- o Decreto nº 44.912, de 13/08/2014, publicado no DOERJ de 14/08/2014;

- a Portaria DEGASE nº 171, de 26/01/2015, publicada no DOERJ de 30/01/2015;

RESOLVE:

Art. 1º - Tornar público o resultado da Avaliação Periódica de Desem-penho, de acordo com o Anexo Único desta Portaria.

Art. 2º - A nota obtida na Avaliação Periódica de Desempenho poderá ser utilizada para evolução funcional do servidor, de acordo com o art. 21, Caput, da Portaria DEGASE nº 171, de 26/01/2015, publicada no DOERJ de 30/01/2015.

Art. 3º - O servidor que não concordar com a nota obtida na Ava-liação Periódica de Desempenho, poderá solicitar reconsideração con-tra o resultado da avaliação, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados a partir da data de sua publicação no DOERJ, junto à Che-fia Imediata que deverá responder no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do seu recebimento. Em caso de indeferimento, o servidor po-derá interpor Recurso à Comissão de Avaliação de Desempenho que decidirá no prazo de 15 (quinze) dias, a partir da ciência do servidor.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 09 de janeiro de 2023

VICTOR POUBEL
Diretor-Geral

ANEXO ÚNICO

Avaliação Periódica 2015

ID	NOME	CARGO	NOTA
1940.226.0	SAULO DE TARSO PEREIRA CORREA DA SILVA	Agente de Segurança Socioeducativa Masculino	36

Avaliação Periódica 2016

ID	NOME	CARGO	NOTA
1940.226.0	SAULO DE TARSO PEREIRA CORREA DA SILVA	Agente de Segurança Socioeducativa Masculino	36

Avaliação Periódica 2017

ID	NOME	CARGO	NOTA
1940.226.0	SAULO DE TARSO PEREIRA CORREA DA SILVA	Agente de Segurança Socioeducativa Masculino	36

Avaliação Periódica 2018

ID	NOME	CARGO	NOTA
5691.532.	HERMES MENDES DA SILVA	Agente de Segurança Socioeducativa Masculino	35
1940.226.0	SAULO DE TARSO PEREIRA CORREA DA SILVA	Agente de Segurança Socioeducativa Masculino	36

Avaliação Periódica 2019

ID	NOME	CARGO	NOTA
1985.391.2	LEANDRO DOS SANTOS ANDRADE	Agente de Segurança Socioeducativa Masculino	24
1986.392.6	MARCIO ADRIANO PEREIRA GOMES	Agente de Segurança Socioeducativa Masculino	36
5023.254.1	PHYLLIP DE SOUZA TAVARES	Agente de Segurança Socioeducativa Masculino	34
5020.605.2	RENATO VIEIRA CAVALCANTI	Agente de Segurança Socioeducativa Masculino	35
5023.170.7	SAMIR DE OLIVEIRA TRINDADE	Agente de Segurança Socioeducativa Masculino	34
1940.226.0	SAULO DE TARSO PEREIRA CORREA DA SILVA	Agente de Segurança Socioeducativa Masculino	36

Avaliação Periódica 2020

ID	NOME	CARGO	NOTA
1981.025.3	ALEXANDRE HENRIQUE LIMA PEREIRA	Agente de Segurança Socioeducativa Masculino	30
1981.097.0	ALEXSANDRO EDNEI GOMES DOS SANTOS	Agente de Segurança Socioeducativa Masculino	36
1982.346.0	CESAR DA SILVA MATHIAS	Agente de Segurança Socioeducativa Masculino	35
5691.400.	JOAO DE MATTOS FARIAS	Agente de Segurança Socioeducativa Masculino	32
4199.213.0	JORGE LUIS TELES DOS SANTOS	Agente de Segurança Socioeducativa Masculino	36
1985.373.4	LAURO FERREIRA FREITAS	Agente de Segurança Socioeducativa Masculino	36
1985.391.2	LEANDRO DOS SANTOS ANDRADE	Agente de Segurança Socioeducativa Masculino	24
5035.881.2	LETICIA DE CASTRO RAJO CERDEIRA	Odontólogo	36
1986.392.6	MARCIO ADRIANO PEREIRA GOMES	Agente de Segurança Socioeducativa Masculino	36
1987.392.1	MIRTES LOPES BANDEIRA	Pedagogo	36
5020.605.2	RENATO VIEIRA CAVALCANTI	Agente de Segurança Socioeducativa Masculino	35
5035.838.3	RODRIGO DE LIMA QUINTAS DOS SANTOS	Agente de Segurança Socioeducativa Masculino	36
5023.170.7	SAMIR DE OLIVEIRA TRINDADE	Agente de Segurança Socioeducativa Masculino	36
1940.226.0	SAULO DE TARSO PEREIRA CORREA DA SILVA	Agente de Segurança Socioeducativa Masculino	36
4253.572.7	TELMO PINHEIRO JUNIOR	Agente de Segurança Socioeducativa Masculino	31
1989.775.8	WANDERLEY OLIVEIRA DO NASCIMENTO	Agente de Segurança Socioeducativa Masculino	36

Avaliação Periódica 2021

ID	NOME	CARGO	NOTA
5035.884.7	ALEXANDRE BARBOSA RODRIGUES	Agente de Segurança Socioeducativa Masculino	36
1981.014.8	ALEXANDRE GONÇALVES FERREIRA	Agente Administrativo	36
5035.952.5	ALEXSANDRO BATISTA ARAUJO	Agente de Segurança Socioeducativa Masculino	36
1981.097.0	ALEXSANDRO EDNEI GOMES DOS SANTOS	Agente de Segurança Socioeducativa Masculino	36
1981.624.3	ANGELA MARIA PEREIRA LOPES	Pedagogo	36
5036.789.7	CLAUDIO LUIZ DE ARAUJO FELICIDADE	Agente de Segurança Socioeducativa Masculino	35
5023.753.5	CRISTIANO CARREIRO DE QUEIROZ	Agente de Segurança Socioeducativa Masculino	35
1982.684.2	DALILA MARIA REIS BARBOSA	Agente de Segurança Socioeducativa Feminino	36
1982.765.2	DARCY FERREIRA DA SILVA JUNIOR	Agente de Segurança Socioeducativa Masculino	36
5035.902.9	FELIPE AMENDOLA FONSECA	Agente de Segurança Socioeducativa Masculino	35
1984.372.0	ISA CARNEIRO VIDINHO	Assistente Social	36
4342.856.8	JEFFERSON SANTOS LOPES	Agente de Segurança Socioeducativa Masculino	35
5691.400.	JOAO DE MATTOS FARIAS	Agente de Segurança Socioeducativa Masculino	32
1985.391.2	LEANDRO DOS SANTOS ANDRADE	Agente de Segurança Socioeducativa Masculino	24
5015.582.2	LEONARDO SILVA DE OLIVEIRA	Agente de Segurança Socioeducativa Masculino	24
5035.881.2	LETICIA DE CASTRO RAJO CERDEIRA	Odontólogo	36
5023.299.1	LUCAS ALVES FREITAS	Agente de Segurança Socioeducativa Masculino	34
5023.301.7	MARCEL BORGES DE AGUIAR	Agente de Segurança Socioeducativa Masculino	36
2037.275.2	MARIA DE FATIMA CRUZ RIBEIRO DE BRITO	Médico Clínico	36
1913.851.2	MARLI DE JESUS SOUZA	Agente de Segurança Socioeducativa Feminino	36
4402.343.0	ORLANDO DA CUNHA MACHADO COSTA	Agente de Segurança Socioeducativa Masculino	36
5035.931.2	PAULO FRANCISCO KRAUSE DOS SANTOS JUNIOR	Agente de Segurança Socioeducativa Masculino	35
5035.866.9	RAFAEL MAGALHAES TAVARES	Agente de Segurança Socioeducativa Masculino	35
5023.170.7	SAMIR DE OLIVEIRA TRINDADE	Agente de Segurança Socioeducativa Masculino	36
1940.226.0	SAULO DE TARSO PEREIRA CORREA DA SILVA	Agente de Segurança Socioeducativa Masculino	36
1988.897.0	SELMA GOMES DA SILVA	Técnico de Enfermagem	36

Id: 2451416

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO GERAL DE AÇÕES SOCIOEDUCATIVAS

DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESAS
DE 11/01/2023

PROCESSO Nº SEI-030022/017117/2022 - RECONHEÇO a dívida em favor da empresa abaixo relacionada, atendendo a determinação do Decreto nº 41.880, de 25 de maio de 2009 e legislação complementar sobre Despesas de Exercícios Anteriores.

EMPRESA	CNPJ	PROCESSO	VALOR
INSET VIP IMUNIZAÇÕES LTDA	04.476.986/0001-21	SEI-030022/017117/2022	R\$ 17.600,00

Id: 2451432

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO GERAL DE AÇÕES SOCIOEDUCATIVAS

DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESAS
DE 11/01/2023

PROCESSO Nº SEI-030022/018014/2022 - RECONHEÇO a dívida em favor do servidor abaixo relacionado, atendendo a determinação do Decreto nº 41.880, de 25 de maio de 2009 e legislação complementar sobre Despesas de Exercícios Anteriores.

SERVIDOR	CPF	PROCESSO Nº	VALOR
CARLOS NASCIMENTO BAPTISTA	993.785.827-53	SEI-030022/018014/2022	R\$ 388,80

Id: 2451436

Secretaria de Estado de
Ciência, Tecnologia e Inovação

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO
FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA

ATO DA PRESIDENTE
DE 11.01.2023

EXONERA, a pedido, **ANA GABRIELLA CONCEIÇÃO DOS SANTOS**, Professor FAETEC I - 20h, ID 51247666/1, referência DOC 20HG1, a contar de 01 de dezembro de 2022, da Fundação de Apoio à Escola Técnica - FAETEC, vinculada à Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação, do Quadro Permanente de Pessoal Civil do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro. Processo nº SEI-260005/009430/2022.

Id: 2451429

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO
FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA

DESPACHO DA PRESIDENTE
DE 10/01/2023

PROCESSO Nº SEI 260005/010023/2022 - ELINA DE SOUZA SILVA - Inspetor Escolar - matrícula nº 0225.786-3, período base de 20.06.2005 a 17.06.2015. **RECONHEÇO** direito a 06 (seis) meses de Licença Especial.

Id: 2451431

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO
FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA

DESPACHOS DA PRESIDENTE
DE 10.01.2023

PROCESSO Nº SEI-E-26/36923/2008 - VALMIR SOARES SEIXAS JUNIOR - INSTRUTOR DISC. PROF. I - matrícula nº 0823074-0, período base de 14.07.2016 a 11.08.2021. **RECONHEÇO** direito a 03 (três) meses de Licença Especial.

PROCESSO Nº SEI-E-26/70950/2002 - MARCELO CHAVES MOREIRA - PROFESSOR FAETEC I 40h - matrícula nº 0823.156-5, período base de 05.07.2017 a 03.07.2022. **RECONHEÇO** direito a 03 (três) meses de Licença Especial.

DE 11.01.2023

PROCESSO Nº SEI-260005/010261/2022 - PATRÍCIA RODRIGUES DA SILVA - PROFESSOR FAETEC I 40h - matrícula nº 0221.617-4, período base de 10.09.2014 a 06.12.2019. **RECONHEÇO** direito a 03 (três) meses de Licença Especial.

PROCESSO Nº SEI-E-26/35488/2008 - ADRIANA MARIA DA SILVA BOYD - PROFESSOR FAETEC I 40h - matrícula nº 0223.671-9, período base de 15.01.2013 a 13.01.2018. **RECONHEÇO** direito a 03 (três) meses de Licença Especial.

PROCESSO Nº SEI-E-26/34587/2011 - LEANDRA DE MIRANDA MENDES RODRIGUES, PROFESSOR FAETEC I 40h - matrícula nº 0224.738-5. **INDEFIRO** o pedido de Licença Especial. DE 10.01.2023

PROCESSO Nº SEI-260005/010231/2022 - RENATA QUINTANILHA XAVIER ALFRADIQUE - SUPERVISOR EDUCACIONAL - matrícula nº 0225.892-9, período base de 19.11.2011 a 16.11.2021. **RECONHEÇO** direito a 06 (seis) meses de Licença Especial.

PROCESSO Nº SEI-E-26/31317/2007 - IRMA MARTINS GOMES - PROFESSOR FAETEC I 40h - matrícula nº 0222498-8, período base de 28.04.2015 a 26.04.2020. **RECONHEÇO** direito a 03 (três) meses de Licença Especial.

Id: 2451602

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA

DESPACHO DA PRESIDENTE

DE 10/01/2023

PROCESSO Nº SEI-260005/000078/2023 - ELINA DE SOUZA SILVA, cargo Inspetor Escolar, matrícula nº 00/0225.786-3 ID 4050952-4, Vínculo 3. Atendendo o pressuposto estabelecido no §19, do artigo 40 da CF/88, o servidor **FAZ JUS** ao abono permanência a partir de 06.03.2018.

Id: 2451421

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ATO DO REITOR

PORTARIA REITORIA Nº 1048 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2022

DESIGNA SERVIDORES PARA COMITÊ GESTOR.

O REITOR DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições, e,

CONSIDERANDO:

- a Lei Geral de Proteção de Dados nº 13.709, de 14 de agosto de 2018;

- o AEDA nº 124/REITORIA/2022, que institui o Comitê Gestor de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais;

- o Processo nº SEI-260007/049187/2022;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os membros abaixo discriminados, para compor o Comitê Gestor de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais - CGPPD.

Titulares:

Bruno Garcia Redondo, matr.nº 36.417-4 - Reitoria;
Jairo Henrique de Oliveira Silva Fernandes Pereira, matr. nº 39.814-9 - Reitoria;
Andrea Maltez Coelho, matr. nº 32.122-4 - PR-1;
Ângela Dias Mendes, matr. nº 33.323-7 - PR-2;
Cláudia Gonçalves de Lima, matr. nº 8112-5 - PR-3;
Nelma Felipe Pinheiro, matr. nº 37.050-2 - PR-4;
Priscila de Araujo Franco, matr. nº 37.138-5 - PR-5;
Ana Luísa Brandão Oliveira, matr. nº 36.233-5 - PGUERJ;
Debora Vieira Ribeiro, matr. nº 36.200-4 - CGUERJ;
Luciana Yuen, matr.nº 31.060-7 - AGUERJ;
Jeanny Corrêa de Almeida Passigatte, matr. nº 36.183-2 - Ouvidoria;
Flavio de Melo Fahur ,matr. nº 32.994-6 - SGP;
Marcia Carvalho da Cunha, matr. nº 34.152-9 - DAF;
Fábio Silva de Moraes, matr. nº 36.419-0 - DGTI;
Rodrigo Silva Cruz, matr. nº 41.435-9 - COMUNS;
Guilherme Reis Tavares, matr. nº 33.481-3 - COGEPRO;

Suplentes:

Leonardo Rocha de Almeida, matr. nº 35.097-5 - Reitoria;
Fernando Raymundo Rey, matr. nº 7.468-2 - PR-1;
Ciro Marques Reis, matr. nº 32.841-9 - PR-2;
Loana Pessanha Saldanha, matr. nº 35.757-4 - PR-3;
Maise Taião Pires - matr. 31.864-2 - PR-4;
Camilla Brandão Porciuncula, matr. nº 36.258-2 - PR-5;
Marcia Luiza de Souza Muniz, matr. nº 35.098-3 - PGUERJ;
Micheline Sanabio Machado, matr. 41.288-2 - CGUERJ;
Magda Marques Goulart, matr. nº 35.329-2 - AGUERJ;
Johann de Medeiros Camargo, matr. nº 40.964-9 - Ouvidoria;
Kleber Luiz Caldas da Silva, matr. nº 37.035-3 - SGP;
André Felipe da Fonte Veiga, matr. nº 37.032-0 - DAF;
Suely Gil Fontanin, matr. nº 31.585-3 - DGTI;
Jair Eduardo Salim Magluf Veras, matr. nº 36.740-9 - COMUNS;
Sandra Perello Marchiori, matr. nº 33.207-2 - COGEPRO;

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na presente data, revogando-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2022

MARIO SERGIO ALVES CARNEIRO
Reitor

Id: 2451598

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO POLITÉCNICO

ATO DO DIRETOR
DE 05.01.2023

PORTARIA IPRJ Nº 001/2023 - INSTAURA sindicância para apurar os fatos relacionados aos Processos SEI nºs 260007/008266/2022, 260007/008189/2022, 260007/014530/2022, 260007/026015/2022, 260007/037554/2022, 260007/047138/2022, 260007/047607/2022, sobre conduta de servidores lotados no Instituto Politécnico, designando para procedê-la, no prazo de 30 dias, a contar da data da publicação, Comissão integrada pelos servidores abaixo indicados, sob a presidência do primeiro. Processo nº SEI-260007/001443/2023:

MARCELO VERLY DE LEMOS, matr. nº 30.767-8, Técnico Universitário - IPRJ;

MÔNICA GARCIA GRIPP, matr. nº 37.190-6, Técnico Universitário - IPRJ;

MELISSA DE ALMEIDA KALAS, matr. nº 36.166-7, Técnico Universitário - IPRJ;

Id: 2451599

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS
DEPARTAMENTO DE GESTÃO E ACOMPANHAMENTO FUNCIONAL

DESPACHOS DO DIRETOR
DE 11.01.2023

PROCESSO Nº SEI-260007/039130/2022 - DEFIRO o Abono de Permanência de BARBARA VALERIA MENEZES DE OLIVEIRA, matr. nº 32.737-9, ID. 2528033-3, com validade a contar de 01/01/2022, uma vez que a interessada atende aos requisitos constitucionais.

PROCESSO Nº SEI E-26/007/931/2020 - DEFIRO o Abono de Permanência de VANDERLEI MESQUITA SAAR, matr. nº 27.011-6, ID. 25786121, com validade a contar de 27/01/2022, uma vez que o interessado atende aos requisitos constitucionais.

Id: 2451601

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS

DESPACHOS DA SUPERINTENDENTE
DE 08.01.2023

PROCESSO Nº SEI-260007/039115/2022 - AUTORIZO a redução de 50% da carga horária para ERICKA ESTEVES WALDER, matr. nº 40.355-0, Técnico Universitário Médio / Técnico em Enfermagem, para acompanhamento do dependente PEDRO ESTEVES WALDER, nos termos do art. 6º do Decreto Estadual nº 14.870/1990 c/c o art. 5º da Lei Estadual nº 3807/2002, ficando as prorrogações do presente benefício a serem controladas pela COODIV/SECONC, com base nos pareceres provenientes das reavaliações periódicas realizadas pelo DES-SAUDE.

PROCESSO Nº SEI-260007/040185/2022 - AUTORIZO a redução de 50% da carga horária para VANESSA SILVA PEREZ, matr. nº 40.569-6, Técnico Universitário Superior/Psicólogo, para acompanhamento do dependente PEDRO PEREZ DE OLIVEIRA, nos termos do art. 6º do Decreto Estadual nº 14.870/1990 c/c o art. 5º da Lei Estadual nº 3807/2002, ficando as prorrogações do presente benefício a serem controladas pela COODIV/SECONC, com base nos pareceres provenientes das reavaliações periódicas realizadas pelo DES-SAUDE.

Id: 2451600

SECRETARIA DE ESTADO DE CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
FACULDADE DE ENGENHARIA

ATO DA VICE-DIRETORA
DE 09/01/2023

DISPENSA o servidor **ALAN JOSÉ SALOMÃO DA GRAÇA**, matrícula nº 39.497-3, da responsabilidade pela guarda e conservação dos bens inventariados pela DIBENM e localizados no LABORATÓRIO DE ENGENHARIA CARTOGRÁFICA (LECAR/FEN), a contar de 31/12/2022, indicando como substituto o servidor CLÁUDIO JOÃO BARRETO DOS SANTOS, matrícula 38.812-4, a contar de 01/01/2023. (SEI-260007/001379/2023)

Id: 2451547

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE
DARCY RIBEIRO
DIRETORIA GERAL ADMINISTRATIVA
GERÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS

DESPACHOS DA SUBGERENTE
DE 11.01.2023

PROCESSO Nº SEI-E-26/052792/2007 - CLÁUDIO ROBERTO MARCIANO, ID Funcional nº 4145108-2, Professor Associado, período de 03/06/2017 a 02/06/2022.

PROCESSO Nº SEI-E-26/053475/2007 - OZEIAS CAVALAR DA SILVA, ID Funcional nº 641818-0, Profissional de Nível Elementar, período de 01/11/2017 a 31/10/2022.

CONCEDO 03 (três) meses de Licença Prêmio.

Id: 2451542

Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE
DIRETORIA DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL

DESPACHO DA DIRETORA ADJUNTA
DE 12/01/2023

PROCESSO Nº SEI-070002/000506/2023 - LICIO AUGUSTO DOS SANTOS PESSANHA, Ajudante Operacional, matrícula nº 2701668-2, ID funcional nº 2150106-8. **AVERBE-SE** o tempo de serviço prestado ao Regime Geral de Previdência Social - INSS, conforme Certidão de Tempo de Contribuição datada de 14/12/2022, relativo ao período 01/04/1982 a 06/12/2011, no total de 10.830 dias de efetivo exercício, nos termos do art. 80, inciso I, do Decreto nº 2.479, de 08 de março de 1979, do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, desprezando o período de 07/12/2011 a 31/12/2011 por ser concomitante.

Id: 2451572

Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, PESCA E ABASTECIMENTO

DESPACHO DO SECRETÁRIO
DE 11.01.2023

PROCESSO Nº SEI-020007/000155/2023 - **RECONHEÇO** a dívida no valor de R\$ 36.933,56 (trinta e seis mil novecentos e trinta e três reais e cinquenta e seis centavos), em favor da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA.

SUPERINTENDÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA
COORDENADORIA DE CONTROLE DE QUALIDADE DE PRODUTOS

DESPACHOS DO COORDENADOR
DE 10.01.2023

PROCESSO Nº SEI-020007/002493/2022 - AUTORIZO o registro do estabelecimento USINA DE LEITE PARAÍSO LTDA sob o número 1400 SIE/RJ, classificado como FÁBRICA DE LATICÍNIOS, na Coordenadoria de Controle de Qualidade de Produtos da Superintendência de Defesa Agropecuária, conforme pareceres no presente processo.

PROCESSO Nº SEI-020007/000113/2023 - AUTORIZO o registro do produto Queijo minas frescal, pertencente à USINA DE LEITE PARAÍSO LTDA, conforme solicitação e parecer no presente processo.

Id: 2451477

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA PECUÁRIA PESCA E ABASTACIMENTO
EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PORTARIA PESAGRO Nº 81 DE 11 DE JANEIRO DE 2022

DESIGNA FUNCIONÁRIOS PARA OS FINS QUE MENCIONA E DÁ OUTRA PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DA EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - PESAGRO-RIO, no uso das atribuições constitucionais e legais, e em atenção as normas estabelecidas no Decreto Estadual nº 48.242, de 01 de novembro de 2022,

CONSIDERANDO o que consta nos autos do processo SEI - 020003/000016/2023, e a necessidade dos gestores de promoverem o levantamento completo dos inventários físicos dos materiais em almoxarifado;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os funcionários abaixo elencados, sob a presidência do primeiro, para efetuar o levantamento completo do inventário físico dos materiais em Almoxarifado do exercício financeiro de 2022. Washington Rosa de Assis - Assistente B - ID Funcional 252254-4; Fábio Silva Santos - Assessor - ID Funcional 4424328-6 Tattiane Moreira Riguette - Chefe de Seção - ID Funcional 5117686-6

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 11 de janeiro de 2022

PAULO RENATO MARQUES
Presidente

Id: 2451525

Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA
FUNDAÇÃO ANITA MANTUANO DE ARTES
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DESPACHO DO PRESIDENTE
DE 11/01/2023

PROC. Nº SEI-180002/001372/2022 - AUTORIZO a realização da despesa com base no art. 25, da Lei Federal nº 8.66, de 21/06/93 e suas alterações, referente a prestação de serviços de emissão e fornecimento de cartões eletrônicos/magnéticos de vale transporte para utilização em meios de transporte do Estado do Rio de Janeiro pelos servidores da FUNARJ. Tendo como favorecida a empresa RIOPAR PARTICIPAÇÕES S.A., CNPJ 16.727.386/0001-78, despesa no valor de R\$ 566.686,15 (quinhentos e sessenta e seis mil seiscentos e oitenta e seis reais e quinze centavos), que correrá à conta do Programa de Trabalho 1541.13.122.0002.2016 - Pagamento de Despesas de Manutenção Atividades Operacionais/Administrativas, Natureza de Despesa 3390.39.43, Fonte de Recursos 1.500.100. **RATIFICO** a despesa autorizada com base no Art. 25 da Lei Federal nº 8.666/93 de 21/06/93 e suas alterações, nos termos do Art. 26 do mesmo dispositivo

Id: 2451486

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA
FUNDAÇÃO ANITA MANTUANO DE ARTES
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DESPACHO DO PRESIDENTE
DE 12/01/2023

PROC. Nº SEI-180002/001338/2022 - AUTORIZO a realização da despesa com base no art. 25, da Lei Federal 8.666 de 21/06/93 e suas alterações, referente a prestação de serviços de fornecimento da energia elétrica para atendimento das unidades: Casa Oliveira Viana - COV, Museu do Ingá - MHAERJ, Museu Antônio Parreiras - MAP e Casa Euclides da Cunha - CEC. Tendo como favorecida a empresa AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A., CNPJ 33.050.071/0001-58, despesa no valor de R\$ 202.504,32 (duzentos e dois mil quinhentos e quatro reais e trinta e dois centavos) que correrá à conta do Programa de Trabalho 1541.13.122.0002.8021- Pagamento de Despesas com Serviço de Utilidade Pública, Natureza de Despesa 3390.39.11, Fonte de Recursos 100. **RATIFICO** a despesa autorizada com base no Art.25 da Lei Federal 8.666/93 de 21/06/93 e suas alterações, nos termos do Art. 26 do mesmo dispositivo

Id: 2451574

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA
FUNDAÇÃO ANITA MANTUANO DE ARTES
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS

DESPACHO DA CHEFE
DE 11/01/2023

PROC. Nº SEI E-18/400.714/1995 - AUTORIZO a concessão de 06 (seis) meses de Licença Prêmio a servidora Rosemary dos Santos Abreu, Id Funcional nº 20233647, referente ao período-base de 11/09/2012 a 10/09/2017 e 11/09/2017 a 10/09/2022 , nos termos do artigo 129, do Decreto nº 2.479, de 08/03/1979.

Id: 2451487

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA
FUNDAÇÃO TEATRO MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

DESPACHO DA PRESIDENTE
DE 05.01.2023

PROCESSO Nº SEI-180005/001072/2022- PRISCILA LOPES BOMFIM MUNIZ, Identidade Funcional nº 2876645-8. **AUTORIZO**.

Id: 2451520

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

DESPACHO DO SECRETÁRIO EM EXERCÍCIO
DE 12.01.2023

PROCESSO Nº SEI-E-310003/003713/2022 - **RATIFICO** a dispensa de Licitação a ser celebrada nos termos do Inciso IV do Art. 24 da Lei Federal nº 8.666/93, em favor da empresa LOCASEM SERVIÇOS DE LIMPEZA, MANUTENÇÃO E ALIMENTAÇÃO LTDA EPP - CNPJ nº 17.820.990/0001-07, no valor estimado de até R\$ 614.399,66 (seiscientos e quatorze mil trezentos e noventa e nove reais e sessenta seis centavos), para Aquisição de insumos para combate aos efeitos de calamidades, sendo cestas básicas (lote 01), fardos de garrafas de

água mineral (lote 02), kits de higiene (lote 03) e kits de limpeza (lote 04), na forma do Termo de Referência e seus anexos, , pelo prazo de até 90 (noventa) dias; e também em favor da empresa LONG LIFE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COLCHÕES E BICAMAS LTDA - CNPJ nº 72.512.320/0001-31, no valor estimado de R\$ 1.015.312,00 (hum milhão quinze mil trezentos e doze reais), para Aquisição de insumos para combate aos efeitos de calamidades sendo de Colchonetes de solteiro, na forma do Termo de Referência e seus anexos, pelo prazo de até 90 (noventa) dias; restando a despesa total estimada para os dois contratos em conjunto no valor total estimado de até R\$ 1.629.711,66 (hum milhão, seiscentos e vinte e nove mil setecentos e onze reais e sessenta e seis centavos).

Id: 2451557

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
E DIREITOS HUMANOS
SUPERINTENDÊNCIA EXECUTIVA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
DE 12.01.2023

PROCESSO Nº SEI-E-310003/003713/2022 - AUTORIZO a despesa, de acordo com o que estabelece a Dispensa de Licitação com fulcro no art. 24, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e nos index 45540284, 45628175 e 45628331, referente ao Contrato 001/2023 em favor da empresa LOCASEM SERVIÇOS DE LIMPEZA, MANUTENÇÃO E ALIMENTAÇÃO LTDA EPP - CNPJ nº 17.820.990/0001-07, que tem como objeto a Aquisição de insumos para combate aos efeitos de calamidades, sendo cestas básicas (lote 01), fardos de garrafas de água mineral (lote 02), kits de higiene (lote 03) e kits de limpeza (lote 04), na forma do Termo de Referência e seus anexos, para atender as demandas da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos - CNPJ 28.165.513/0001-71 pelo prazo de até 90 (noventa) dias, no valor total estimado de até R\$ 614.399,66 (seiscentos e quatorze mil trezentos e noventa e nove reais e sessenta seis centavos); e também autorizo a despesa referente ao Contrato 002/2023 em favor da empresa LONG LIFE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COLCHÕES E BICAMAS LTDA - CNPJ nº 72.512.320/0001-31, que tem como objeto a Aquisição insumos para combate aos efeitos de calamidades, sendo colchonetes de solteiro, na forma do Termo de Referência e seus anexos, para atender as demandas da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos - CNPJ 28.165.513/0001-71 no valor total estimado de até R\$ 1.015.312,00 (hum milhão, quinze mil trezentos e doze reais), restando a despesa total estimada para os dois contratos em conjunto no valor total estimado de até R\$ 1.629.711,66 (hum milhão, seiscentos e vinte e nove mil setecentos e onze reais e sessenta e seis centavos).

Id: 2451558

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

FUNDAÇÃO PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

ATO DA PRESIDENTE

PORTARIA FIA-RJ/P Nº 619 DE 12 DE JANEIRO DE 2023

ALTERA AS PORTARIAS FIA-RJ/P DE Nº 578 DE 29 DE JULHO DE 2022 E DE Nº 584 DE 04 DE AGOSTO DE 2022.

A PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - FIA/RJ, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no que consta nos Processos Administrativos nºs SEI-310005/000616/2022 e SEI-310005/000617/2022.

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar a composição da Comissão de Seleção, órgão colegiado responsável pelo exame dos documentos referentes ao processo de seleção, destinado a processar e julgar o Chamamento Público FIA/RJ nº 001/2022 e nº 002/2022, substituindo os servidores: Dellano Barreto De Mello, Id. Funcional 5120262-8, pela servidora Leonor de Carvalho Marcelino, Id. Funcional 2865247-9 e Maria da Penha Venâncio de Carvalho, Id. Funcional 2865045-0, pela servidora Nancelli Oliveira De Souza, Id. Funcional 5102519-1.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 2023

FERNANDA LESSA FLORES RODRIGUES
Presidente

Id: 2451550

Secretaria de Estado de Turismo

ATO DOS SECRETÁRIOS

RESOLUÇÃO CONJUNTA SETUR/SEPM Nº 261
DE 09 DE JANEIRO DE 2023

DESCENTRALIZA A EXECUÇÃO DE CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO, NA FORMA A SEGUIR ESPECIFICADA.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE TURISMO E O SECRETÁRIO DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 9808, de 22 de julho de 2022, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO/2023; com a Lei nº 9.550, de 12 de janeiro de 2022, que estima a receita e fixa a despesa do Estado do Rio de Janeiro para o Exercício Financeiro de 2022; o Decreto nº 47.938, de 01 de fevereiro de 2022, que estabelece normas complementares de programação e execução orçamentária, financeira e contábil para o exercício de 2022, o Decreto nº 42.436, de 30 de abril de 2010, que dispõe sobre a Descentralização da Execução de Créditos Orçamentários; e o Decreto nº 42.436, de 30 de abril de 2010, que dispõe sobre a Descentralização da Execução de Créditos Orçamentários, conforme Processo Administrativo nº SEI-E-05/003/259/2019,

RESOLVEM:

Art. 1º - Descentralizar a execução do crédito orçamentário na forma a seguir especificada e em conformidade com a Declaração de Disponibilidade Orçamentária.

I - OBJETO: Atuação da Secretaria de Estado de Polícia Militar no edifício-sede da Secretaria de Estado de Turismo, por meio do Programa Estadual de Integração na Segurança - PROEIS, para reforçar a segurança dos serviços prestados pela SETUR.

II - VIGÊNCIA: 01/01/2023 a 31/12/2023.

III - DE/Concedente: 43010 - SETUR - Secretaria de Estado de Turismo;

UO: 43010 - SETUR
UG: 430100 - SETUR
IV: PARA: Executante: 26000 - Secretaria de Estado de Polícia Militar;
UO: 26110 - PMERJ
UG: 261100 - PMERJ

V - CRÉDITO: PT: 23.122.0002.2660 - Pessoal e Encargos Sociais:

Programa de Trabalho	Natureza da Despesa	Fonte de Recursos	Valor
23.122.0002.2660	3190	100	R\$ 183.756,96
23.122.0002.2660	3390	100	R\$ 26.412,00
VALOR TOTAL			R\$ 210.168,96

Art. 2º - A liberação orçamentária e financeira desses recursos será feita por meio do SIAFE-RIO.

Art. 3º - O executante se obriga a prestar contas dos recursos descentralizados, nos termos do Decreto nº 42.436/2010, que deverá ser acompanhada de parecer elaborado pelo Controle Interno do Órgão Executante, opinando quanto à regularidade da despesa, nos termos do art. 16, inciso V, do Decreto nº 43.463/12, e atender as disposições contidas nas Instruções Normativas AGE/SEFAZ nº 24, de 10/09/2013 com alterações promovidas pelas Instruções Normativas AGE/SEFAZ nº 25, de 31/01/2014 e nº 27, de 14/04/2014.

Art. 4º - Esta Resolução Conjunta entrará em vigor na data de sua publicação, com validade a contar de 01 de janeiro de 2023, ficando revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 09 de janeiro de 2023

GUSTAVO REIS FERREIRA
Secretário de Estado de Turismo

LUIZ HENRIQUE MARINHO PIRES
Secretário de Estado de Polícia Militar

Id: 2451527

Controladoria Geral do Estado

CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

ATO DO CONTROLADOR-GERAL

RESOLUÇÃO CGE Nº 180 DE 11 DE JANEIRO DE 2023

DELEGA COMPETÊNCIA AO SUBCONTROLADOR-GERAL DO ESTADO PARA A PRÁTICA DOS ATOS QUE MENCIONA.

O CONTROLADOR-GERAL DO ESTADO, no exercício de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.989, de 14 de junho de 2018, e o disposto no Processo nº SEI-320001/000123/2023;

CONSIDERANDO:

- a criação da Controladoria Geral do Estado, órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual, conforme Lei Estadual nº 7.989, de 14 de junho de 2018;

- o disposto no § 3º, do art. 21 do Decreto nº 46.475, de 25 de outubro de 2018;

- que a gestão governamental deve atuar em consonância com os princípios que regem a Administração Pública, contribuindo para que seus objetivos sejam alcançados e suas ações sejam conduzidas segundo os preceitos de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade, eficiência, eficácia e efetividade;

- a Lei nº 5427/2009, que estabelece normas sobre atos e processos administrativos no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, indica, em seu artigo 11, que um órgão administrativo e seu titular poderão, se não houver impedimento legal, delegar parte de sua competência a outros órgãos ou titulares, quando for conveniente, em razão de circunstâncias de natureza técnica, social, econômica, jurídica ou territorial;

- que os processos administrativos de acesso à informação possuem caráter técnico-administrativo e se inserem na margem das decisões fundamentadas da Ouvidoria e Transparência Geral do Estado;

- que no caso de negativa de acesso à informação ou de não fornecimento das razões da negativa do acesso, poderá o requerente apresentar recurso, em primeira instância, no prazo de dez dias, contado da ciência da decisão;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica delegada ao Subcontrolador-Geral do Estado a competência para receber e apreciar Recursos em Segunda Instância interpostos contra decisões que indefiram o Recurso de Primeira Instância interpostos contra negativas de acesso ou não fornecimento das razões da negativa de informações produzidas pela Controladoria Geral do Estado, na forma do § 2º, do art.21 do Decreto nº 46.475, de 25 de outubro de 2018.

Art. 2º - Fica revogada a Resolução CGE nº 150 de 27 de junho de 2022.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 11 de janeiro de 2023

DEMETRIO ABDENNUR FARAH NETO
Controlador-Geral do Estado

Id: 2451522

Gabinete de Segurança Institucional do Governo do Estado do Rio de Janeiro

GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL DO GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DESPACHO DO SECRETÁRIO
DE 10/01/2023

PROCESSO Nº SEI-350099/000016/2023 - Revalidação de Placas Particulares - SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR. **AUTORIZO** nos termos do Decreto nº 47.805, de 20.10.2021.

Id: 2451440

GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL DO GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESAS
DE 23.12.2022

PROCESSO Nº SEI-390002/002680/2022 - Considerando o teor do Processo Administrativo SEI-390002/002680/2022, referente à Ata de Registro de Preços n.º 015/2022 (PE PRODERJ SRP 010/2022), conforme consta no processo administrativo SEI-150016/001344/2022, para contratação de serviço telefônico fixo comutado - STFC (fixo-fixo e fixo-móvel), nas modalidades Local, Longa Distância Nacional (LDN) e Longa Distância Internacional (LDI), a ser executado de forma contínua, por 12 (doze) meses, visando atender demanda do Gabinete de Segurança Institucional do Governo - GSI, **AUTORIZO** a realização da contratação em tela, com a empresa OI S.A. - "EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL", CNPJ/MF sob o nº 76.535.764/0001-43, no valor total de R\$ 90.192,90 (noventa mil, cento e noventa e dois reais e noventa centavos).
*Omitido no D.O de 26/12/2022.

Id: 2451514

Secretaria de Estado de Transformação Digital

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

CENTRO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ATO DO PRESIDENTE

PORTARIA PRODERJ/PRE Nº 1.037 DE 11 DE JANEIRO DE 2023

ALTERA E CONSOLIDA A COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO Nº 007/2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DO CENTRO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - PRODERJ, no uso de suas atribuições legais conferidas pelos incisos I, III e V, do art. 73 do Regimento Interno do PRODERJ, aprovado pelo Decreto nº 48.091, de 19 de maio de 2022, e Decreto nº 45.600, de 16 de março de 2016, e tendo em vista o constante dos autos do Processo nº SEI-120211/000234/2020,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica alterada e consolidada a Comissão de Fiscalização do Contrato nº 007/2020, celebrado entre o Centro de Tecnologia de Informação e Comunicação do Estado do Rio de Janeiro - PRODERJ e a empresa Acanga Soluções em Recursos Humanos LTDA-ME, por meio do Processo nº SEI-120211/000234/2020.

Art. 2º - A Comissão de Fiscalização, sob a presidência do primeiro, será composta pelos seguintes servidores:

Gestor: Jamille Náira Torezani Kede, ID Funcional nº 5117749-8; Suplente do Gestor: Letícia Soares Ferreira, ID Funcional nº 5125972-9; Fiscal: Patrícia Meireles da Silva, ID Funcional nº 5121937-9; Fiscal: Amanda da Silva Bandeira, ID Funcional nº 5133560-3; Suplente de Fiscal: Gabriele Rodrigues dos Santos, ID Funcional nº 5133643-0; e Fiscal Administrativo: Carolinne Scoralick Sousa Lisboa, ID Funcional nº 5133816-5.

Art. 3º - A Comissão terá a incumbência de acompanhar, controlar, fiscalizar e atestar os serviços prestados, em conformidade com as disposições do Contrato nº 007/2020 e da legislação em vigor, em especial o Decreto nº 45.600, de 16 de março de 2016, e a Portaria PRODERJ/PRE nº 969, 05 de agosto de 2022.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a contar de 04 de janeiro de 2023, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria PRODERJ/PRE nº 998, de 27 de setembro de 2022.

Rio de Janeiro, 11 de janeiro de 2023

FLÁVIO SEBASTIÃO RODRIGUES DA SILVA
Presidente

Id: 2451433

CENTRO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ATO DO PRESIDENTE

PORTARIA PRODERJ/PRE Nº 1.038 DE 11 DE JANEIRO DE 2023

INSTITUI COMISSÃO DE SINDICÂNCIA PARA APURAR OS FATOS RELATADOS NO PROCESSO Nº SEI-120211/001408/2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DO CENTRO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - PRODERJ, no uso de suas atribuições legais conferidas pelos incisos I, III e V, do art. 73 do Regimento Interno do PRODERJ, aprovado pelo Decreto nº 48.091, de 19 de maio de 2022, e o art. 4º do Manual do Sindicante, aprovado pelo Decreto nº 7.526, de 06 de setembro de 1984, e tendo em vista o que consta no Processo nº SEI-120211/001408/2020,

RESOLVE:

Art. 1º - Instituir Comissão de Sindicância para apurar os fatos relatados no Processo nº SEI-120211/001408/2020.

Art. 2º - Ficam designados os servidores relacionados abaixo para, sob a presidência do primeiro, compor a Comissão: Célia Regina Rodrigues Drumond Flores, ID Funcional n.º 571001-4; Cyntia Miguel Braga, ID Funcional n.º 4418151-5; e Igor Násser Alves Ramos, ID Funcional n.º 51191130-1.

Art. 3º - A Comissão terá o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da publicação da presente Portaria para apresentar a conclusão dos trabalhos.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 11 de janeiro de 2023

FLÁVIO SEBASTIÃO RODRIGUES DA SILVA
Presidente

Id: 2451435

CENTRO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ATO DO PRESIDENTE

PORTARIA PRODERJ/PRE Nº 1.039 DE 11 DE JANEIRO DE 2023

ALTERA E CONSOLIDA A COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO Nº 021/2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DO CENTRO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - PRODERJ, no uso de suas atribuições legais conferidas pelos incisos I, III e V do art. 73 do Regimento Interno do PRODERJ, aprovado pelo Decreto nº 48.091, de 19 de maio de 2022, e o Decreto nº 45.600, de 16 de março de 2016, e tendo em vista o constante dos autos do processo nº SEI- E-04/171/100199/2018,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica alterada e consolidada a Comissão de Fiscalização do Contrato nº 021/2018, celebrado entre o Centro de Tecnologia de Informação e Comunicação do Estado do Rio de Janeiro - PRODERJ e a empresa Extreme Digital Consultoria e Representações LTDA., por meio do processo nº E-04/171/100199/2018.

Art. 2º - A Comissão de Fiscalização, sob a presidência do primeiro, será composta pelos seguintes servidores:

Gestor: Márcio Mathias Quintella, ID Funcional nº 4347493-4; Suplente do Gestor: Élio Thomé de Souza Filho, ID Funcional nº 4347507-8;

Fiscal Requisitante: Daniel Luzente de Lima, ID Funcional nº 4349885-0;
Fiscal Requisitante: Isabela Rebouças Costa, ID Funcional nº 4349659-8;
Fiscal Requisitante: Christiane Pessanha das Dores Ramos, ID Funcional nº 4371966-0;
Fiscal Requisitante: Rafael Farripas de Sá, ID Funcional nº 4248529-0;
Suplente do Fiscal Requisitante: Rafael D'Escoffier Pontieri, ID Funcional nº 4371973-2;
Fiscal Técnico: Roberto Charles Vila, ID Funcional nº 4372004-8;
Suplente do Fiscal Técnico: Ricardo Mesquita Matias, ID Funcional nº 5109829-6;
Fiscal Administrativo: Ana Cláudia Arêas da Silva, ID Funcional nº 5127490-6; e
Suplente do Fiscal Administrativo: Mariana Brazil da Silva, ID Funcional nº 5082792-8.

Art. 3º - A Comissão tem a incumbência de acompanhar, controlar, fiscalizar e atestar os serviços prestados, em conformidade com as disposições do Contrato nº 021/2018 e da legislação em vigor, em especial o Decreto nº 45.600, de 16 de março de 2016, e a Portaria PRODERJ/PRE nº 969, de 05 de agosto de 2022.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria PRODERJ/PRE nº 934, de 26 de abril de 2022.

Rio de Janeiro, 11 de janeiro de 2023

FLÁVIO SEBASTIÃO RODRIGUES DA SILVA
Presidente

Id: 2451417

Secretaria de Estado de Infraestrutura e Cidades

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E CIDADES

DESPACHO DO SECRETÁRIO
DE 12.01.2023

PROCESSO Nº SEI-170026/003470/2021 - Consubstanciado no PA-RECER Nº 2/2023/SEIC/ASSJUR - TCA da Assessoria Jurídica (doc. SEI 45611180), bem como nas manifestações técnicas constantes do autos, **AUTORIZO** a celebração do Termo Aditivo de Prorrogação de Prazo ao Contrato nº 021/2021, celebrado entre o Estado do Rio de Janeiro, pela Secretaria de Estado de Infraestrutura e Cidades - SEIC e a empresa PETROPUMP SERVIÇOS LTDA., cujo objeto consiste na "reforma para a recuperação das 06 (seis) estações do teleférico do Complexo do Alemão - Rio de Janeiro-RJ", pelo período de 120 (cento e vinte) dias, com fundamento no artigo 57, §1º, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93.

Id: 2451552

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E CIDADES
EMPRESA DE OBRAS PÚBLICAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE

PORTARIA EMOP Nº 976 DE 11 DE JANEIRO DE 2023

INSTITUI COMISSÃO PARA ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES RETIFICADORAS DA DIRF DE EXERCÍCIOS ANTERIORES E LANÇAMENTOS DA DIRF 2023.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA EMPRESA DE OBRAS PÚBLICAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - EMOP, no uso das atribuições legais, e,

CONSIDERANDO:

- as dificuldades para apuração de informações acerca de valores recebidos acumuladamente através de processos trabalhistas, e rescisórios de contratos de trabalho a serem lançados na Declaração do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (DIRF);

- tratar-se de tarefa de cunho técnico, necessitando ser realizada por profissionais habilitados;

- que as informações são prestadas por esta Empresa à Secretaria da Receita Federal;

- que a entrega da Declaração de Imposto de Renda de Pessoa Física 2022/2023 terá seu prazo previsto para o último dia útil de Abril de 2023;

- o Processo nº SEI-170002/000524/2020;

RESOLVE:

Art. 1º - Instituir Comissão para análise das informações acerca de valores recebidos acumuladamente através de processos trabalhistas, e rescisórios de contratos de trabalho a serem lançados na Declaração do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte-DIRF de exercícios anteriores, e lançamentos da DIRF 2022/2023.

Art. 2º - Ficam designados os servidores abaixo relacionados, para compor a comissão em questão:

Celso Henrique de Oliveira - ID 5094027-9
Elizeu Amaral da Silva - ID 2853406-9
Claudia Moraes Rocha - ID 5093744-8
José Sérvulo de Faria Júnior - ID 2849506-3
Verônica Nascimento dos Santos - ID 2089518-4
Francisco José Duarte Lopes - ID 4426246-9
Renata Cristina de Carvalho Rocha - ID 5104247-9

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a contar de 09 de janeiro de 2023, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 11 de janeiro de 2023

ANDRE LUIS RIBEIRO BRAGA
Diretor-Presidente

Id: 2451430

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E CIDADES
FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

DESPACHO DO PRESIDENTE
DE 11.01.2023

DESIGNA sob a presidência do primeiro, a Comissão para examina-rem e avaliarem os serviços executados, para fins de **ACEITAÇÃO PROVISÓRIA** da "CONSTRUÇÃO DE PONTE DE CONCRETO PROTENDIDO, PARA SUBSTITUIR O PONTILHÃO DE MADEIRA NA RODOVIA RJ-123 NO KM 12, COORDENADAS: 22º33'72"S - 43º21'62"W - NO MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS - ESTADO DO RIO DE JANEIRO", a cargo da empresa F.P. VIEIRA ENGENHARIA LTDA, a cargo da empresa JML CONSULTORIA FINANCEIRA E ENGENHARIA LTDA, objeto do processo nº SEI-160002/000245/2021(contrato nº096/2021), os membros abaixo relacionados: Processo nº SEI-330027/000066/2023.

NOME/FUNÇÃO	ID FUNC.
FRANCISCO RODRIGUES DA SILVA Engenheiro	5118158-4
FERNANDO MARTINS ASSAFIN Engenheira	5119900-9
JAMIR CARLOS BEZERRA Engenheiro	5121640-0

Id: 2451582

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E CIDADES
FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

ATO DO PRESIDENTE
DE 11.01.2023

DESIGNA sob a presidência do primeiro, comissão para examinar e avaliar os serviços executados, para fins de **ACEITAÇÃO PROVISÓRIA** da "CONSTRUÇÃO DE PONTE DE CONCRETO PROTENDIDO, PARA SUBSTITUIR O PONTILHÃO DE MADEIRA NA RODOVIA RJ-123 NO KM 15,8 - COORDENADAS: 22º32'70"S E 43º24'19"W - NO MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS - ESTADO DO RIO DE JANEIRO", a cargo da empresa JML CONSULTORIA FINANCEIRA E ENGENHARIA LTDA, objeto do processo nº SEI-160002/000246/2021 (contrato nº097/2021), os membros abaixo relacionados: Processo nº SEI-330027/000067/2023.

NOME/FUNÇÃO	ID FUNC.
FRANCISCO RODRIGUES DA SILVA Engenheiro	5118158-4
FERNANDO MARTINS ASSAFIN Engenheira	5119900-9
JAMIR CARLOS BEZERRA Engenheiro	5121640-0

Id: 2451584

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E CIDADES
FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

DESPACHO DO PRESIDENTE
DE 11.01.2023

PROCESSO Nº SEI-330027/005635/2022 - Consubstanciado no Parecer da Assessoria Jurídica (SEI 45439240), bem como nas manifestações da Assessoria de Controle Interno (SEI 45381313) e Relatório Técnico apresentado pela Fiscalização do Contrato (SEI 45538087), **AUTORIZO** a elaboração de Termo de Retificação, Ratificação e Prorrogação de Prazo ao Contrato nº 074/2022, sem alteração do valor contratual, por mais 60 (sessenta) dias corridos, a contar de 16/01/2023, transferindo seu término para 16/03/2023, a cargo da empresa CTESA CONSTRUÇÕES LTDA, cujo objeto refere-se à "execução de obras emergenciais para recuperação de trecho da RJ-142, situada no Município de Nova Friburgo", vinculado ao Processo Administrativo nº 330024/000097/2022 e fica aprovado o Cronograma Físico-Financeiro (SEI 45374389), fundamentado nos Acórdãos 106/2011, 1801/2014, ambos do TCU.

Id: 2451583

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E CIDADES
FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM
DIRETORIA DE OBRAS E CONSERVAÇÃO - REGIONAL IV

ATO DO DIRETOR
DE 04.01.2023

DESIGNA sob a presidência do primeiro, comissão para examinar e avaliar, para fins de Aceitação Provisória, a execução dos "serviços de revitalização rodoviária com execução de reparos localizados e posterior aplicação de microrrevestimento asfáltico a frio e renovação da sinalização horizontal na RJ-148 entre Vargem Grande e Sumidouro e na RJ-156 entre Sumidouro e Volta do Pião", a cargo da empresa F.P. Vieira Engenharia LTDA, objeto do Processo nº SEI-160002/000037/2021 (Pregão Eletrônico nº 013/2021, Contrato nº 050/2021), os membros abaixo relacionados: Processo nº SEI-330027/003986/2022.

NOME/FUNÇÃO	ID FUNC.
ÁLVARO HENRIQUE CÔRTEZ VEROCAI En- genheiro	5128278-0
ANA PAULA LADEIRA MONNERAT Engenheira	5128925-3
Paulo Cesar Graça de Oliveira Engenheiro	2839054

Id: 2451585

Sala de Cultura

LEILA DINIZ

Arte e Cultura da Região Metropolitana

Exposições

Oficinas

Teatro

Música

De segunda a sexta

Das 8h às 17h

Rua Professor Heitor Carrilho,

Nº 81, Centro, Niterói, RJ

(21) 2717-5299

@culturaleiladiniz

sala de cultura

LEILA DINIZ

Secretaria de Estado de Fazenda

SECRETRIA DE ESTADO DE FAZENDA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: 3º Termo Aditivo ao Contrato nº 001/2020 - Termo Aditivo nº 001/2023.

PARTES: ESTADO DO RIO DE JANEIRO, através do FUNDO ESPECIAL DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA e a empresa GARTNER DO BRASIL SERVIÇOS DE PESQUISAS LTDA.

OBJETO: A prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 001/2020, relativo à prestação dos serviços contínuos técnicos especializados de pesquisa e aconselhamento imparcial em tecnologia da informação na forma de subscrição, para acesso à base de conhecimentos, com fundamento no art. 57, inciso II, e na Cláusula Segunda, parágrafo primeiro do contrato, assim como a concessão do reajuste contratual, com fundamento no art. 55, inciso III, da Lei nº 8.666, de 1993.

PRAZO: 12 (doze) meses, contados a partir de 28/01/2023.

VALOR: R\$ 1.301.475,97 (um milhão, trezentos e um mil quatrocentos e setenta e cinco reais e noventa e sete centavos).

DATA DA ASSINATURA: 11/01/2023.

FUNDAMENTO: art. 57, inciso II, e art. 55, inciso III, ambos da Lei Federal nº 8.666/93.

PROCESSO Nº SEI-E-04/109/100015/2018.

Id: 2451466

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EDITAL

A JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO INTIMA os indicados abaixo a comparecer à Secretaria-Geral da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, na Av. Rio Branco nº 10, 13º andar, no horário de 12:00 às 16:00 horas para, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da data da publicação, para ter ciência e manifestar-se, em virtude do não recebimento das notificações enviadas:

VINICIUS SOUZA PEREIRA
(CPF: 055.359.777-99)
Ref. Processo nº SEI-220011/001438/2021

Id: 2451528

Secretaria de Estado de Polícia Militar

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

DIRETORIA DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO DE PESSOAL

CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO AO CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CFSd-2014

EDITAL

A DIRETORIA DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO DE PESSOAL CONVOCA para o Teste de Aptidão Física (TAF) os 10 (dez) candidatos listados abaixo a comparecerem na Diretoria de Recrutamento e Seleção de Pessoal (DRSP), situada na Av. Marechal Fontenelle, nº 2.906, bairro Jardim Sulacap, Rio de Janeiro, RJ no dia 17 de janeiro de 2023, às 7h, considerando o previsto na Resolução nº 4.710, de 30 de maio de 2021, que cria o Núcleo de Autocomposição da Procuradoria Geral do Estado NAC/PGE e na Resolução PGE nº 4.430, de 05 de agosto de 2019, que regulamenta a Câmara Administrativa

ADRIANO CARVALHO DE CASTRO
(CPF: 112.421.727-42)
Ref. Processo nº SEI-220011/001517/2021

Id: 2451530

Secretaria de Estado de Polícia Militar

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

DIRETORIA-GERAL DE ENSINO E INSTRUÇÃO

EDITAL

RESULTADO FINAL E RESULTADO DE RECURSOS DA SELEÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA ATUAÇÃO NO CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS (CFO) DA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR D. JOÃO VI.

A DIRETORIA-GERAL DE ENSINO E INSTRUÇÃO E A COMISSÃO de avaliação e seleção do Edital de Chamada Pública nº 030/2022, tornam públicos os Resultados Final e da Análise de Recursos da Seleção de profissionais para atuação no CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS (CFO), em observância aos Decretos Estaduais nº 45.172/2015 e nº 33/2018, das Resoluções SESEG nº 871/2015, nº 884/2015, nº 902/2015, da Resolução PMERJ nº 98/2019, e em observância as Leis nº 8.666/1993 e nº 14.133/2021 e ao Edital de Chamada Pública nº 030/2022. Processo nº SEI-350128/000082/2022.

De acordo com o Edital de Chamada Pública em referência, os candidatos abaixo relacionados encontram-se aprovados. Salienta-se o preconizado no Art. 37, § 7º da Resolução nº 871/2015, na forma que segue: “Não será admitida a apresentação de recurso referente à decisão final de que trata este artigo.”

Id: 2451481

FUNÇÃO: DOCENTE e MONITOR	
A ATUACAO POLICIAL E O DIREITO DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE	PONTUAÇÃO
LEANDRO DA SILVA DIAS	197
HAMILTON BELARMINO DOS SANTOS	136
RODRIGO OLIVEIRA RIBEIRO	117

ADMINISTRACAO NA PMERJ I - 1a SECAO E SECRETARIA	PONTUAÇÃO
PIETRO DE CASTRO MASELLO	174
BRUNO DOS ANJOS GOMES	151
LEONARDO FERNANDES HIRAKAWA	137
HUGO PEREIRA MENDES	122

RODRIGO OLIVEIRA RIBEIRO	117
RAFAEL COUTO PATRICIO	115
JIMMY MATOS FEIJAO	112
JENIFFER CATHARINE FERREIRA DE AZEVEDO	108
FILIFE CARDOSO DE AZEVEDO	99

LEONARDO DE ARAUJO ALMEIDA	84
ADMINISTRACAO NA PMERJ II - 4a SECAO E TESOURARIA	PONTUAÇÃO
HUGO PEREIRA MENDES	122
FABIO DA SILVA PEREIRA	116
ADMINISTRACAO NA PMERJ III - APROVISIONAMENTO	PONTUAÇÃO

PIETRO DE CASTRO MASELLO	174
FILIFE CARDOSO DE AZEVEDO	99
ADMINISTRACAO NA PMERJ IV - RESERVA DE MATERIAL BELICO	PONTUAÇÃO
NENHUM CANDIDATO	0
ADMINISTRACAO NA PMERJ V - MANUTENCAO E TRANSPORTE	PONTUAÇÃO

NENHUM CANDIDATO	0
ADMINISTRACAO NA PMERJ VI - ALMOXARIFADO	PONTUAÇÃO
JORGE LUIZ DA SILVA APOLINARIO	153
FILIFE CARDOSO DE AZEVEDO	99
ROBSON DA SILVA RAMOS	92

ADMINISTRACAO: GESTAO APLICADA A PMERJ	PONTUAÇÃO
PATRICIA KALIFE PAIVA	185
MARCO ANTONIO ANDRADE SANTOS	180
PIETRO DE CASTRO MASELLO	174
CARLOS HENRIQUE MAQUINEZ AVILHEIRA	152

ALEX SANDRO DA SILVA	149
RICHARD PAULO DE SOUZA	147
HAMILTON BELARMINO DOS SANTOS	136
THIAGO MARTINS XAVIER	131
RODRIGO OLIVEIRA RIBEIRO	117

ARMAMENTO I	PONTUAÇÃO
JADER DA SILVA CORDEIRO	191
RODRIGO FERNANDES FERREIRA	165
GUILHERME DE AZEVEDO CARDOSO	150
BERNARDO BORGES LINS EVANGELHO	118

CRISTIANO BEZERRA MAIA	113
FERNANDO ALVES MENDES FERREIRA	100
GIULLIANO DORIA SILVA	67
MARCUS PATRICK MARINS MACHADO GOMES	58
DIEGO MARQUES SCOFANO	40

ARMAMENTO II	PONTUAÇÃO
JADER DA SILVA CORDEIRO	191

RODRIGO FERNANDES FERREIRA	165
GUILHERME DE AZEVEDO CARDOSO	150
BERNARDO BORGES LINS EVANGELHO	118
CRISTIANO BEZERRA MAIA	113
FERNANDO ALVES MENDES FERREIRA	100
DIEGO GERALDO ROCHA DE SOUZA	88
FILIPE CARDOSO DE AZEVEDO	69
GIULLIANO DORIA SILVA	67
RAFAEL COUTO PATRICIO	59
MARCUS PATRICK MARINS MACHADO GOMES	58
DIEGO MARQUES SCOFANO	40
WILLIAM CARLOS DE OLIVEIRA	38
ATIVIDADE DE INTELIGENCIA	PONTUAÇÃO
RUBENS CASTRO PEIXOTO JUNIOR	197
GUILHERME DE AZEVEDO CARDOSO	180
RODRIGO BENTO DA SILVA	167
HAMILTON BELARMINO DOS SANTOS	136
MAURICIO SENA MIRANDA	130
LUIZ OTAVIO ALTMAYER ODAWARA	126
HUGO PEREIRA MENDES	122
DIEGO GRILLO GOMES DE OLIVEIRA	122
JENIFFER CATHARINE FERREIRA DE AZEVEDO	108
DISRAELI GOMES DE FIGUEIREDO E SILVA	107
FILIPE CARDOSO DE AZEVEDO	99
LEONARDO DE ARAUJO ALMEIDA	84
RAFAEL COUTO PATRICIO	84
GLEISON NUNES DUTRA	63
LUIZ SEBASTIAN GOMES LARIU	57
CRIMINOLOGIA	PONTUAÇÃO
CARLOS ALBERTO PEREIRA DE AGUIAR	210
LEONARDO OLIVEIRA TOGNOC	186
NORBERTO ALEXANDRE DA SILVA MARQUES COSTA	165
CASSIANO PAIVA DE ALMEIDA	163
RICHARD PAULO DE SOUZA	147
VITOR BATISTA DO VALLE	131
FILIPE CARDOSO DE AZEVEDO	99
DIDATICA APLICADA A INSTRUCAO POLICIAL MILITAR	PONTUAÇÃO
NATHALIA CHRISTINE SANTOS CORREA DA SILVA	210
PATRICIA KALIFE PAIVA	185
JORGE LUIZ DA SILVA APOLINARIO	153
BRUNO DOS ANJOS GOMES	151
LEONARDO FERNANDES HIRAKAWA	137
DIREITO PENAL MILITAR	PONTUAÇÃO
JADER DA SILVA CORDEIRO	227
CINTHIA BAHIENSE NEVES	198
LUIZ ALEXANDRE SOUZA DA COSTA	189
LEONARDO OLIVEIRA TOGNOC	186
HAMILTON BELARMINO DOS SANTOS	136
LEONE PINHEIRO BORGES	132
EDUARDO BATISTA DA SILVA	127
ALEXANDRE JOSE NUNES DE MEDEIROS	121
JIMMY MATOS FEIJAO	112
BRUNO DE OLIVEIRA FELIPE	106
DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR	PONTUAÇÃO
JADER DA SILVA CORDEIRO	227
LUIZ ALEXANDRE SOUZA DA COSTA	189
LEONARDO OLIVEIRA TOGNOC	186
HAMILTON BELARMINO DOS SANTOS	133
LEONE PINHEIRO BORGES	132
SERGIO CARNEIRO DE SANTA ANNA	130
JIMMY MATOS FEIJAO	112
BRUNO DE OLIVEIRA FELIPE	106
DIREITOS HUMANOS APLICADOS A ATIVIDADE POLICIAL	PONTUAÇÃO
CINTHIA BAHIENSE NEVES	198
LEANDRO DA SILVA DIAS	197
JANILSON PESSOA CABRAL	186
NORBERTO ALEXANDRE DA SILVA MARQUES COSTA	165
PIETRO DE CASTRO MASELLO	159
RODRIGO OLIVEIRA RIBEIRO	117
DIEGO JORGE VASCONSELOS SILVA	74
EDUCACAO FISICA I	PONTUAÇÃO
JADER DA SILVA CORDEIRO	227
RUBENS CASTRO PEIXOTO JUNIOR	197
RICARDO RIBEIRO BALDANZA	195
MARCO ANTONIO ANDRADE SANTOS	180
BRUNO DOS ANJOS GOMES	151
LEANDRO CARLOU DOS SANTOS	145
BERNARDO BORGES LINS EVANGELHO	138
MAURICIO SENA MIRANDA	130
WILLIAM HENRIQUE CORREA DOMINGUES	108
JOUBERTH MARLOM CARDOSO DOS SANTOS	90
EDUCACAO FISICA II	PONTUAÇÃO
JADER DA SILVA CORDEIRO	227
RUBENS CASTRO PEIXOTO JUNIOR	197
RICARDO RIBEIRO BALDANZA	195
MARCO ANTONIO ANDRADE SANTOS	180
BRUNO DOS ANJOS GOMES	151
LEANDRO CARLOU DOS SANTOS	145

PODER EXECUTIVO		<div>DIÁRIO OFICIAL</div> <div>— DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO —</div>		ANO XLIX - Nº 010 - PARTE I SEXTA-FEIRA - 13 DE JANEIRO DE 2023		25
BERNARDO BORGES LINS EVANGELHO				138		
MAURICIO SENA MIRANDA				130		
WILLIAM HENRIQUE CORREA DOMINGUES				108		
JOUBERTH MARLOM CARDOSO DOS SANTOS				90		
ETICA E DEONTOLOGIA POLICIAL MILITAR				PONTUAÇÃO		
RUBENS CASTRO PEIXOTO JUNIOR				197		
LEONARDO OLIVEIRA TOGNOG				186		
JANILSON PESSOA CABRAL				186		
BRUNO DOS ANJOS GOMES				151		
LUIZ FERNANDO SILVA DOS SANTOS				127		
RODRIGO OLIVEIRA RIBEIRO				117		
GREYCE DANIELLE ALVES BARBOSA				80		
GERENCIAMENTO DE CRISES				PONTUAÇÃO		
CINTHIA BAHIENSE NEVES				198		
CARLOS HENRIQUE MAQUINEZ AVILHEIRA				152		
LEONE PINHEIRO BORGES				132		
VITOR BATISTA DO VALLE				131		
DIEGO JORGE VASCONSELOS SILVA				74		
GESTAO E ELABORACAO DE PROJETOS				PONTUAÇÃO		
PIETRO DE CASTRO MASELLO				174		
RODRIGO BENTO DA SILVA				167		
LEONARDO FERNANDES HIRAKAWA				137		
DIEGO JORGE VASCONSELOS SILVA				74		
HISTORIA DA POLICIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO				PONTUAÇÃO		
RICARDO RIBEIRO BALDANZA				195		
LEONARDO OLIVEIRA TOGNOG				186		
JORGE LUIZ DA SILVA APOLINARIO				153		
DIEGO GRILLO GOMES DE OLIVEIRA				122		
CAIO HENRIQUE VALENTE DO NASCIMENTO				117		
ROBSON DA SILVA RAMOS				92		
LEONARDO DE ARAUJO ALMEIDA				84		
IMAGEM INSTITUCIONAL				PONTUAÇÃO		
TATIANA LIMA DE SOUZA				163		
INSTRUcoes PRATICAS EM ACOES TATICAS I				PONTUAÇÃO		
BRUNO DOS ANJOS GOMES				121		
DIOGO GERALDO ROCHA DE SOUZA				102		
LEONE PINHEIRO BORGES				102		
ELVIS SATIRO DOS SANTOS				94		
DIEGO JORGE VASCONSELOS SILVA				64		
INSTRUcoes PRATICAS EM ACOES TATICAS II				PONTUAÇÃO		
DIEGO JORGE VASCONSELOS SILVA				64		
INSTRUcoes PRATICAS EM ACOES TATICAS I - MONITOR				PONTUAÇÃO		
ALEXANDRE SOARES CALADO				120		
ALEXANDRE DE ALBUQUERQUE PEREIRA				120		
ALEXANDRO LUCAS DE ALMEIDA				106		
DIOGO GERALDO ROCHA DE SOUZA				102		
THIAGO MACENA DE AZEVEDO				96		
INSTRUcoes PRATICAS EMACOES TATICAS II - MONITOR				PONTUAÇÃO		
ALEXANDRE SOARES CALADO				120		
ALEXANDRE DE ALBUQUERQUE PEREIRA				120		
ALEXANDRO LUCAS DE ALMEIDA				106		
DIOGO GERALDO ROCHA DE SOUZA				102		
THIAGO MACENA DE AZEVEDO				96		
INVESTIGACAO E PERICIA CRIMINAL				PONTUAÇÃO		
PIETRO DE CASTRO MASELLO				159		
ALEX SANDRO DA SILVA				149		
DIEGO TEIXEIRA COSTA				89		
GIULLIANO DORIA SILVA				77		
LEGISLACAO BASICA I				PONTUAÇÃO		
JADER DA SILVA CORDEIRO				227		
CINTHIA BAHIENSE NEVES				198		
JANILSON PESSOA CABRAL				186		
PIETRO DE CASTRO MASELLO				174		
CARLOS VIEIRA MENDES				173		
NORBERTO ALEXANDRE DA SILVA MARQUES COSTA				165		
JORGE LUIZ DA SILVA APOLINARIO				153		
BRUNO DOS ANJOS GOMES				151		
CLAUDIO CESAR PERES RODRIGUES AGUIAR FARIAS				141		
LEONARDO FERNANDES HIRAKAWA				137		
HANILTON BELARMINO DOS SANTOS				136		
LEONE PINHEIRO BORGES				132		
LUIZ FERNANDO SILVA DOS SANTOS				127		
HUGO PEREIRA MENDES				122		
DIEGO GRILLO GOMES DE OLIVEIRA				122		
RODRIGO OLIVEIRA RIBEIRO				117		
JOSE ROBERTO LOUZADA				114		
SERGIO CARNEIRO DE SANTA ANNA				109		
FILIPE CARDOSO DE AZEVEDO				99		
FERNANDO RODRIGUES DE CASTRO				98		
TATIANE CRISTINA BATISTA LOPES LANNA				97		
RAFAEL COUTO PATRICIO				84		
DIEGO TEIXEIRA COSTA				84		
LEANDRO BEMVINDO VIEIRA				80		
GREYCE DANIELLE ALVES BARBOSA				80		
DIEGO JORGE VASCONSELOS SILVA				74		

CARLOS HENRIQUE CARVALHO BARRIM	59
LEANDRO FERREIRA FRANCA	50
MOISES MARINS MARTINS	39
LEGISLACAO BASICA II	PONTUAÇÃO
JADER DA SILVA CORDEIRO	227

CINTHIA BAHIENSE NEVES	198
JANILSON PESSOA CABRAL	186
PIETRO DE CASTRO MASELLO	174
CARLOS VIEIRA MENDES	173
NORBERTO ALEXANDRE DA SILVA MARQUES COSTA	165

CASSIANO PAIVA DE ALMEIDA	163
JORGE LUIZ DA SILVA APOLINARIO	153
BRUNO DOS ANJOS GOMES	151
CLAUDIO CESAR PERES RODRIGUES AGUIAR FARIAS	141
LEONARDO FERNANDES HIRAKAWA	137

HAMILTON BELARMINO DOS SANTOS	136
LEONE PINHEIRO BORGES	132
LUIZ FERNANDO SILVA DOS SANTOS	127
HUGO PEREIRA MENDES	122
DIEGO GRILLO GOMES DE OLIVEIRA	122

RODRIGO OLIVEIRA RIBEIRO	117
JOSE ROBERTO LOUZADA	114
SERGIO CARNEIRO DE SANTA ANNA	109
FILIPE CARDOSO DE AZEVEDO	99
FERNANDO RODRIGUES DE CASTRO	98

TATIANE CRISTINA BATISTA LOPES LANNA	97
LEANDRO DELFINO DA SILVA	95
RAFAEL COUTO PATRICIO	84
DIEGO TEIXEIRA COSTA	84
LEANDRO BEMVINDO VIEIRA	80

GREYCE DANIELLE ALVES BARBOSA	80
DIEGO JORGE VASCONSELOS SILVA	74
GABRIEL LANNA DOS SANTOS	73
SHERIDAN AMERICO DOS SANTOS DE SOUZA E SILVA	45
MOISES MARINS MARTINS	39

LEGISLACAO BASICA III	PONTUAÇÃO
JADER DA SILVA CORDEIRO	227
CINTHIA BAHIENSE NEVES	198
JANILSON PESSOA CABRAL	186
PIETRO DE CASTRO MASELLO	174

NORBERTO ALEXANDRE DA SILVA MARQUES COSTA	165
JORGE LUIZ DA SILVA APOLINARIO	153
BRUNO DOS ANJOS GOMES	151
LEONARDO FERNANDES HIRAKAWA	137
HAMILTON BELARMINO DOS SANTOS	136

LEONE PINHEIRO BORGES	132
LUIZ FERNANDO SILVA DOS SANTOS	127
HUGO PEREIRA MENDES	122
DIEGO GRILLO GOMES DE OLIVEIRA	122
RODRIGO OLIVEIRA RIBEIRO	117

JOSE ROBERTO LOUZADA	114
SERGIO CARNEIRO DE SANTA ANNA	109
FILIPE CARDOSO DE AZEVEDO	99
FERNANDO RODRIGUES DE CASTRO	98
TATIANE CRISTINA BATISTA LOPES LANNA	97

RAFAEL COUTO PATRICIO	84
LEONARDO DE ARAUJO ALMEIDA	84
DIEGO TEIXEIRA COSTA	84
GREYCE DANIELLE ALVES BARBOSA	80
DIEGO JORGE VASCONSELOS SILVA	74

CARLOS HENRIQUE CARVALHO BARRIM	59
LEGISLACAO PENAL ESPECIAL APLICADA A PMERJ	PONTUAÇÃO
CINTHIA BAHIENSE NEVES	198
LUIZ ALEXANDRE SOUZA DA COSTA	189
LEONARDO OLIVEIRA TOGNOC	186

NORBERTO ALEXANDRE DA SILVA MARQUES COSTA	165
CLAUDIO CESAR PERES RODRIGUES AGUIAR FARIAS	141
HAMILTON BELARMINO DOS SANTOS	136
LEONE PINHEIRO BORGES	132
EDUARDO BATISTA DA SILVA	127

LICITACOES E CONTRATOS	PONTUAÇÃO
PIETRO DE CASTRO MASELLO	174
CLAYTHON DIAS DE MEDEIROS	70
LIDERANCA APLICADA A ATIVIDADE POLICIAL	PONTUAÇÃO
PATRICIA KALIFE PAIVA	185

CARLOS HENRIQUE MAQUINEZ AVILHEIRA	152
ALEX SANDRO DA SILVA	149
RODRIGO OLIVEIRA RIBEIRO	117
MEDICINA LEGAL	PONTUAÇÃO
NENHUM CANDIDATO	0

METODO DE DEFESA POLICIAL MILITAR I	PONTUAÇÃO
FERNANDO ALVES MENDES FERREIRA	100
GABRIEL LANNA DOS SANTOS	44
METODO DE DEFESA POLICIAL MILITAR II	PONTUAÇÃO
MAURICIO SENA MIRANDA	110

FERNANDO ALVES MENDES FERREIRA	100
DISRAELI GOMES DE FIGUEIREDO E SILVA	77
GABRIEL LANNA DOS SANTOS	44

PODER EXECUTIVO		ANO XLIX - Nº 010 - PARTE I		27
		SEXTA-FEIRA - 13 DE JANEIRO DE 2023		
METODOLOGIA DA PESQUISA I		PONTUAÇÃO		
NATHALIA CHRISTINE SANTOS CORREA DA SILVA		210		
JANILSON PESSOA CABRAL		186		
LEONARDO FERNANDES HIRAKAWA		137		
METODOLOGIA DA PESQUISA II		PONTUAÇÃO		
NATHALIA CHRISTINE SANTOS CORREA DA SILVA		210		
JANILSON PESSOA CABRAL		186		
LEONARDO FERNANDES HIRAKAWA		137		
METODOS QUANTITATIVOS EM SEGURANCA PUBLICA		PONTUAÇÃO		
NENHUM CANDIDATO		0		
NOCOES DE EMPREGO DA CAVALARIA		PONTUAÇÃO		
BERNARDO BORGES LINS EVANGELHO		118		
RICARDO DO NASCIMENTO ALVES		106		
LEONARDO FERNANDES HIRAKAWA		92		
NOCOES DE EMPREGO DA CAVALARIA - MONITOR		PONTUAÇÃO		
MARCIO IANTORNO DE JESUS BACHUR		55		
NOCOES DE ESTATISTICA		PONTUAÇÃO		
FABIO PAIVA TEIXEIRA		81		
ORATORIA		PONTUAÇÃO		
NATHALIA CHRISTINE SANTOS CORREA DA SILVA		210		
PATRICIA KALIFE PAIVA		185		
ADRIANE OUVERNEY DE CARVALHO		150		
FRANCISCO ONORATO FILHO		134		
ORDEM UNIDA I		PONTUAÇÃO		
JADER DA SILVA CORDEIRO		191		
JORGE LUIZ DA SILVA APOLINARIO		133		
PIETRO DE CASTRO MASELLO		129		
BRUNO DOS ANJOS GOMES		121		
LEANDRO CARLOU DOS SANTOS		120		
RICHARD PAULO DE SOUZA		117		
DIEGO GRILLO GOMES DE OLIVEIRA		112		
CLEBER MOURA MARTINS		112		
LEONE PINHEIRO BORGES		102		
HUGO PEREIRA MENDES		102		
LUIZ FERNANDO SILVA DOS SANTOS		97		
DIEGO GERALDO ROCHA DE SOUZA		88		
FERNANDO RODRIGUES DE CASTRO		88		
CAIO HENRIQUE VALENTE DO NASCIMENTO		87		
JIMMY MATOS FEIJAO		82		
JENIFFER CATHARINE FERREIRA DE AZEVEDO		78		
LEANDRO DELFINO DA SILVA		75		
JOUBERTH MARLOM CARDOSO DOS SANTOS		70		
FILIPE CARDOSO DE AZEVEDO		69		
GIULLIANO DORIA SILVA		67		
DIEGO JORGE VASCONSELOS SILVA		64		
RAFAEL COUTO PATRICIO		59		
DIEGO MARQUES SCOFANO		40		
WAGNER WILSON ELEUTERIO JUSTINO		31		
ORDEM UNIDA II		PONTUAÇÃO		
JADER DA SILVA CORDEIRO		191		
JORGE LUIZ DA SILVA APOLINARIO		133		
PIETRO DE CASTRO MASELLO		129		
BRUNO DOS ANJOS GOMES		121		
LEANDRO CARLOU DOS SANTOS		120		
RICHARD PAULO DE SOUZA		117		
DIEGO GRILLO GOMES DE OLIVEIRA		112		
CLEBER MOURA MARTINS		112		
LEONE PINHEIRO BORGES		102		
HUGO PEREIRA MENDES		102		
LUIZ FERNANDO SILVA DOS SANTOS		97		
FERNANDO RODRIGUES DE CASTRO		88		
CAIO HENRIQUE VALENTE DO NASCIMENTO		87		
JIMMY MATOS FEIJAO		82		
JENIFFER CATHARINE FERREIRA DE AZEVEDO		78		
LEANDRO DELFINO DA SILVA		75		
FILIPE CARDOSO DE AZEVEDO		69		
GIULLIANO DORIA SILVA		67		
DIEGO JORGE VASCONSELOS SILVA		64		
RAFAEL COUTO PATRICIO		59		
DIEGO MARQUES SCOFANO		40		
WAGNER WILSON ELEUTERIO JUSTINO		31		
PENITENCIARISMO		PONTUAÇÃO		
LEONARDO OLIVEIRA TOGNOC		186		
NORBERTO ALEXANDRE DA SILVA MARQUES COSTA		165		
POLICIAMENTO E LEGISLACAO AMBIENTAL		PONTUAÇÃO		
EDUARDO FREDERICO CABRAL DE OLIVEIRA		190		
RICHARD PAULO DE SOUZA		147		
LUIZ FERNANDO SILVA DOS SANTOS		127		
JOSE ROGER CAPELLO DUARTE		85		
DIEGO JORGE VASCONSELOS SILVA		74		
POLICIAMENTO E LEGISLACAO DE TRANSITO		PONTUAÇÃO		
MARCO ANTONIO ANDRADE SANTOS		180		
POLICIAMENTO OSTENSIVO		PONTUAÇÃO		
JADER DA SILVA CORDEIRO		227		
MARCO ANTONIO ANDRADE SANTOS		180		
PIETRO DE CASTRO MASELLO		174		

JORGE LUIZ DA SILVA APOLINARIO	153
CARLOS HENRIQUE MAQUINEZ AVILHEIRA	152
LEONARDO FERNANDES HIRAKAWA	137
HAMILTON BELARMINO DOS SANTOS	136
THIAGO MARTINS XAVIER	131

RODRIGO OLIVEIRA RIBEIRO	117
PRATICA PROCEDIMENTAL E PROCESSUAL I	PONTUAÇÃO
JADER DA SILVA CORDEIRO	227
LUIZ ALEXANDRE SOUZA DA COSTA	189
JANILSON PESSOA CABRAL	186

SERGIO CARNEIRO SANTA ANNA	150
RODRIGO OLIVEIRA RIBEIRO	117
JIMMY MATOS FEIJAO	112
BRUNO DE OLIVEIRA FELIPE	106
PRATICA PROCEDIMENTAL E PROCESSUAL II	PONTUAÇÃO

JADER DA SILVA CORDEIRO	227
LUIZ ALEXANDRE SOUZA DA COSTA	189
SERGIO CARNEIRO SANTA ANNA	150
RODRIGO OLIVEIRA RIBEIRO	117
JIMMY MATOS FEIJAO	112

BRUNO DE OLIVEIRA FELIPE	106
PREVENCAO, MEDIACAO E RESOLUCAO DE CONFLITOS	PONTUAÇÃO
LEANDRO DA SILVA DIAS	197
TATIANA LIMA DE SOUZA	163
PIETRO DE CASTRO MASELLO	159

RODRIGO OLIVEIRA RIBEIRO	117
BIANCA NEVES FERREIRA DA SILVA	90
PRIMEIROS SOCORROS	PONTUAÇÃO
JAMIL BARRETO FILHO	206
VANESSA DE FREITAS MARCOLLA	153

MARCUS PATRICK MARINS MACHADO GOMES	63
PSICOLOGIA APLICADA A PMERJ I	PONTUAÇÃO
ELAINE POLLY DA SILVA VERAS VIEIRA	186
PSICOLOGIA APLICADA A PMERJ II	PONTUAÇÃO
ELAINE POLLY DA SILVA VERAS VIEIRA	186

REDACAO DE DOCUMENTOS OFICIAIS	PONTUAÇÃO
LUIZ FERNANDO SILVA DOS SANTOS	127
TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO	PONTUAÇÃO
NENHUM CANDIDATO	0
SISTEMA DE SEGURANCA PUBLICA	PONTUAÇÃO

PATRICIA KALIFE PAIVA	185
PIETRO DE CASTRO MASELLO	159
CARLOS HENRIQUE MAQUINEZ AVILHEIRA	152
VITOR BATISTA DO VALLE	131
RODRIGO OLIVEIRA RIBEIRO	117

SOCIOLOGIA DO CRIME E DA VIOLENCIA	PONTUAÇÃO
RUBENS CASTRO PEIXOTO JUNIOR	197
LUIZ ALEXANDRE SOUZA DA COSTA	189
TATIANA LIMA DE SOUZA	163
LEONARDO FERNANDES HIRAKAWA	137

FRANCISCO ONORATO FILHO	134
TIRO DE DEFESA I	PONTUAÇÃO
RODRIGO FERNANDES FERREIRA	165
CRISTIANO BEZERRA MAIA	113
TIRO DE DEFESA I - MONITOR	PONTUAÇÃO

FABIO DE ALMEIDA SILVA	121
CRISTIANO BEZERRA MAIA	113
CASSIANO PAIVA DE ALMEIDA	113
MIGUEL SILVA	95
RAFAEL COUTO PATRICIO	59

MARCUS PATRICK MARINS MACHADO GOMES	58
DIEGO MARQUES SCOFANO	40
VALMIR FERNANDES GRACA JUNIOR	40
WILLIAM CARLOS DE OLIVEIRA	38
CARLOS HENRIQUE CARVALHO BARRIM	33

TIRO DE DEFESA II	PONTUAÇÃO
RODRIGO FERNANDES FERREIRA	165
CRISTIANO BEZERRA MAIA	113
TIRO DE DEFESA II - MONITOR	PONTUAÇÃO
FABIO DE ALMEIDA SILVA	121

CRISTIANO BEZERRA MAIA	113
CASSIANO PAIVA DE ALMEIDA	113
MIGUEL SILVA	95
RAFAEL COUTO PATRICIO	59
MARCUS PATRICK MARINS MACHADO GOMES	58

DIEGO MARQUES SCOFANO	40
WILLIAM CARLOS DE OLIVEIRA	38
CARLOS HENRIQUE CARVALHO BARRIM	33
TRABALHO DE COMANDO	PONTUAÇÃO
PATRICIA KALIFE PAIVA	185

CARLOS HENRIQUE MAQUINEZ AVILHEIRA	152
LEONARDO FERNANDES HIRAKAWA	137
THIAGO MARTINS XAVIER	131
RODRIGO OLIVEIRA RIBEIRO	117
FABIO DA SILVA PEREIRA	116

JOSE ROBERTO LOUZADA	114
DISRAELI GOMES DE FIGUEIREDO E SILVA	107
RAFAEL COUTO PATRICIO	84

PODER EXECUTIVO		ANO XLIX - Nº 010 - PARTE I		29
		SEXTA-FEIRA - 13 DE JANEIRO DE 2023		
LEONARDO DE ARAUJO ALMEIDA				84
CLAYTHON DIAS DE MEDEIROS				70
CARLOS HENRIQUE CARVALHO BARRIM				59
USO DIFER DA FORCA E TEC DE CONTR DE DISTURB CIVIS				PONTUAÇÃO
BRUNO DOS ANJOS GOMES				126
HANILTON BELARMINO DOS SANTOS				106
LEONE PINHEIRO BORGES				102
DIOGO GERALDO ROCHA DE SOUZA				102
DIEGO GERALDO ROCHA DE SOUZA				88
USO DIFER DA FORCA E TEC DE CONTR DE DISTURB CIVIS - MONITOR				PONTUAÇÃO
DIEGO GERALDO ROCHA DE SOUZA				102
FERNANDO RODRIGUES DE CASTRO				88
RESULTADO DA ANÁLISE DE RECURSOS INTERPOSTOS				
Nº DO PROCESSO	NOME	DISCIPLINA	RESULTADO	MOTIVAÇÃO*
350130/004469/2022	FERNANDO ALVES MENDES FERREIRA	TIRO DE DEFESA I (DOCENTE)	INDEFERIDO	2
350130/004469/2022	FERNANDO ALVES MENDES FERREIRA	TIRO DE DEFESA II (DOCENTE)	INDEFERIDO	2
350130/004469/2022	FERNANDO ALVES MENDES FERREIRA	USO DIFER DA FORCA E TEC DE DISTURB CIVIS (DOCENTE)	INDEFERIDO	2
350130/004466/2022	JOSE ROBERTO LOUZADA	ADMINISTRACAO NA PMERJ I - 1a SECAO E SECRETARIA	INDEFERIDO	2
350130/004466/2022	JOSE ROBERTO LOUZADA	ADMINISTRACAO NA PMERJ II - 4a SECAO E TESOOURARIA	INDEFERIDO	2
350130/004466/2022	JOSE ROBERTO LOUZADA	ADMINISTRACAO NA PMERJ III - APROVISIONAMENTO	INDEFERIDO	2
350130/004466/2022	JOSE ROBERTO LOUZADA	ADMINISTRACAO NA PMERJ VI - ALMOXARIFADO	INDEFERIDO	2
350130/004466/2022	JOSE ROBERTO LOUZADA	ADMINISTRACAO NA PMERJ IV - RES. DE MATERIAL BELICO	INDEFERIDO	2
350130/004466/2022	JOSE ROBERTO LOUZADA	ADMINISTRACAO NA PMERJ V - MANUT. E TRANSPORTE	INDEFERIDO	2
350130/004466/2022	JOSE ROBERTO LOUZADA	DIREITOS HUMANOS APLICADOS A ATIVIDADE POLICIAL	INDEFERIDO	1
350130/004466/2022	JOSE ROBERTO LOUZADA	GERENCIAMENTO DE CRISES	INDEFERIDO	1
350130/004466/2022	JOSE ROBERTO LOUZADA	LEGISLACAO BASICA I	DEFERIDO	0
350130/004466/2022	JOSE ROBERTO LOUZADA	LEGISLACAO BASICA II	DEFERIDO	0
350130/004466/2022	JOSE ROBERTO LOUZADA	LEGISLACAO BASICA III	DEFERIDO	0
350130/004466/2022	JOSE ROBERTO LOUZADA	POLICIAMENTO OSTENSIVO	INDEFERIDO	1
350130/004466/2022	JOSE ROBERTO LOUZADA	SISTEMA DE SEGURANCA PUBLICA	INDEFERIDO	1
350130/004466/2022	JOSE ROBERTO LOUZADA	PRATICA PROCEDIMENTAL E PROCESSUAL I	INDEFERIDO	4
350130/004466/2022	JOSE ROBERTO LOUZADA	PRATICA PROCEDIMENTAL E PROCESSUAL II	INDEFERIDO	4
350130/004466/2022	JOSE ROBERTO LOUZADA	PREVENCAO, MEDIACAO E RESOLUCAO DE CONFLITOS	INDEFERIDO	1
350130/004466/2022	JOSE ROBERTO LOUZADA	TRABALHO DE COMANDO	DEFERIDO	0
350130/004484/2022	LEONARDO OLIVEIRA TOGNOC	CRIMINOLOGIA	DEFERIDO	0
350130/004484/2022	LEONARDO OLIVEIRA TOGNOC	DIREITO PENAL MILITAR	DEFERIDO	0
350130/004484/2022	LEONARDO OLIVEIRA TOGNOC	DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR	DEFERIDO	0
350130/004484/2022	LEONARDO OLIVEIRA TOGNOC	ETICA E DEONTOLOGIA POLICIAL MILITAR	DEFERIDO	0
350130/004484/2022	LEONARDO OLIVEIRA TOGNOC	HISTORIA DA POLICIA MILITAR DO ESTADO DO RJ	DEFERIDO	0
350130/004484/2022	LEONARDO OLIVEIRA TOGNOC	LEGISLACAO PENAL ESPECIAL APLICADA A PMERJ	DEFERIDO	0
350130/004484/2022	LEONARDO OLIVEIRA TOGNOC	PENITENCIARISMO	DEFERIDO	0
350130/004487/2022	CARLOS VIEIRA MENDES	A ATUACAO POLICIAL E O DIREITO DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE	INDEFERIDO	1
350130/004487/2022	CARLOS VIEIRA MENDES	ADMINISTRACAO NA PMERJ I - 1a SECAO E SECRETARIA	INDEFERIDO	2
350130/004487/2022	CARLOS VIEIRA MENDES	ADMINISTRACAO NA PMERJ V - MANUT. E TRANSPORTE	INDEFERIDO	2
350130/004487/2022	CARLOS VIEIRA MENDES	DIREITOS HUMANOS APLICADOS A ATIVIDADE POLICIAL	INDEFERIDO	1
350130/004487/2022	CARLOS VIEIRA MENDES	ETICA E DEONTOLOGIA POLICIAL MILITAR	INDEFERIDO	1
350130/004487/2022	CARLOS VIEIRA MENDES	HISTORIA DA POLICIA MILITAR DO ESTADO DO RJ	INDEFERIDO	1
350130/004487/2022	CARLOS VIEIRA MENDES	POLICIAMENTO OSTENSIVO	INDEFERIDO	1
350130/004487/2022	CARLOS VIEIRA MENDES	LEGISLACAO BASICA I	DEFERIDO	0
350130/004487/2022	CARLOS VIEIRA MENDES	LEGISLACAO BASICA II	DEFERIDO	0
350130/004476/2022	JANILSON PESSOA CABRAL	DIREITOS HUMANOS APLICADOS A ATIVIDADE POLICIAL	DEFERIDO	0
350130/004476/2022	JANILSON PESSOA CABRAL	LEGISLACAO BASICA I	DEFERIDO	0
350130/004476/2022	JANILSON PESSOA CABRAL	LEGISLACAO BASICA II	DEFERIDO	0
350130/004476/2022	JANILSON PESSOA CABRAL	LEGISLACAO BASICA III	DEFERIDO	0
350130/004476/2022	JANILSON PESSOA CABRAL	PRATICA PROCEDIMENTAL E PROCESSUAL I	DEFERIDO	0
350130/004476/2022	JANILSON PESSOA CABRAL	METODOLOGIA DA PESQUISA I	DEFERIDO	0
350130/004476/2022	JANILSON PESSOA CABRAL	METODOLOGIA DA PESQUISA II	DEFERIDO	0
350130/004476/2022	JANILSON PESSOA CABRAL	GERENCIAMENTO DE CRISES	INDEFERIDO	1
350130/004476/2022	JANILSON PESSOA CABRAL	LEGISLACAO PENAL ESPECIAL APLICADA A PMERJ	INDEFERIDO	1
350130/004440/2022	SERGIO CARNEIRO SANTA ANNA	ADMINISTRACAO NA PMERJ I - 1a SECAO E SECRETARIA	INDEFERIDO	2
350130/004440/2022	SERGIO CARNEIRO SANTA ANNA	ADMINISTRACAO NA PMERJ II - 4a SECAO E TESOOURARIA	INDEFERIDO	2
350130/004440/2022	SERGIO CARNEIRO SANTA ANNA	ADMINISTRACAO NA PMERJ IV - RES. DE MATERIAL BELICO	INDEFERIDO	2
350130/004440/2022	SERGIO CARNEIRO SANTA ANNA	ADMINISTRACAO NA PMERJ V - MANUT. E TRANSPORTE	INDEFERIDO	2
350130/004440/2022	SERGIO CARNEIRO SANTA ANNA	PRATICA PROCEDIMENTAL E PROCESSUAL I	DEFERIDO	0
350130/004440/2022	SERGIO CARNEIRO SANTA ANNA	PRATICA PROCEDIMENTAL E PROCESSUAL II	DEFERIDO	0
350130/004462/2022	RUBENS CASTRO PEIXOTO JUNIOR	TIRO DE DEFESA I (DOCENTE)	INDEFERIDO	5
350130/004462/2022	RUBENS CASTRO PEIXOTO JUNIOR	TIRO DE DEFESA II (DOCENTE)	INDEFERIDO	5
350130/004462/2022	RUBENS CASTRO PEIXOTO JUNIOR	EDUCACAO FISICA I	DEFERIDO	0
350130/004462/2022	RUBENS CASTRO PEIXOTO JUNIOR	EDUCACAO FISICA II	DEFERIDO	0
350130/004462/2022	RUBENS CASTRO PEIXOTO JUNIOR	ETICA E DEONTOLOGIA POLICIAL MILITAR	DEFERIDO	0
350130/004462/2022	RUBENS CASTRO PEIXOTO JUNIOR	ATIVIDADE DE INTELIGENCIA	DEFERIDO	0
350130/004462/2022	RUBENS CASTRO PEIXOTO JUNIOR	SOCIOLOGIA DO CRIME E DA VIOLENCIA	DEFERIDO	0
350130/004483/2022	MIGUEL SILVA	TIRO DE DEFESA I (DOCENTE)	INDEFERIDO	2
350130/004483/2022	MIGUEL SILVA	TIRO DE DEFESA II (DOCENTE)	INDEFERIDO	2
350130/004483/2022	MIGUEL SILVA	TIRO DE DEFESA I (MONITOR)	DEFERIDO	0
350130/004483/2022	MIGUEL SILVA	TIRO DE DEFESA II (MONITOR)	DEFERIDO	0
350130/004481/2022	GUILHERME DE AZEVEDO CARDOSO	TIRO DE DEFESA I (DOCENTE)	INDEFERIDO	2
350130/004481/2022	GUILHERME DE AZEVEDO CARDOSO	TIRO DE DEFESA II (DOCENTE)	INDEFERIDO	2
350130/004486/2022	RODRIGO FERNANDES FERREIRA	TIRO DE DEFESA I (DOCENTE)	INDEFERIDO	5
350130/004486/2022	RODRIGO FERNANDES FERREIRA	TIRO DE DEFESA II (DOCENTE)	INDEFERIDO	5
350130/004486/2022	RODRIGO FERNANDES FERREIRA	ARMAMENTO I	DEFERIDO	0
350130/004486/2022	RODRIGO FERNANDES FERREIRA	ARMAMENTO II	DEFERIDO	0

350130/004530/2022	ADRIANE OUVERNEY DE CARVALHO	ORATÓRIA	DEFERIDO	0
350130/004450/2022	GREYCE DANIELLE ALVES BARBOSA	LEGISLACAO BASICA I	DEFERIDO	0
350130/004450/2022	GREYCE DANIELLE ALVES BARBOSA	LEGISLACAO BASICA II	DEFERIDO	0
350130/004450/2022	GREYCE DANIELLE ALVES BARBOSA	LEGISLACAO BASICA III	DEFERIDO	0
350130/004450/2022	GREYCE DANIELLE ALVES BARBOSA	ÉTICA E DEONTOLOGIA POLICIAL MILITAR	DEFERIDO	0
350130/004450/2022	GREYCE DANIELLE ALVES BARBOSA	METODOLOGIA DA PESQUISA I	INDEFERIDO	2
350130/004450/2022	GREYCE DANIELLE ALVES BARBOSA	METODOLOGIA DA PESQUISA II	INDEFERIDO	2
350130/004450/2022	GREYCE DANIELLE ALVES BARBOSA	DIDATICA APLICADA A INSTRUCAO POLICIAL MILITAR	INDEFERIDO	1
350130/004485/2022	LEANDRO DA SILVA DIAS	A ATUACAO POLICIAL E O DIREITO DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE	DEFERIDO	0
350130/004485/2022	LEANDRO DA SILVA DIAS	DIREITOS HUMANOS APLICADOS A ATIVIDADE POLICIAL	DEFERIDO	0
350130/004485/2022	LEANDRO DA SILVA DIAS	PREVENCAO, MEDIACAO E RESOLUCAO DE CONFLITOS	DEFERIDO	0
350130/004464/2022	PIETRO DE CASTRO MASELLO	ADMINISTRACAO NA PMERJ I - 1a SECAO E SECRETARIA	DEFERIDO	0
350130/004464/2022	PIETRO DE CASTRO MASELLO	ADMINISTRACAO NA PMERJ III - APROVISIONAMENTO	DEFERIDO	0
350130/004464/2022	PIETRO DE CASTRO MASELLO	ADMINISTRACAO: GESTAO APLICADA A PMERJ	DEFERIDO	0
350130/004464/2022	PIETRO DE CASTRO MASELLO	GESTAO E ELABORACAO DE PROJETOS	DEFERIDO	0
350130/004464/2022	PIETRO DE CASTRO MASELLO	LEGISLACAO BASICA II	DEFERIDO	0
350130/004464/2022	PIETRO DE CASTRO MASELLO	POLICIAMENTO OSTENSIVO	DEFERIDO	0
350130/004464/2022	PIETRO DE CASTRO MASELLO	LICITACOES E CONTRATOS	INDEFERIDO	1
350130/004464/2022	PIETRO DE CASTRO MASELLO	NOCOES DE ESTATISTICA	DEFERIDO	0
350130/004473/2022	ANTONIO UOSTOM B. GERMANO	ADMINISTRACAO NA PMERJ II - 4a SECAO E TESOURARIA	INDEFERIDO	1
350130/004473/2022	ANTONIO UOSTOM B. GERMANO	POLICIAMENTO E LEGISLACAO DE TRANSITO	INDEFERIDO	2
350130/004480/2022	RICARDO RIBEIRO BALDANZA	EDUCACAO FISICA I	DEFERIDO	0
350130/004478/2022	ROBSON DA SILVA RAMOS	HISTORIA DA POLICIA MILITAR DO ESTADO DO RJ	DEFERIDO	0
350130/004478/2022	ROBSON DA SILVA RAMOS	ADMINISTRACAO NA PMERJ VI - ALMOXARIFADO	DEFERIDO	0
350130/004449/2022	LEONE PINHEIRO BORGES	USO DIFER DA FORCA E TEC DE DISTURB CIVIS (DOCENTE)	DEFERIDO	0
350130/004449/2022	LEONE PINHEIRO BORGES	LEGISLACAO PENAL ESPECIAL APLICADA A PMERJ	DEFERIDO	0
350130/004449/2022	LEONE PINHEIRO BORGES	DIREITO PENAL MILITAR	DEFERIDO	0
350130/004449/2022	LEONE PINHEIRO BORGES	DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR	DEFERIDO	0
350130/004449/2022	LEONE PINHEIRO BORGES	GERENCIAMENTO DE CRISES	DEFERIDO	0
350130/004449/2022	LEONE PINHEIRO BORGES	LEGISLACAO BASICA I	DEFERIDO	0
350130/004449/2022	LEONE PINHEIRO BORGES	LEGISLACAO BASICA II	DEFERIDO	0
350130/004449/2022	LEONE PINHEIRO BORGES	LEGISLACAO BASICA III	DEFERIDO	0
350130/004449/2022	LEONE PINHEIRO BORGES	INSTRUCOES PRATICAS EM ACOES TATICAS I (DOCENTE)	DEFERIDO	0
350130/004449/2022	LEONE PINHEIRO BORGES	ORDEM UNIDA I	DEFERIDO	0
350130/004449/2022	LEONE PINHEIRO BORGES	ORDEM UNIDA II	DEFERIDO	0
350130/004449/2022	LEONE PINHEIRO BORGES	GESTAO E ELABORAÇÃO DE PROJETOS	INDEFERIDO	1
350130/004471/2022	PATRICIA KALIFE PAIVA	ORATORIA	DEFERIDO	0
350130/004471/2022	PATRICIA KALIFE PAIVA	SISTEMA DE SEGURANCA PUBLICA	DEFERIDO	0
350130/004471/2022	PATRICIA KALIFE PAIVA	DIDATICA APLICADA A INSTRUCAO POLICIAL MILITAR	DEFERIDO	0
350130/004471/2022	PATRICIA KALIFE PAIVA	LIDERANCA APLICADA A ATIVIDADE POLICIAL	DEFERIDO	0
350130/004471/2022	PATRICIA KALIFE PAIVA	ADMINISTRACAO: GESTAO APLICADA A PMERJ	DEFERIDO	0
350130/004471/2022	PATRICIA KALIFE PAIVA	TRABALHO DE COMANDO	DEFERIDO	0
350130/004471/2022	PATRICIA KALIFE PAIVA	LEGISLACAO BASICA I	INDEFERIDO	1
350130/004471/2022	PATRICIA KALIFE PAIVA	LEGISLACAO BASICA II	INDEFERIDO	1
350130/004471/2022	PATRICIA KALIFE PAIVA	LEGISLACAO BASICA III	INDEFERIDO	1
350130/004471/2022	PATRICIA KALIFE PAIVA	A ATUACAO POLICIAL E O DIREITO DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE	INDEFERIDO	1
350130/004471/2022	PATRICIA KALIFE PAIVA	CRIMINOLOGIA	INDEFERIDO	1
350130/004471/2022	PATRICIA KALIFE PAIVA	IMAGEM INSTITUCIONAL	INDEFERIDO	1
350130/004471/2022	PATRICIA KALIFE PAIVA	DIREITOS HUMANOS APLICADOS A ATIVIDADE POLICIAL	INDEFERIDO	1
350130/004471/2022	PATRICIA KALIFE PAIVA	GERENCIAMENTO DE CRISES	INDEFERIDO	1
350130/004471/2022	PATRICIA KALIFE PAIVA	PREVENCAO, MEDIACAO E RESOLUCAO DE CONFLITOS	INDEFERIDO	1
350130/004471/2022	PATRICIA KALIFE PAIVA	SOCIOLOGIA DO CRIME E DA VIOLENCIA	INDEFERIDO	1
350130/004471/2022	PATRICIA KALIFE PAIVA	ÉTICA E DEONTOLOGIA POLICIAL MILITAR	INDEFERIDO	1
350130/004471/2022	PATRICIA KALIFE PAIVA	GESTAO E ELABORACAO DE PROJETOS	INDEFERIDO	1
350130/004439/2022	DIEGO JORGE VASCONSELOS SILVA	DIREITOS HUMANOS APLICADOS A ATIVIDADE POLICIAL	DEFERIDO	0
350130/004439/2022	DIEGO JORGE VASCONSELOS SILVA	GERENCIAMENTO DE CRISES	DEFERIDO	0
350130/004439/2022	DIEGO JORGE VASCONSELOS SILVA	LEGISLACAO BASICA I	DEFERIDO	0
350130/004439/2022	DIEGO JORGE VASCONSELOS SILVA	LEGISLACAO BASICA II	DEFERIDO	0
350130/004439/2022	DIEGO JORGE VASCONSELOS SILVA	LEGISLACAO BASICA III	DEFERIDO	0
350130/004439/2022	DIEGO JORGE VASCONSELOS SILVA	POLICIAMENTO E LEGISLACAO AMBIENTAL	DEFERIDO	0
350130/004439/2022	DIEGO JORGE VASCONSELOS SILVA	POLICIAMENTO E LEGISLACAO DE TRANSITO	INDEFERIDO	1e2
350130/004439/2022	DIEGO JORGE VASCONSELOS SILVA	ORDEM UNIDA I	DEFERIDO	0
350130/004439/2022	DIEGO JORGE VASCONSELOS SILVA	ORDEM UNIDA II	DEFERIDO	0
350130/004439/2022	DIEGO JORGE VASCONSELOS SILVA	INSTRUCOES PRATICAS EM ACOES TATICAS I (DOCENTE)	DEFERIDO	0
350130/004439/2022	DIEGO JORGE VASCONSELOS SILVA	INSTRUCOES PRATICAS EM ACOES TATICAS II (DOCENTE)	DEFERIDO	0
350130/004439/2022	DIEGO JORGE VASCONSELOS SILVA	ÉTICA E DEONTOLOGIA POLICIAL MILITAR	INDEFERIDO	1
350130/004439/2022	DIEGO JORGE VASCONSELOS SILVA	POLICIAMENTO OSTENSIVO	INDEFERIDO	1
350130/004439/2022	DIEGO JORGE VASCONSELOS SILVA	ADMINISTRACAO NA PMERJ II - 4a SECAO E TESOURARIA	INDEFERIDO	2
350130/004439/2022	DIEGO JORGE VASCONSELOS SILVA	ADMINISTRACAO NA PMERJ III - APROVISIONAMENTO	INDEFERIDO	2
350130/004439/2022	DIEGO JORGE VASCONSELOS SILVA	ADMINISTRACAO NA PMERJ VI - ALMOXARIFADO	INDEFERIDO	2
350130/004439/2022	DIEGO JORGE VASCONSELOS SILVA	ADMINISTRACAO NA PMERJ IV - RES. DE MATERIAL BELICO	INDEFERIDO	2
350130/004439/2022	DIEGO JORGE VASCONSELOS SILVA	ADMINISTRACAO NA PMERJ V - MANUT. E TRANSPORTE	INDEFERIDO	2

*LEGENDA DA MOTIVAÇÃO:
0. Deferido;
1. Candidato não comprovou formação mínima solicitada no edital;
2. Candidato não comprovou experiência profissional mínima solicitada no edital;
3. Candidato não anexou documento comprobatório de formação mínima, conforme solicitada no edital;
4. Candidato não anexou documento comprobatório de experiência profissional mínima solicitada no edital;
5. Indeferido.

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

DIRETORIA GERAL DE ODONTOLOGIA

RETIFICAÇÃO

D.O. DE 12/01/2023

PÁGINA 31 - 2ª COLUNA

AVISO

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 001/2023-DGO.

Onde se lê:

OBJETO: Aquisição de Pontas de Ultrassom ...

Leia-se:

OBJETO: Aquisição de Insumos de Ortodontia II ...

Id: 2451472

Secretaria de Estado de Saúde

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

COORDENAÇÃO DE CONTRATOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

INSTRUMENTO: Ata de Registro de Preços nº 020/2023.

FUNDAMENTO: Pregão eletrônico nº 566/2022.

PROCESSO Nº SEI-080001/021033/2021.

PARTES: Estado do Rio de Janeiro, através da Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro, e a empresa NUTRIMIX COMERCIAL LTDA (vencedora dos itens 01 e 02).

OBJETO: Registro de Preços para Aquisição de Produto Nutricional (fórmula nutricional infantil de partida, com predominância proteica de

Id: 2451480

caseína e fórmula nutricional infantil láctea de segmento para lactentes a partir do 6º mês de vida).

VALOR TOTAL ADJUDICADO: R\$ 1.130.389,20 (um milhão, cento e trinta mil trezentos e oitenta e nove reais e vinte centavos).

PRAZO: 12 (doze) meses, contados a partir da data de publicação do extrato no D.O.

DATA DA ASSINATURA: 11/01/2023.

Id: 2451577

Serviço de Atendimento ao Cliente da

Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro

0800 - 284 4675



ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
FUNDAÇÃO SAÚDE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EXTRATOS DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

INSTRUMENTO: Ata de Registro de Preços nº. 007/2023-A. PREGÃO ELETRÔNICO nº 171/2022. **PARTES:** Fundação Saúde do Estado do Rio de Janeiro e a empresa RIO TERUMED COMERCIO DE MATERIAL CIRÚRGICO LTDA. OBJETO: AQUISIÇÃO DE INSUMOS: SISTEMA DE CIRCULAÇÃO EXTRACORPÓREA - Lotes 01 e 02, específicos para o Instituto Estadual de Cardiologia Aloysio de Castro - IECAC. VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação do instrumento no DOERJ. **VALOR TOTAL REGISTRADO:** R\$ 545.220,00 (quinhentos e quarenta e cinco mil e duzentos e vinte reais). **FUNDAMENTO:** Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002; do Decreto Estadual nº 46.751, de 27 de agosto de 2019; da Lei Estadual nº 287, de 4 de dezembro de 1979, do Decreto Estadual nº 3.149, de 28 de abril de 1980, e respectivas alterações, do instrumento convocatório. Parecer 2219/2022 (Doc. 37830185) e Autorização do Ordenador de Despesa (Doc. SEI 44851772). **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº SEI-080007/005849/2022. DATA DA ASSINATURA:** 05/01/2023.

INSTRUMENTO: Ata de Registro de Preços nº. 007/2023-B. PREGÃO ELETRÔNICO nº 171/2022. **PARTES:** Fundação Saúde do Estado do Rio de Janeiro e a empresa EXTRACOR COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE MATERIAL HOSPITALAR LTDA. OBJETO: AQUISIÇÃO DE INSUMOS: SISTEMA DE CIRCULAÇÃO EXTRACORPÓREA - Lote 03, específicos para o Instituto Estadual de Cardiologia Aloysio de Castro - IECAC. VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação do instrumento no DOERJ. **VALOR TOTAL REGISTRADO:** R\$ R\$ 2.966.208,00 (dois milhões novecentos e sessenta e seis mil e duzentos e oito reais). **FUNDAMENTO:** Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002; do Decreto Estadual nº 46.751, de 27 de agosto de 2019; da Lei Estadual nº 287, de 4 de dezembro de 1979, do Decreto Estadual nº 3.149, de 28 de abril de 1980, e respectivas alterações, do instrumento convocatório. Parecer 2219/2022 (Doc. 37830185) e Autorização do Ordenador de Despesa (Doc. SEI 44851772). **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº SEI-080007/005849/2022. DATA DA ASSINATURA:** 11/01/2023.

Id: 2451539

Secretaria de Estado de Educação

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENADORIA DE INSPEÇÃO ESCOLAR METROPOLITANA VII
COLÉGIO ESTADUAL PROFESSOR MÁRIO CAMPOS

EDITAL

O DIRETOR DO COLÉGIO ESTADUAL PROFESSOR MÁRIO CAMPOS, Censo Escolar nº 33054606, torna pública a listagem de concluintes: CURSO DE ENSINO MÉDIO NA MODALIDADE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, no ANO LETIVO DE 2011/1º SEMESTRE: Turma de origem JA-3001 2010/2º Semestre, Bianca Cristina Caetano Rodrigues; CURSO DE ENSINO MÉDIO, autorizado pelo Decreto nº 20.568/1994, no ANO LETIVO DE 2013: Turma 3001, Yago da Silva Ramalho Pereira; Turma 3003, Amanda Oliveira Medici; no ANO LETIVO DE 2015: Turma 3001, Gabriel Borges de Lima Pereira; Turma 3002, Fabricio Lima de Souza, Gabriel Menezes Rocha; Turma de origem 3001 2014: Adriano Correia de Vasconcellos. Diretora: Carmen Leila Malaquias da Silveira, designada no DOERJ de 04/02/2021, página 17, 1ª coluna. Secretária Escolar: Alessandra Silva de Oliveira, designada no DOERJ de 24/03/2022, página 18, 3ª coluna. Servidores que autorizaram a publicação: Paulo Furtado Sardinha, ID. 4265315-0. Processo nº SEI-030039/004345/2022.

Id: 2451500

Secretaria de Estado de
Ciência, Tecnologia e Inovação

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO
FUNDAÇÃO CENTRO DE CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO SUPERIOR À
DISTÂNCIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

AVISO

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CENTRO DE CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO SUPERIOR À DISTÂNCIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - FUNDAÇÃO CECIERJ, no uso de suas competências e atribuições legais, tendo em vista o disposto no processo SEI-260004/001644/2022, faz saber que estará disponível, no site da Fundação CECIERJ (https://www.cecierj.edu.br/consorcio-cederj/trabalhe-conosco/tutoria/), no dia 13 de janeiro de 2023, as retificações de Resultado Final do Edital/DIRTUT nº 004/2022 de SELEÇÃO PÚBLICA para formação de cadastro de reserva de tutores a distância, para atuação nos cursos de Pedagogia/UNIRIO e Segurança Pública/UFF do Consórcio CEDERJ.

Id: 2451576

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO
FUNDAÇÃO CENTRO DE CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO SUPERIOR À
DISTÂNCIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

AVISO

***O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CENTRO DE CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO SUPERIOR À DISTÂNCIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - FUNDAÇÃO CECIERJ/CONSORCIO CEDERJ,** no uso de suas competências e atribuições legais, tendo em vista o disposto no processo SEI-260004/002074/2022, faz saber que estará disponível, no site da Fundação CECIERJ (www.cecierj.edu.br), a partir do dia 12 de janeiro do corrente ano, a primeira convocação do Edital EXT-CECIERJ 003/2022 de SELEÇÃO PÚBLICA para formação de cadastro de reserva de bolsistas, para atuação nos projetos e ações pedagógicas da Fundação CECIERJ.

*Omitido no DO de 12 de janeiro de 2023.

Id: 2451512

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS
DEPARTAMENTO DE PAGAMENTO

EDITAL

O COORDENADOR DE CÁLCULO DO DEPARTAMENTO DE PAGAMENTO desta Superintendência CITA, pelo presente Edital, **INGRYD GARCIA DE OLIVEIRA**, CPF: 033.601.291-80, para entrar em contato através do e-mail cocalo@spp.uerj.br, ou do telefone (21) 2334-0492, no intuito de tratar de assunto relativo ao Processo nº SEI-260007/007931/2022 de Ressarcimento por Cancelamento de Contrato.

Id: 2451394

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS
FACULDADE DE ENGENHARIA

EDITAL

A DIRETORA DA FACULDADE DE ENGENHARIA torna público e homologa o resultado do Concurso Público de Provas e Títulos para 01 vaga de Professor Adjunto com carga horária de 40 h/s, do Departamento de engenharia Eletrônica e de Telecomunicações, Área de Teleinformática cujo provimento ocorrerá nos termos dispostos na Lei nº 5.343/2008, Decreto nº 41.614/2008, Decreto nº 43.007/2011, na Resolução UERJ nº 03/91, no Ato Executivo nº 45/REITORIA/93 e no Ato Executivo nº 021/REITORIA/2011. Proc. SEI nº E 26-007/7747/2019

Class.	Nome do Candidato	Aval. 1	Aval. 2	Aval. 3	Média Final
1º	Ian Vilar Bastos	8,67	8,67	8,67	8,67
2º	Roberto Gonçalves Pacheco	8,33	8,16	8,00	8,16
3º	Daniel de Souza Dias	6,62	6,79	6,29	6,57

Id: 2451427

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

AVISO

A UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, por meio da Incubadora de Empresas Sul Fluminense, do Campus Regional - UERJ Resende, torna público o resultado final do Edital de Seleção de Novos Empreendimentos 2022 (Processo de referência SEI-260007/022369/2021):

EMPREENHIMENTO INCUBADO:

COPO VIVO - Representante: Luenne Coelho

EMPREENHIMENTO PRÉ-INCUBADO:

HASH RESEARCH - Responsável: Vinicius Kalahy

Id: 2451553

Secretaria de Estado do
Ambiente e Sustentabilidade

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

EXTRATO DE TERMO

INSTRUMENTO: Termo de Cooperação SEAS/PSAM Nº 001/2022. **PARTES:** O Estado do Rio de Janeiro por intermédio da Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS, o município de Maricá e a Companhia de Saneamento de Maricá - SANEMAR. **OBJETO:** Constitui objeto do presente Termo o estabelecimento de obrigações recíprocas visando a execução do Programa de Saneamento Ambiental (PSAM) no Município de Maricá, bem como garantir a operação e a manutenção das instalações e equipamentos resultantes da intervenção do PSAM pela SANEMAR. **VIGÊNCIA:** O presente termo vigorará por 30 (trinta) meses, a contar da data da sua publicação no Diário Oficial. **DATA DE ASSINATURA:** 10/01/2023. **FUNDAMENTO LEGAL:** Processo nº SEI-070028/000057/2021.

Id: 2451513

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

EDITAL

O **INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA,** nos termos do art. 14, § 4º, da Lei Estadual nº 3.467, de 14/09/2000 e tendo em vista o Auto de Infração Nº SUPRIDEAI/00157807 emitido com a Penalidade Multa Simples - Valor R\$ 2.090,97, em 12 de julho de 2022, com enquadramento no artigo 76. Conforme o disposto no art.2º, inciso II da mesma lei. Processo nº SEI-070009/000413/2022.

CONVOCA:

NOME: Claudio Pereira Ribeiro. CNPJ/CPF N°: 273.830.757-49. EN-DEREÇO: Estrada Antiga de Amparo, direção Vargem Alta, Amparo - Nova Friburgo - RJ

O convocado ou seu representante legal deverá comparecer no INEA, no prazo de 20 dias para tomar ciência do processo, à Avenida Conselheiro Julius Arp, nº 85, Centro - Nova Friburgo - RJ. O processo terá continuidade independente do comparecimento do convocado.

Id: 2451515

Secretaria de Estado de
Cultura e Economia Criativa

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA
FUNDAÇÃO ANITA MANTUANO DE ARTES
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EXTRATOS DE TERMOS

INSTRUMENTO: TPUT nº 180022/006/2023.

PARTES: FUNARJ e EITA PROJETOS CULTURAIS-ME.

OBJETO: A utilização, do TEATRO GLÁUCIO GILL, para o espetáculo "ALZIRA POWER".

VALOR: A FUNARJ receberá, 15% (quinze por cento) da receita bruta obtida pela venda de ingressos.

DATA DA ASSINATURA: 11/01/2023.

FUNDAMENTO: Proc. nº SEI-180002/001425/2022.

INSTRUMENTO: TPUT nº 180022/008/2023.

PARTES: FUNARJ e PALAVRA Z PRODUÇÕES CULTURAIS EIRE-LI.

OBJETO: A utilização, do TEATRO GLÁUCIO GILL, para o espetáculo MELHOR FAZ TRANÇAS DO MUNDO".

VALOR: A FUNARJ receberá, 15% (quinze por cento) da receita bruta obtida pela venda de ingressos.

DATA DA ASSINATURA: 11/01/2023.

FUNDAMENTO: Proc. SEI-180002/001427/2022.

INSTRUMENTO: TPUT nº 180022/009/2023.

PARTES: FUNARJ e JESUS VINÍCIUS DE SOUZA BORGES.

OBJETO: A utilização, do TEATRO GLÁUCIO GILL, para o espetáculo A MÃO NA FACE".

VALOR: A FUNARJ receberá, 15% (quinze por cento) da receita bruta obtida pela venda de ingressos.

DATA DA ASSINATURA: 11/01/2023.

FUNDAMENTO: Proc. SEI-180002/000002/2023.

INSTRUMENTO: TPUT nº 180022/005/2023.

PARTES: FUNARJ e MANCUZO PRODUÇÃO CULTURAL LTDA.

OBJETO: A utilização, do TEATRO GLÁUCIO GILL, para o espetáculo "O SOM E A FÚRIA DE LADY MACBETH".

VALOR: A FUNARJ receberá, 15% (quinze por cento) da receita bruta obtida pela venda de ingressos.

DATA DA ASSINATURA: 10/01/2023.

FUNDAMENTO: Proc. SEI-180002/001423/2022.

Id: 2451549

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA
FUNDAÇÃO ANITA MANTUANO DE ARTES
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: II TERMO ADITIVO AO TPUT Nº 180022/222/2022.

PARTES: FUNARJ e MARIA RITA DE REZENDE.

OBJETO: Constitui objeto do presente instrumento autorizar, rratificar e convalidar, com efeitos retroativos, a comercialização de produtos. Permanecendo em vigor todas as demais cláusulas e condições não expressamente alteradas por este instrumento.

DATA DA ASSINATURA: 12/01/2023.

VALOR: Sem Ônus.

FUNDAMENTO: Proc. nº SEI E-18/002/001252/2022.

Id: 2451548

Secretaria de Estado de
Desenvolvimento Social e Direitos Humanos

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
E DIREITOS HUMANOS

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: CONTRATO Nº 001/2023.

PARTES: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos e LOCASEM SERVIÇOS DE LIMPEZA, MANUTENÇÃO E ALIMENTAÇÃO LTDA EPP - CNPJ 17.820.990/0001-07.

OBJETO: Aquisição de insumos para combate aos efeitos de calamidades, sendo cestas básicas (lote 01), fardos de garrafas de água mineral (lote 02), kits de higiene (lote 03) e kits de limpeza (lote 04), na forma do Termo de Referência e seus anexos.

PRAZO: Até 90 (noventa) dias.

VALOR TOTAL MÁXIMO ESTIMADO: Até R\$ 614.399,66 (seiscentos e quatorze mil trezentos e noventa e nove reais e sessenta seis centavos).

FUNDAMENTO: Inciso IV do Art. 24 da Lei nº 8.666/93.

DATA DE ASSINATURA: 12/01/2023.

PROCESSO Nº SEI-310003/003713/2022.

Id: 2451559

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
E DIREITOS HUMANOS

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: CONTRATO Nº 002/2023.

PARTES: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos e LONG LIFE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COLCHÕES E BICAMAS LTDA. - CNPJ 72.512.320/0001-31.

OBJETO: Aquisição de insumos para combate aos efeitos de calamidades, sendo colchonetes de solteiro, na forma do Termo de Referência e seus anexos.

PRAZO: Até 90 (noventa) dias.

VALOR TOTAL MÁXIMO ESTIMADO: Até R\$ 1.015.312,00 (hum milhão, quinze mil trezentos e doze reais).

FUNDAMENTO: Inciso IV do Art. 24 da Lei nº 8.666/93.

DATA DE ASSINATURA: 12/01/2023.

PROCESSO Nº SEI-310003/003713/2022.

Id: 2451560

Secretaria de Estado de Infraestrutura e Cidades

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E CIDADES
EMPRESA DE OBRAS PÚBLICAS DO ESTADO DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: Termo Aditivo nº 02 ao Contrato nº 031/2022. **PARTES:** Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro e a empresa Midas Engenharia Ltda. **ASSINATURA:** 30/12/2022. **OBJETO:** formalização da Suspensão do prazo contratual por 90 (noventa) dias, contados a partir de 23/12/2022 até 23/03/2023, relativo à "Execução de Reforma da Feirinha, Estação de Ônibus, Coreto, Mercado, Praça de Alimentação e Pórtico" na Praça Hígino da Silveira - Alto, Teresópolis-RJ, em conformidade com a Cláusula Vigésima do Contrato nº 031/2022, art. 72 da Lei nº 13.303/2016. **VALOR:** sem alteração do valor do contrato. **FUNDAMENTO:** Processo nº SEI-170002/000732/2022.

Id: 2451412

